

FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS

JOSÉ CARLOS COSTA

O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA  
COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS NO  
AMBIENTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA  
BRASILEIRA

POUSO ALEGRE – MG

2019

JOSÉ CARLOS COSTA

O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA  
COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS NO  
AMBIENTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA  
BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, com área de concentração em Constitucionalismo e Democracia, na linha de pesquisa Efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais, como requisito para a obtenção do título de mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Lopes Figueiredo

FDSM – MG

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

C678o COSTA, José Carlos

O direito ao acesso à educação financeira como forma de inclusão social: desafios no ambiente da financeirização da economia brasileira. / José Carlos Costa. Pouso Alegre: FDSM, 2019.

121p.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Lopes Figueiredo.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito do Sul de Minas, Curso de Graduação em Direito.

1. financeirização. 2. educação. 3. neoliberalismo. 4. juros. I Figueiredo, Prof. Dr. Eduardo Henrique Lopes. II Faculdade de Direito do Sul de Minas. Curso de Graduação em Direito. III Título.

CDU 340

JOSÉ CARLOS COSTA

O DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE  
INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS NO AMBIENTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA  
ECONOMIA BRASILEIRA

FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS

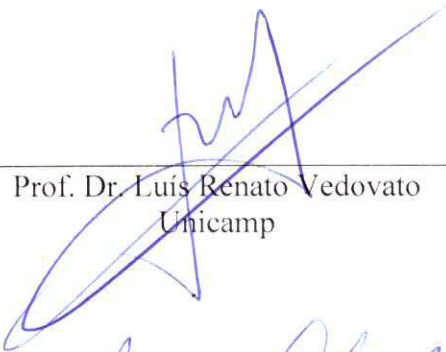
Data da Aprovação 27/04/2019

Banca Examinadora



---

Prof. Dr. Eduardo Henrique Lopes Figueiredo  
Orientador  
Faculdade de Direito do Sul de Minas



---

Prof. Dr. Luis Renato Vedovato  
Unicamp



---

Prof.ª Dr.ª Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis  
Faculdade de Direito do Sul de Minas

Pouso Alegre – MG  
2019

## RESUMO

COSTA, José Carlos. O direito ao acesso à educação financeira como forma de inclusão social: desafios no ambiente da financeirização da economia brasileira. 2019. 121f. Dissertação (Mestrado em Constitucionalismo e Democracia) – Faculdade de Direito do Sul de Minas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Pouso Alegre, 2019.

O paradigma econômico da sociedade contemporânea se encontra no capitalismo, sob a ideologia dominante do neoliberalismo, que sucedeu a hegemonia do Estado de bem-estar social, que havia substituído o liberalismo clássico. Com o neoliberalismo e em função dele, foi promovido o movimento de globalização e financeirização da sociedade. A financeirização da economia a nível global, promoveu um novo modelo de acumulação de riqueza centrado nos mercados financeiros, sob a forma títulos dissociados da produção, no crédito, no consumo e nos juros. Este cenário trouxe maior complexidade às decisões financeiras, apelo ao consumismo, menor disponibilidade de bens e serviços pelo Estado e maior desregulamentação do sistema financeiro, afetando de forma decisiva o cotidiano e a relação das pessoas com o dinheiro. Pretende-se traçar o cenário econômico da sociedade brasileira ao longo dos últimos 20 anos, que conviveu, por períodos de crescimento econômico, efeitos da inflação, desemprego e busca da estabilidade monetária. A financeirização da economia e da sociedade trouxe novos valores, acentuou a desigualdade social e tornou necessária a alfabetização e educação financeira para capacitar a sociedade, diante dos desafios trazidos pelo cenário atual, que demandará a implementação de políticas públicas para dar efetividade à cidadania, inclusão social e aos direitos fundamentais, assegurados constitucionalmente. Sob a metodologia qualitativa de pesquisa baseada no estado da arte ou estado do conhecimento, busca-se perscrutar se existem políticas públicas e privadas no Brasil de modo a preparar a população diante dos desafios do ambiente da financeirização na economia brasileira, e qual sua efetividade. Da visão crítica da investigação, chega-se à conclusão que as políticas em curso visam legitimar um modelo de educação financeira de interesse do mercado, que, portanto, necessita de aperfeiçoamento na busca pela inclusão social e cidadania plena.

**Palavras-chave:** financeirização, educação, juros, neoliberalismo

## ABSTRACT

COSTA, José Carlos. *The right to access to financial education as a form of social inclusion in the financialization environment of the Brazilian economy.* 2019. 121f. *Dissertation (Masters in Constitutionalism and Democracy)* – Faculdade de Direito do Sul de Minas. *Graduate Program in Law*, Pouso Alegre. 2019.

*The economic paradigm of contemporary society lies in capitalism, under the dominant ideology of neoliberalism, which succeeded the hegemony of the welfare state, which had replaced classical liberalism. With neoliberalism and because of that, the movement of globalization and financialization of society was promoted. The financialization of the economy at the global level has promoted a new model of accumulation of wealth centered in the financial markets, in the form of securities decoupled from production, credit, consumption and interest. This scenario has brought greater complexity to financial decisions, appeal to consumerism, less availability of goods and services by the State and greater deregulation of the financial system, affecting in a decisive way the daily life and the relationship of people with money. It is intended of this paper is to outline the economic scenario of Brazilian society over the last 20 years, which has lived through periods of economic growth, the effects of inflation, unemployment and the pursuit of monetary stability. The financialization of the economy and society has brought new values, accentuated social inequality and made literacy and financial education necessary to empower society, given the challenges brought by the current scenario, which will require the implementation of public policies to give citizenship effectiveness, inclusion social and fundamental rights, constitutionally guaranteed. Under the qualitative methodology of research based on state of the art or state of knowledge, it is sought to investigate whether there are public and private policies in Brazil in order to prepare the population in the face of the challenges of the financialization environment in the Brazilian economy, and how effective. From the critical view of the investigation, it is concluded that the current policies are aimed at legitimizing a model of financial education of market interest, which therefore needs improvement in the search for social inclusion and full citizenship.*

**Key words:** *financialization, education, interest, neoliberalism*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABECS - Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.
- ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
- BACEN – Banco Central do Brasil.
- BIS - Banco de Compensações Internacionais (em inglês: Bank for International Settlements) é uma organização internacional responsável pela supervisão bancária. Visa "promover a cooperação entre os bancos centrais e outras agências na busca de estabilidade monetária e financeira". Sediado em Basileia, na Suíça, reúne 55 bancos centrais de todo o mundo.
- BPC – Benefício de Prestação Continuada.
- CNC – Confederação Nacional do Comércio.
- CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996.
- CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.
- CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.
- ENEF – Estratégia Nacional da Educação financeira.
- FECOMERCIO RS - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul
- FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
- FENAPREVI - Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi) é uma associação civil sem fins lucrativos.
- FMI - Fundo Monetário Internacional.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPCA – Índice de Preços Nacional ao Consumidor Amplo
- IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada.
- IPMF - Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi instituído pela Lei Complementar nº 77

de julho de 1993, com alíquota de 0,25%.

- MEC – Ministério da Educação e Cultura.
- OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico.
- PAI - Programa de Ação Imediata, Ministério da Fazenda, 1993.
- PEIC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor.
- PIB – Produto Interno Bruto
- RPPS - Regime Público de Previdência Social.
- SFN – Sistema Financeiro Nacional.



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. CONTEXTO HISTÓRICO E IDEOLÓGICO .....	15
1.1. Neoliberalismo como paradigma da financeirização .....	22
1.2. O processo de financeirização da economia brasileira.....	27
2. EXPLORANDO O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO.....	36
2.1. Geração de riquezas .....	40
2.2. A lógica da Governança Corporativa.....	45
2.3. O crédito e os juros como instrumentos da financeirização .....	47
2.4. Perfil do crédito no Brasil .....	51
2.5. Consumo .....	57
2.6. Endividamento .....	61
3. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	67
3.1. Conceito .....	71
3.2. A Educação financeira na perspectiva da OCDE.....	73
3.3. A educação financeira comparada.....	77
3.4. Educação financeira no Brasil.....	81
4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM UM AMBIENTE DE EXCLUSÃO E DESIGUALDADE ...	85
4.1. A Nova Classe Média brasileira.....	87
4.2. O ambiente do Sistema Financeiro Brasileiro e a bancarização.....	91
4.3. O relacionamento das pessoas com o sistema financeiro.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	110

## INTRODUÇÃO

Segundo estudos promovidos pela FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo)<sup>1</sup>, veiculada em julho de 2018, por diversos setores da mídia, com base em dados levantados pelo BACEN (Banco Central do Brasil) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes ao ano de 2017, o peso do pagamento de juros sobre o orçamento das famílias brasileiras, ultrapassa as despesas com alimentação, aluguéis, planos de saúde, educação e vestuário, desocultando uma das atuais faces da financeirização na economia brasileira, representada pelo impacto dos juros no cotidiano e no orçamento das famílias.

Planilha 1 – Despesas anuais das famílias em 2017  
(maiores itens individuais de despesa)

Despesa	Valor da despesa em R\$	Juros/ Valor da despesa <sup>1</sup> (%)	Juros/ Valor da despesa <sup>2</sup> (RAZÃO)	Participação
Refeição fora do domicílio	168.991.721.066	109,9%	2,1	5,1%
Empregado Doméstico	138.525.143.432	156,1%	2,6	4,2%
Aluguel residencial	129.908.156.797	173,1%	2,7	4,0%
Gasolina	128.189.299.332	176,8%	2,8	3,9%
Plano de saúde	121.651.624.281	191,6%	2,9	3,7%
Energia elétrica residencial	113.981.992.023	211,3%	3,1	3,5%
Automóvel novo	90.173.423.137	293,4%	3,9	2,7%
Ônibus urbano	88.836.078.188	299,4%	4,0	2,7%
Lanche	68.768.246.359	415,9%	5,2	2,1%
Conserto de automóvel	56.891.036.998	523,6%	6,2	1,7%
Taxa de água e esgoto	55.251.763.864	542,1%	6,4	1,7%
Condomínio	55.162.881.020	543,2%	6,4	1,7%
<b>VALOR DOS JUROS PAGOS</b>	<b>354.786.369.141</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,0</b>	<b>10,8%</b>

1 – Taxa percentual que o valor dos juros pagos supera o valor de cada item de despesa anual

2 – Razão (nº de vezes que o valor dos juros pagos representa sobre cada item de despesa anual

Fonte: IBGE (despesas IPCA - Índice Preços ao Consumidor Amplo - 2017) – Cálculos FecomércioSP

O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro de 2017 foi de R\$ 6,6 trilhões. A renda das famílias naquele ano alcançou R\$ 3,282 trilhões. Dados do BACEN, demonstram que as pessoas físicas brasileiras em 2017 pagaram R\$ 354,8 bilhões em juros, ou seja, 5,4% do PIB de 2017 e 10,8% da renda.

Trata-se da imediata consequência do endividamento que decorre da maior oferta de crédito ao consumidor final, resultando, na última década, em uma grande transformação nos hábitos de consumo.

<sup>1</sup> FecomércioSP (2018) – [www.fecomercio.com.br/noticia/empresas-e-familias-brasileiras-pagaram-r-475-6-bilhoes-dejuros-em-2017-diz-fecomerciosp](http://www.fecomercio.com.br/noticia/empresas-e-familias-brasileiras-pagaram-r-475-6-bilhoes-dejuros-em-2017-diz-fecomerciosp). Acessado em 07/09/2018.

O mercado altamente competitivo, implantou como estratégia de expansão, a promoção de vendas parceladas, em que os juros incutidos nas parcelas e no preço final, são ocultados ao consumidor, sob artifícios publicitários como a “prestação que cabe no seu bolso”, “juros zero”, “pague 1 e leve 2”.<sup>2</sup>

O parcelamento, como estratégia comercial, apresenta-se nos mais diversos segmentos, ultrapassando os bens duráveis para abranger lojas de departamentos, vestuários e inclusive supermercados na venda de alimentos de primeira necessidade, em que as antigas “cadernetas” foram substituídas pelos chamados cartões “private label”<sup>3</sup> ou “cartão de crédito da loja”, agregando-se ao cotidiano das famílias. Juros, parcelamentos, empréstimos e crédito, incorporam-se na conjuntura econômica e ideológica do fenômeno da financeirização.

Até pouco tempo atrás, em cenário histórico recente no Brasil, a caderneta de poupança e a aquisição de imóveis, eram as formas conhecidas e reconhecidas de investimento; enquanto que, o cheque pré-datado, constituía-se como a forma mais acessível e popular de meio de pagamento e crédito; previdência, saúde, educação, construção e manutenção de rodovias, por exemplo, eram preocupações do Estado.

O domínio ideológico do neoliberalismo e sua operatividade através da financeirização da economia<sup>4</sup>, promoveu uma mudança radical, instituindo hábitos e crenças, além do que, o Estado progressivamente se afastou de suas obrigações elementares. Hoje são tão variadas as formas de investimento, que é preciso uma consultoria para decifrá-los com clareza. As opções de crédito e meios de pagamento aumentaram em grande velocidade. O cheque como forma de pagamento ou crédito (cheque pré-datado) está em franca decadência e próximo ao desuso. Os cartões de crédito e débito assumiram o seu lugar. O Estado incentiva os planos de previdência e saúde privados, alterando diretrizes das políticas sociais.

Resista-se ou não à mudança, necessário que se promova sua compreensão, em busca de seu aperfeiçoamento e inclusão, ou, ao menos, para que a sociedade se habilite a operar dentro desse sistema com razoável segurança.

Outra mudança relevante foi a maior exposição das pessoas aos riscos trazidos por suas decisões financeiras. Além de fraudes em transações eletrônicas frequentes, os riscos

---

<sup>2</sup> SEBRAE – *A promoção de vendas como arma para espantar a crise no varejo* (2015) disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/a-promocao-de-vendas-como-arma-para-espantar-a-crise-no-varejo,3abb26ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCRD>; acessado em 20/12/2018

<sup>3</sup> FecomércioMG – *Balanço Crédito 05/2014* – disponível em <http://www.fecomerciomg.org.br/2014/08/4767/> - acessado em 28/12/2018.

<sup>4</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 41

sistêmicos originados pelas chamadas bolhas especulativas<sup>5</sup> também têm se tornado uma realidade cada vez mais próxima das pessoas, como a recente crise de 2008 conhecida como hipotecas podres, ou *subprimes*<sup>6</sup>.

Para o sociólogo alemão Wolfgang Streeck<sup>7</sup> há uma tendência global da redução do endividamento público com gastos públicos em bem-estar social, compensada pelo crescente endividamento privado, que está relacionado com os efeitos da financeirização no capitalismo democrático contemporâneo.

A financeirização se insere no paradigma econômico e ideológico do neoliberalismo, gestado desde o final da década de 1940, com a publicação de “O caminho da servidão”, de Friedrich Hayek e a formação do grupo “*Mont Pèlerin Society*”<sup>8</sup>, mas que se tornou hegemônico a partir dos anos 1980, assumindo contornos globais, momento em que, a riqueza de papel (títulos) se multiplicou de forma independente da valorização dos ativos produtivos<sup>9</sup>, impondo-lhes contornos e limites, ditados pela ideologia dominante do neoliberalismo, que se opera economicamente pela financeirização, e está presente no cotidiano do Estado, limitando sua soberania e estabelecendo suas diretrizes quanto à política cambial, econômica e social<sup>10</sup>, sob intenso peso ideológico, agregado pelo discurso hegemônico e pelo esforço da mídia em legitimá-lo, de forma a naturalizar as relações impostas no interesse do capital rentista e especulativo, nacional e internacional, sob a liderança dos países centrais do capitalismo, que se constituem na atualidade como sociedades pós-industriais, centradas na tecnologia e serviços<sup>11</sup>.

Tais observações direcionam o fio de condução da pesquisa, que no primeiro capítulo se destina a compreender o neoliberalismo e seu mecanismo de financeirização da economia e das relações sociais, desvendando seus efeitos sobre a vida privada das famílias brasileiras, investigando se, e como, a educação, vista como direito constitucionalmente assegurado e obrigação, não apenas do Estado, mas de toda sociedade, pode se oferecer como um

---

<sup>5</sup> Fase especial do mercado caracterizada por um aumento substancial e injustificado dos preços de um ou mais bens, devido a um aumento repentino na demanda.

<sup>6</sup> Subprimes são hipotecas de maior risco ou de segunda linha.

<sup>7</sup> STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa (Portugal): Conjuntura Actual Editora, 2013.

<sup>8</sup> A Sociedade Mont Pèlerin é uma organização internacional fundada em 1947, composta por filósofos, economistas e políticos de diversos países, como Friedrich Hayek, Frank Knight, Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman reunidos em torno da promoção do liberalismo, seus valores e princípios.

<sup>9</sup> BRAGA, José Carlos. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. In São Paulo: USP, *Revista de estudos avançados*, vol. 23, nº: 65, 2009, p. 96

<sup>10</sup> CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (Organizador). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro e Luís Leiria, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998. p. 268

<sup>11</sup> BELL, Daniel – *O advento da sociedade pós-industrial*. Tradução Heloysa L Dantas. Editora Cultrix 1974. São Paulo. p. 148 e 149.

instrumento de inclusão e racionalização no relacionamento de pessoas de todas as classes sociais, com a moeda e o mercado de financeiro, trazendo novos valores e modificando culturas sociais.

Consolidam valores democráticos inalienáveis, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, aos quais se insere o direito social da educação, inscrito no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), que tem o papel, constitucional e histórico, de preparar a população e as pequenas empresas, para o cenário de escolhas e desafios do meio econômico e financeiro nos dias de hoje. Ao direito à cidadania, o Banco Central agregou o termo, cidadania financeira<sup>12</sup>, a partir do qual afirma que é essencial universalizar o acesso da população à educação financeira, para que a sociedade tenha plenas condições de melhor gerir o seu dinheiro e planejar sua vida, já influenciada pelas complexas relações financeiras promovidas, no atual paradigma do neoliberalismo, sob o impacto da financeirização.

A Constituição de 1988, em consonância com os objetivos fundamentais da República, positivou o direito à educação, atribuindo-lhe o caráter de direito social e dever não apenas do Estado, mas também da família, das entidades privadas e de toda sociedade, tendo por escopo o pleno desenvolvimento da pessoa, de forma a torná-la apta ao exercício da cidadania e sua qualificação para operar perante o mercado, como consumidor consciente das oportunidades, riscos e ônus, do qual sobressai o direito ao acesso à educação financeira. Tem-se, desta forma, de um lado, o consumidor, a exigir a materialização de um direito e, de outro, o Estado, que se apresenta com o dever de efetivá-lo, de tal forma que, há um direito subjetivo exigível pelo consumidor ao Estado, que tem o dever jurídico de cumprimento, competindo à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação, conforme artigo 21 inciso XXIV da CF/88.

No quadro atual de financeirização e de complexidade do sistema financeiro, o pleno desenvolvimento da pessoa, representa possibilitar o acesso à educação financeira, de forma a torná-la preparada para o exercício da cidadania plena, portanto, inclusive financeira. A norma constitucional fixa os princípios em que educação deve ser promovida no artigo 206, abrangendo a igualdade de condições para o acesso e permanência, a liberdade para aprender e ensinar, a defesa do pluralismo e a gratuidade do ensino público, que alcançam o direito de

---

<sup>12</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cidadania financeira é um conceito relativo aos direitos e deveres do cidadão quando o assunto é sua vida financeira. Para o BC, educação, proteção e inclusão financeira contribuem tanto para a cidadania financeira como para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a manutenção da estabilidade econômica do País. Disponível em <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/index.php>, acessado em 01/12/2018.

acesso à educação financeira, em um sistema educacional democrático, que deve englobar um padrão de qualidade com a universalidade do acesso à informação, importando a sonegação desse direito em responsabilidade da autoridade competente (art. 208, VII, §§1º e 2º, da CF/88). Acrescente-se que o direito ao acesso à educação, encontra-se vinculado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu art. XXVI, aplicável e exigível no Brasil.<sup>13</sup>

Se é inegável a importância da educação, que se vincula a valores fundamentais da Constituição da República, o problema a ser enfrentado neste trabalho, é identificar as ações que as políticas públicas e privadas no Brasil têm feito para preparar a população para os novos desafios trazidos pela implementação da financeirização na economia brasileira, reconhecendo, como posto pelo Banco Central, que o avanço da cidadania financeira é a base para a estabilidade do mercado, pois, um sistema financeiro sólido requer atenção à inclusão financeira através da educação e adequação do novo consumidor, incorporado às ideologias neoliberais implementadas nas últimas décadas do século XX.

Diante da tendência global da redução do endividamento público com gastos em bem-estar social, compensado pelo crescente endividamento privado, que está relacionado com os efeitos da financeirização no capitalismo contemporâneo, o direito ao acesso à alfabetização e educação financeira ganha contornos ainda mais relevantes.

Partindo de uma revisão histórica dos fatos econômicos e sociais século XX, se busca compreender os mecanismos que levaram ao processo de financeirização na sociedade brasileira no horizonte dos últimos 20 anos. Analisar as mudanças nos hábitos de consumo das famílias, sua relação com o sistema bancário, os efeitos no comprometimento de renda e endividamento. Para isso se pretende utilizar diversos indicadores divulgados por respeitáveis fontes institucionalizadas como Bacen (Banco Central do Brasil), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CNC (Confederação Nacional do Comércio), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), dentre outras, lançando sobre eles um olhar analítico e reflexivo, diante da evidência de que o Estado brasileiro tem ajustado as políticas sociais às diretrizes da financeirização, impostas pelo mercado financeiro internacional.

A financeirização se torna mais visível nas relações entre a população e os bancos no Brasil. Entender as bases dessa relação revela como é conduzida a política privada de educação financeira.

---

<sup>13</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do de 1988 – artigo 5º § 2º.

Nas últimas duas décadas o país experimentou uma movimentação de classes sociais, com a propalada “nova classe média” ou “nova classe C”, que motivada pelo ritmo de crescimento econômico, melhoria da renda das famílias, e facilidades oferecidas pelo crédito farto e fácil, permitiu saciar desejos de consumo por anos represados, contudo, sem bases sustentáveis, diante da recessão econômica, com taxas de crescimento negativas, aumento do desemprego e inadimplência, resultou em retrocesso da classe C aos níveis anteriores, praticamente zerando os ganhos da movimentação de classes<sup>14</sup>. No capítulo 4 pretendemos discutir o fenômeno da desigualdade social e refletir como a educação financeira poderia ter reduzido os efeitos da crise no orçamento das famílias.

Após breve contextualização e justificativa da escolha do tema proposto passamos a definição dos objetivos e a definição da metodologia que se estruturam em torno de três hipóteses iniciais.

Como primeira hipótese, a financeirização trouxe complexidade às decisões financeiras o que levou ao desafio de alfabetizar e educar financeiramente a população. Assim, a educação financeira surge para mitigar os problemas causados pelos mercados, e estimulados pelo Estado, de crescimento econômico baseado no consumo de massa.

Na segunda hipótese, a percepção da sociedade brasileira sobre o tema ainda não faz parte do cotidiano das pessoas e do país. Pretende-se comparar como se dá o processo de educação financeira em outros países do mundo.

A terceira e última hipótese, a educação financeira como fator de inclusão social. Reflexões do fenômeno da nova classe média brasileira no Brasil na primeira década do século XXI.

Como já exposto, tendo por objetivo geral uma investigação das políticas públicas e privadas da educação financeira no Brasil, pretende-se estudar o tema como primeiro objetivo específico, o fenômeno da financeirização, através de uma revisão bibliográfica e histórica, em especial o neoliberalismo, a desregulamentação dos mercados financeiros e o estímulo ao consumo. Esse estudo levará a compreender como surgiram as discussões sobre o tema alfabetização e educação financeira. Assim pretende-se conceituar a financeirização e encontrar sua presença no Brasil.

Como segundo objetivo específico, a proposta é analisar em que estágio está a alfabetização e educação financeira no Brasil, partindo das recomendações da OCDE, e

---

<sup>14</sup> KOPPER, Moises; DAMO, Arlei S. – *A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira* – Artigo SCIELO.2018. -<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100012>

nacionais como o ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira).

Passamos agora a uma breve descrição da metodologia e estrutura da pesquisa.

A pesquisa está estruturada em duas partes, iniciando-se pela exploração da financeirização, como forma de compreender o contexto em que está inserida a sociedade contemporânea. Pretende-se demonstrar a evolução do capitalismo e o avanço do neoliberalismo, de forma a construir conhecimentos sobre os seus efeitos na nova matriz de produção de riquezas, que está ancorado no consumo, no crédito e no endividamento das famílias. Logo após, a alfabetização e educação financeira como resultantes da financeirização, e sua urgência como mais do que inclusão financeira, mas também inclusão social. O enfoque da pesquisa é compreender o sentido da alfabetização e educação financeira no mundo cada vez mais financeirizado como necessário para o exercício pleno da cidadania.

Para isto foi realizada pesquisa em livros, artigos, teses, dissertações, revistas e *sites*<sup>15</sup> de organismos internacionais e nacionais em relação aos temas, com posterior compilação das informações e fichamento dos assuntos, que se encontram lastreados em observações estatísticas levantados de fontes reconhecidas. Optou-se por um modelo de pesquisa qualitativa na modalidade denominada Estado do Conhecimento da Pesquisa.<sup>16</sup>

O Estado da Arte ou Estado do Conhecimento são caracterizados por se procurar “inventariar, sistematizar e avaliar a produção científica numa determinada área de conhecimento, buscando identificar tendências e descrever o estado do conhecimento de uma área ou de um tema de estudo”<sup>17</sup>.

Para que se busque o entendimento do processo da financeirização na economia brasileira, torna-se necessário compreender, de início, o contexto histórico e ideológico em que se insere, e, a partir daí, os seus efeitos, na geração de riquezas, na lógica de governança corporativa que se instaurou, em que o crédito e os juros se apresentam como instrumentos de financeirização, perscrutando suas consequências no consumo e no endividamento na economia brasileira.

---

<sup>15</sup> *Site* e *sítio* se referem a uma página da *Internet* ou a um conjunto de páginas da *Internet*, sendo sinônimos de *website*.

<sup>16</sup> FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. *Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2007

<sup>17</sup> FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. *Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2007 p. 103



## 1. CONTEXTO HISTÓRICO E IDEOLÓGICO

O tema da pesquisa considera o sistema econômico do capitalismo. Duas correntes principais procuram explicar o capitalismo, sob perspectivas diversas, a de Max Weber<sup>18</sup>, para quem se trata de uma herança cultural transmitida pela reforma protestante, o luteranismo e, sobretudo o calvinismo; e a de Karl Marx<sup>19</sup>, que trata do capitalismo como modo de produção, compreendido como a apreensão dos meios de produção, e quanto às relações sociais daí decorrentes em torno da divisão social do trabalho e das vinculações com o processo de produção, instituído em lento processo histórico a partir da Idade Média e desenvolvido, sobretudo, após a Revolução Industrial inglesa.

A transformação do modo de produção medieval, que marca o ponto de partida da decomposição do feudalismo, inicia-se ao tempo do reaparecimento das cidades (burgos), do progresso do comércio inter-regional, marcado pela avidez pelo ganho, a partir do final do século XI<sup>20</sup>, ao norte do que hoje se denomina Itália, que à época se organizavam em Repúblicas e instituíram uma economia, de tal forma pujante, que foram objeto de cobiça dos imperadores do Sacro Império Romano Germânico, até sua completa dissolução, sem que jamais obtivessem a hegemonia pretendida<sup>21</sup>.

Porém, as características do sistema capitalista se oferecem ao observador a partir do final do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial Inglesa, a Revolução Francesa e a Revolução Americana, assim entendida como a guerra de independência. Entre esses marcos históricos se tem o mercantilismo, mais próximo do sistema capitalista (capitalismo comercial), sem o caracterizar definitivamente, do que do sistema econômico feudal.

A acumulação primitiva de capital, instituiu as condições históricas, sociais e econômicas que viabilizaram a criação do capitalismo industrial e a maturação do sistema, a partir da primeira Revolução Industrial inglesa, frequentemente denominado de capitalismo originário, cujo termo linguístico se apresentou ao vocabulário político e econômico, apenas na década de 1860<sup>22</sup>, com uma estrutura fundada na produção industrial, com o surgimento da

---

<sup>18</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 14ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

<sup>19</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>20</sup> HILTON, Rodney. Introdução. In SWEEZY, Paul e outros. *A Transição do feudalismo para o Capitalismo*. Tradução: Isabel Didonnet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 9.

<sup>21</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. 5ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 25-44.

<sup>22</sup> HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Tradução: Luciano Costa Neto. 13ª Ed. São Paulo: Paz e

produção mecanizada e o nascimento de uma classe operária assalariada. O capitalismo inglês efetivamente se fez sentir fora da Inglaterra após 1830<sup>23</sup>, gerando o conceito de capitalismo e as transformações sociais que levaram ao nacionalismo<sup>24</sup>, ao declínio dos impérios coloniais, ao fim da escravidão, a intensificação do processo de centralização e concentração de capitais, a fusão de bancos e indústrias, e, aos desenvolvimentos tecnológicos que, aliados aos novos métodos de gestão da produção e trabalho, se refletiram na segunda Revolução Industrial, já ao final do século XIX com seus reflexos no início do século XX. Ainda no século XIX, a Revolução Industrial, em maior ou menor grau, expandiu-se para a Europa continental e para os Estados Unidos da América<sup>25</sup>.

A Revolução Industrial produziu efeitos imediatos na vida social e econômica, com a aceleração do desenvolvimento tecnológico, a criação de relações impessoais, o advento da sociedade de massas, a crescente urbanização, e, diante do estado de permanente e extrema exploração dos trabalhadores, surgiram os sindicatos, os partidos revolucionários e os reformistas, a progressiva emancipação da mulher, a universalização do ensino fundamental, a convivência entre grupos étnicos e religiosos diferentes<sup>26</sup> e, as grandes crises econômicas cíclicas capitalistas, ocorridas ao longo do século XIX, entre as quais, especial a grande depressão de 1873 a 1895<sup>27</sup>, que impulsionaram o imperialismo, nova fase do capitalismo, agora praticado em escala mundial.

No intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, a economia capitalista mundial, apesar de inicialmente capitalizar uma elevada taxa de crescimento, sofreu os efeitos da grande depressão econômica de 1929, que tem origem na especulação financeira que deu causa à queda da Bolsa de Valores de Nova York, provocando profunda transformação no capitalismo internacional, gerando desemprego e miséria em todo o mundo. Diante da crise, sua extensão e efeitos, provocou a intervenção do Estado na ordem econômica, para regular mercados e atenuar seus efeitos sociais, com a instituição de um conjunto de medidas reguladoras do câmbio e do mercado financeiro, em especial o “*Glass-Seagal Act*”, que

---

Terra, 2007, p. 19.

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 22ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 49.

<sup>24</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa mito e realidade*. Tradução: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

<sup>25</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Tradução: Luciano Costa Neto. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 53-78.

<sup>26</sup> COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 320-343.

<sup>27</sup> BEAUD, Michel. *História do capitalismo de 1500 até nossos dias*. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 195-202.

classificou as instituições financeiras em bancos comerciais e bancos de investimentos<sup>28</sup>.

Em 1944 os países aliados iniciaram negociações em Bretton Woods, nos Estados Unidos, para constituição de instituições financeiras internacionais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e, para estabelecer o princípio do “*Golden Standard*”, pelo qual as moedas teriam paridade fixa em relação ao ouro, porém foi aplicado o dólar norte-americano como padrão financeiro internacional, valendo tanto quanto o ouro e podendo ser assim convertido, ao que se denominou “*Gold Exchange Standard*”.

O Acordo de Bretton Woods estabeleceu os parâmetros do sistema monetário internacional após a Segunda Guerra Mundial, de forma a superar sua desarticulação no período entre guerras, através de um arranjo institucional, amplamente favorável aos Estados Unidos da América, para onde foi deslocado o centro financeiro hegemônico mundial, com a definição do ouro como ativo de reserva e a aceitação do dólar como referencial internacional, formando a base da era de ouro do capitalismo mundial.

Para evitar a repetição do desastre era necessário, antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não-deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requeridos pelas transações em expansão. Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social.

Tratava-se de criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional capaz de superar as enormes limitações que os sistemas então conhecidos, o padrão-ouro e o sistema de desvalorizações cambiais competitivas, haviam imposto não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas<sup>29</sup>.

Diante de tal experiência histórica a celebração e aplicação do acordo de Bretton Woods proporcionou, nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, os anos dourados do capitalismo, movidos pela revolução tecnológica, pela confiança dos mercados consumidores em expansão (com aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores), pelo baixo custo da energia, responsáveis por taxas de crescimento sem precedentes que abrangeu as mais diversas regiões do mundo, inclusive boa parte dos países do Terceiro Mundo e o Bloco Soviético, promovendo-se assim, o início da globalização da economia mundial.

Ao longo da era de ouro do capitalismo, que se encerrou com um novo crash nos

---

<sup>28</sup> MORAIS, Luís Fernando Lobão. *Raízes da crise*. São Paulo: Clube de Autores, 2017, p. 17.

<sup>29</sup> BELLUZZO, Luiz G. de Mello. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados*. In *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP, jun.1995, nº: 4, p.11-20.

anos 1970<sup>30</sup>, as políticas fiscais e monetárias dos países capitalistas adotavam as ideias keynesianas, para quem “o ativismo do Estado é um complemento indispensável ao funcionamento dos mercados para se obter o máximo nível de emprego possível e, portanto, maximizar o nível de bem-estar da coletividade<sup>31</sup>” e do *Welfare State* do pós-guerra, responsável pelo êxito econômico do período e pelo fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores.

Nesse período em que se desenvolveu a Guerra Fria, apresentaram-se o Bloco Soviético, sob a liderança da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular da China, que embora tenha se constituído como comunista em 1949, sob a liderança de Mao Tse Tung, manteve posicionamento independente, tendo se convertido em um capitalismo de Estado após a sucessão daquela liderança<sup>32</sup>.

A partir dos anos 1970, assumiram posição ideológica hegemônica as correntes de pensamento conservadoras (sobretudo em reação ao crescimento de poder dos trabalhadores organizados através de movimentos sindicais e ao crescimento dos comunistas em todo mundo), representadas pelos economistas Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman que se opunham ao *Welfare State*, constituindo em 1947, sob a liderança de Hayek, o grupo de *Mont Pelerin Society*, que defendia princípios de livre mercado da economia, instituindo a doutrina neoliberal que se opunha profundamente às teorias do Estado intervencionista<sup>33</sup>, de forma a conter a expansão dos movimentos sociais e o pleno emprego, vitoriosos em diversos países ao longo desse período e cada vez mais influentes, mesmo em países onde não se esperava tais reações como a França do General De Gaulle.

O movimento neoliberal visava enfrentar o enfraquecimento da classe capitalista frente aos movimentos dos trabalhadores, bem como, reverter a redução da velocidade da acumulação de capital. Os detentores do grande capital se utilizaram do poder político, da mídia e outros instrumentos ideológicos para desestruturar o mundo do trabalho, produzindo desemprego, a desindustrialização e diversas transformações organizacionais e tecnológicas, aliadas a disseminação de visões individualistas do mundo<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> HOBBSVAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª ed. 9ª reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 253-281.

<sup>31</sup> KEYNES, John Maynard. 1996. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. In: *Os Economistas*. Tradução: Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 20.

<sup>32</sup> COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 394-402.

<sup>33</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 29.

<sup>34</sup> HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 110.

O controle cambial exercido no período de vigência do acordo de Bretton Woods, não impediu a especulação de capitais, instituindo-se um sistema interbancário de capitais líquidos registrados em dólares, em Londres, em 1958, pressionando os Estados Unidos, em 1973, a desvalorizar o dólar, sob intenso ataque da concorrência, sobretudo, das economias centrais do capitalismo, ao que se agregou, a derrota na Guerra do Vietnã com seu alto custo e o aumento do preço do barril de petróleo promovido pelos países árabes em retaliação à Guerra do Yon-Kippur (Guerra Árabe-israelense) em 1973, resultando em nova crise do capitalismo.<sup>35</sup>

Como maior economia do planeta e sob os efeitos da guerra fria, e aumento da competitividade comercial de outros países, os Estados Unidos se veem pressionados a adotar medidas para recuperar sua economia.

Por isso, os Estados Unidos e sua economia começaram a sentir os efeitos da ascensão dos parceiros/competidores. Japão e Alemanha, por exemplo, reconstruíram sistemas industriais e empresariais mais novos e mais permeáveis à mudanças tecnológica e organizacional e os novos industrializados da periferia ganharam maior espaço no volume crescente do comércio mundial. Não por acaso, o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial. Durante os anos 50 e 60 a balança comercial americana foi sistematicamente superavitária à despeito da posição deficitária do balanço global<sup>36</sup>.

À crise econômica, ocorrida no início dos anos 1970, reflexo da elevação dos preços do petróleo, mas também das pressões cambiais sofridas pelos Estados Unidos, ao que, agregou-se a disputa ideológica levada a termo pelo neoliberalismo, culminando com a revogação do acordo de Bretton Woods, e, com o fim da fase de ouro do capitalismo.<sup>37</sup>

Estavam instituídas as condições para a virada do neoliberalismo<sup>38</sup> nos países capitalistas, com a redução da presença do Estado e liberação das forças de mercado para guiar as ações dos agentes econômicos na conjuntura do enfraquecimento dos trabalhadores, de forma que, os neoliberais convergiram para, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, ao exercício do poder nas principais economias globais, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a República Federal da Alemanha.

---

<sup>35</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 22

<sup>36</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, jun.1995, n°: 4, p.11-20.

<sup>37</sup> HOBBSVAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª ed. 9ª reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 1997, parte três – 14

<sup>38</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 19 a 29

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria. O Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício<sup>39</sup>.

A vitória política das posições neoliberais, novo paradigma econômico, além de afastar o Estado do bem-estar social, viabilizou a instituição do Consenso de Washington, que adotou suas principais teses quanto à disciplina fiscal, mobilidade do câmbio e desregulamentação do sistema financeiro, para aplicação nos países latino-americanos, com apoio do grande capital do continente.

Em novembro de 1989, o Fundo Monetário Internacional, protocolou o documento denominado Consenso de Washington. Este protocolo, baseado em dez recomendações, tais quais a disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminações de restrições, privatização das estatais, desregulamentação da economia e o direito à propriedade intelectual<sup>40</sup>.

Buscava-se a liberalização do mercado financeiro e a expansão do acesso ao crédito, que em seu conjunto permitiram o fenômeno da financeirização, provocando o deslocamento do poder econômico da produção para o mundo das finanças, de forma que, o aprimoramento da capacidade produtiva deixou de significar aumento de renda per capita, para representar ampliação e concentração em serviços financeiros, tornando o centro da preocupação neoliberal a integridade do sistema financeiro, pelo que, a financeirização passou a abranger qualquer espécie ou área de atividade, afetando o próprio aparato do Estado e até mesmo a vida cotidiana das pessoas, em suas relações de consumo e endividamento, bem como no acesso a bens, produtos e serviços privados e públicos.

---

<sup>39</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 12.

<sup>40</sup> GEORGE, Susan. *A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza*. In BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (mediador) *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006, p. 23-38.

O novo cenário trouxe novos valores para a sociedade contemporânea como o consumismo, a competitividade, o individualismo, uma nova gestão empresarial ocupada mais com a força da marca do que com a produção<sup>41</sup> (que passam a ter valor econômico superior à própria indústria), com relações de trabalho deterioradas, e, a racionalidade dos mercados. Para que o capital pudesse ter mobilidade, houve rápida e gradativa liberalização dos sistemas normativos internos relativos ao mercado financeiro, influenciando o valor de “commodities” e a localização de parques industriais, fixando-se as condições necessárias para atrair novos investimentos e a busca pela estabilidade da moeda. Portanto, a mundialização financeira se desenvolveu tomando por ponto de partida a revogação do sistema Bretton Woods<sup>42</sup>.

A revogação do sistema Bretton Woods, propiciou ainda a adoção de taxas de câmbio flexíveis, a criação de paraísos fiscais, de um mercado norte-americano de títulos de crédito e de derivativos e do processo de endividamento dos países em desenvolvimento.

Em sua segunda fase, que abrange o período compreendido entre 1979 e 1985, promoveu a desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros, fazendo com que houvesse crescimento rápido dos derivativos, de ativos de fundos de pensão, securitização da dívida pública e arbitragem internacional sobre os mercados de bônus, sob forte impacto político e ideológico dos governos da Primeira-Ministra Margareth Thatcher (Reino Unido entre 1979 a 1990), do Presidente Ronald Reagan (Estados Unidos da América entre 1980 a 1989) e do Chanceler Helmut Kohl (Alemanha 1982 a 1998).

A terceira etapa de desenvolvimento da financeirização se iniciou em 27/10/1986, pela liberação da London Stock Exchange, a Bolsa Londrina. Esse processo de liberalização da bolsa londrina, permitiu que instituições estrangeiras operassem livremente como bancos mercantis e agentes da bolsa, fazendo de Londres um centro financeiro mundial, o que deflagrou em outros países uma aceleração nos processos de abertura e desregulamentação sobre os mercados de ações e de matérias primas, resultando num aumento das transações sobre os mercados de câmbios, crescimento do mercado de bônus e “commodities” (matérias-primas), e, a participação dos mercados emergentes do Terceiro Mundo, interligando os mercados financeiros globalmente.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> KLEIN, Naomi. *Sem logo: A tirania das marcas em um planeta vendido*. Tradução: Ryta Vinagre. 2ª Ed. São Paulo: Record, 2002, p. 31-55.

<sup>42</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. p. 24.

<sup>43</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996, p. 250-251

A hegemonia ideológica do neoliberalismo permitiu a apresentação da financeirização como um dos aspectos definidores do capitalismo do final do século XX e início do século XXI.

### 1.1. Neoliberalismo como paradigma da financeirização

Necessário fixar, de início, o sentido do termo “paradigma”, como representativo de modelos e parâmetros de pensamento adotados pela comunidade científica, em determinado momento histórico, direcionando a pesquisa e produção da ciência de forma a estabilizar, por algum tempo, as opiniões fundamentais sobre a matéria, até que venha a ser questionado, e, em crise, seja superado por novos paradigmas<sup>44</sup>, transformando a forma de produzir ciência e de se ver o mundo, constituindo-se, pois, como uma revolução científica.

Toma-se o paradigma do neoliberalismo, que nasceu em uma fase do capitalismo, rompendo a hegemonia do Estado do bem-estar social, que por sua vez, havia substituído o liberalismo clássico.

O liberalismo se apresentou historicamente no momento de expansão do capitalismo, em busca de independência frente ao Estado, utilizando-o, entretanto, para impor a observância de seus interesses quanto a liberdade de contratar, instituindo uma igualdade formal, que lhe foi extremamente útil, seja para concentração da terra e desalojamento de seus possuidores, ou, principalmente para contratação da mão de obra em condições indignas, de superexploração humana, abrangendo trabalho de crianças de 5 anos de idade, sem que essa população recebesse o suficiente para as necessidades mais básicas de sobrevivência, e, em condições de trabalho perigosas e insalubres, em jornadas entre 15 e 18 horas diárias<sup>45</sup>, sob um discurso ideológico de igualdade e de livre escolha em contratar.

As condições sociais causadas pelo liberalismo, que gestou, de um lado, dialeticamente, sua oposição, apresentada pelos socialistas<sup>46</sup>, anarquistas<sup>47</sup> e comunistas<sup>48</sup>, e, de outro, os governos nazifascistas, promoveu sua crise e a necessidade de reforma,

---

<sup>44</sup> KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

<sup>45</sup> HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 187-206.

<sup>46</sup> SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 25ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>47</sup> COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. 16ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>48</sup> SPINDEL, Arnaldo. *O que é comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.



desenvolvida como revolução passiva<sup>49</sup>, com a constituição do estado do bem-estar social, denominado *Welfare State*, que compreende um conjunto de serviços e benefícios sociais promovidos pelo Estado para proteção e segurança social, levando-o à sua superação, impulsionada pelos autoritarismos, guerras, revoluções, crises econômicas (como a grande depressão de 1929) e revoltas ocorridas ao longo do século XIX e início do século XX<sup>50</sup>, com aplicação de programas de regulamentação da economia.

A política do Estado do bem-estar social já havia sido aplicada no século XIX, por Bismark na Alemanha, com intervenção do Estado na economia para fortalecimento da indústria local e em políticas sociais, entre as quais se destacou a educação, o que em seu conjunto possibilitou à Alemanha, recém unificada em torno da Prússia, instituir um parque industrial e uma economia superior a de seus principais concorrentes na Europa continental, produzindo efeitos de longo prazo naquele país. Também nos Estados Unidos da América foi promovido um programa de abrangência social, pelo Presidente Roosevelt, visando superar a crise social originária da grande depressão de 1929, que jamais obteve o pleno êxito pretendido, sobretudo, pela oposição dos conservadores, de tal forma que, a economia americana somente se recuperaria integralmente com a Segunda Guerra Mundial<sup>51</sup>.

Após a Segunda Guerra Mundial se constitui, efetivamente, o Estado do bem-estar social, através do modelo padrão, (com intervenção mínima por um tempo limitado, como nos EUA); do modelo socialdemocrata, também denominado padrão institucional redistributivo, (fundado na solidariedade e cidadania sociais, como na Suécia e Dinamarca); e, modelo ou padrão meritocrático-particularista, onde a política social intervém para corrigir a ação do mercado<sup>52</sup>. Esses modelos buscavam, em maior ou menor grau, promover a seguridade social e o pleno emprego através de programas sociais, com efeitos na economia.

Diante dos programas de regulação da economia, e, em reação a eles, apresentou-se o neoliberalismo, retomando o argumento que o mercado teria as melhores e mais eficazes condições de se autorregulamentar, exatamente pelo interesse egoísta de cada membro da sociedade, que ao buscar seus objetivos produziria o avanço de toda sociedade, considerando o comportamento da economia como mera consequência do somatório das partes que o compõem. O neoliberalismo reintroduziu ao debate econômico a noção ideológica de

<sup>49</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1, p. 393.

<sup>50</sup> HOBBSBAWM, Eric J. *Revolucionários*. Tradução: João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

<sup>51</sup> GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. In *Revista de administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, Mar./Abr. 2006,40(2):201-36.

<sup>52</sup> DRIABE, S. M. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. Núcleo de estudos de políticas públicas. Caderno de Pesquisa 8. UNICAMP 1993.

naturalização das relações do capitalismo, fundado na liberdade e no individualismo<sup>53</sup>.

O neoliberalismo, desta forma, desenvolve-se após a Segunda Guerra Mundial, em enfrentamento ideológico ao Estado do bem-estar social<sup>54</sup>, que já estava presente em constituições que lhe foram anteriores, em especial a Constituições Mexicana (1917), e de Weimar (1919), sendo essencial para o desenvolvimento e o êxito da chamada fase de ouro do capitalismo, investindo, sobretudo, contra as políticas econômicas propostas por Keynes destinadas a evitar as crises cíclicas do capitalismo, como a grande depressão de 1929.

A origem do neoliberalismo pode ser encontrada em “O Caminho da Servidão<sup>55</sup>”, de 1944, em enfrentamento ao Partido Trabalhista inglês, que venceria as eleições de 1945 na Inglaterra, atacando a limitação de mecanismos do livre mercado.

Em 1947, Hayek promoveu o encontro na estação de Mont Pèlerin, na Suíça, entre economistas contrários ao Estado de bem-estar europeu e ao New Deal norte-americano. De tal encontro surgiu a sociedade de Mont Pèlerin. Entre seus membros efetivos, inicialmente 50, encontravam-se Gary Becker, George Stigler, James Buchanan, Maurice Allais, Milton Friedman, Douglass North e Ronald Coase, além do próprio Hayek. A sociedade pretendia efetivamente produzir ideologia, destinada a combater a ideia de solidariedade social, que marcava a política econômica de Keynes, com o objetivo de restaurar a liberdade do capitalismo, por considerar desastrosa a redistribuição social da riqueza, uma vez que, segundo ele, desviaria o curso normal da acumulação e do livre mercado<sup>56</sup>.

A oportunidade política dos neoliberais surgiu efetivamente com a eleição de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra; em 1980 de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América; e, em 1982 de Helmut Kohl na Alemanha, ao que se seguiram outros países, que aproveitando-se da crise econômica decorrente da elevação dos preços do petróleo e da pressão da Guerra Fria, naquele momento intensificada pela invasão da União Soviética ao Afeganistão, colocaram em prática as teorias de Hayek<sup>57</sup>.

O programa neoliberal reduziu a base monetária; extinguiu programas sociais, de forma a onerar o indivíduo e desonerar o Estado de seus compromissos históricos e sociais;

---

<sup>53</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 66

<sup>54</sup> HOBSEWAM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª ed. 9ª reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Parte dois – 8 – a era de ouro.

<sup>55</sup> HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

<sup>56</sup> ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (organizadores) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

<sup>57</sup> ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (organizadores) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

elevou as taxas de juros; reduziu os impostos sobre rendimentos altos; aboliu os controles de fluxos financeiros; provocou desempregos em larga escala, considerados como naturais e necessários à economia de mercado, por possibilitar a contenção salarial, para quebrar a força dos sindicatos e reduzir o poder dos trabalhadores, pelo que, instituiu-se uma legislação contra os sindicatos, com a derrota do movimento sindical; promoveu privatização do setor público, contribuindo para a acumulação de capital, com a instituição da financeirização em substituição a atividade produtiva<sup>58</sup>.

A par do êxito político e econômico do programa neoliberal ocorreram sob o seu comando e, continuam a ocorrer, períodos de graves crises financeiras internacionais, em meio a globalização financeira, com o agravamento da questão social em todas as partes do mundo, bem como a redução do poder soberano dos Estados em regular suas respectivas economias, prejudicando a acumulação produtiva e, portanto, o desenvolvimento industrial, ao tempo em que promove uma grande concentração de riqueza e abismos sociais<sup>59</sup>.

Tem-se, pois, o predomínio no sistema financeiro internacional de um capital rentista e especulativo, cuja globalização visa garantir a apropriação em condições o mais regulares e seguras possíveis em escala mundial, subordinando o capital produtivo às imposições do mercado financeiro, que atingem os Estados em suas intervenções no mercado, segundo tais interesses, representando o fim da racionalidade industrial capitalista que relacionava a acumulação com a produtividade, como no modelo denominado fordismo, cujo esgotamento já se fazia sentir nos anos 1980<sup>60</sup>.

O discurso neoliberal, no entanto, não permaneceu diante das crises que ele próprio provocou, visto que, foram investidos recursos públicos para atender a interesses privados em momentos de crise, como ocorreu na crise de 1982-1990, quando banqueiros privados americanos foram socorridos diante da dívida de países em desenvolvimento (Argentina, México, Brasil, etc.); em 1984 o Banco Continental Illinois é socorrido pelo FED<sup>61</sup>, pelo Tesouro e pela agência de controle de investimentos bancários dos EUA; em 1984-1992, o

---

<sup>58</sup> ANDERSON, Perry. *As idéias e a ação política na mudança histórica*. Tradução de Simone Rezende da Silva. In: BORON, Atilio A. AMADEO, Javier. GONZÁLEZ, Sabrina (organizadores) *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/a%20teoria%20marxista%20hoje%20-%20problemas%20e%20perspectivas.pdf> acesso em 11/01/2019.

<sup>59</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008, p. 98 a 106

<sup>60</sup> LIPIETZ, Alain. LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. Tradução: Regina Silva Pacheco. In: *Espaço & Debates, revista de estudos regionais e urbanos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 1988, nº: 25, p. 12-29.

<sup>61</sup> FED - Sistema de Reserva Federal (em inglês, Federal Reserve System, também conhecido como Federal Reserve) é o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos.

governo americano socorreu 3.260 instituições financeiras; em 1987 houve socorro em massa do FED ao Banco da Inglaterra; em 1990-1992, diante da crise dos bancos nórdicos e japoneses houve ajuda do governo norte-americano ao Citybank e ao Bank of New England; em 1994-1995 foi promovida ajuda ao peso mexicano para proteção de investidores norte-americanos; em 1998 foi promovido socorro pelo FED ao Long Term Capital Mangement; entre 2007-2010, diante da crise do setor imobiliário nos EUA, Inglaterra, Irlanda e Espanha, foram promovidas nacionalizações de instituições financeiras, como socorros estatais em todo mundo, e, aplicação de pacotes de estímulos no estilo Keynesiano ao setor financeiro<sup>62</sup>.

Na conjuntura ideológica do neoliberalismo a atividade financeira se desenvolve de forma autônoma em relação à economia produtiva, absorvendo além dos especuladores também os grupos industriais que têm ampliado sua participação no sistema financeiro, tornando esse mercado mais ativo que o industrial, constituindo a racionalidade da financeirização, que instituiu um novo modelo de acumulação capitalista.

A lógica do mercado financeiro é centralizada em atividades de curto prazo, tornando voláteis os capitais investidos, segundo as tendências apreendidas e não sobre os fundamentos do mercado, “de modo que a busca de credibilidade” diante dos mercados tornou-se o novo “Graal” dos governos<sup>63</sup>, pelo que a valorização dos títulos financeiros não se refere à atividade produtiva<sup>64</sup>, desta forma a financeirização representa a supremacia da especulação financeira na acumulação capitalista. Vê-se que a especulação financeira, presente no capitalismo anterior a 1929, retoma sua posição hegemônica, com elevada dívida social.

Na conjuntura do neoliberalismo a financeirização se constituiu como forma sistêmica de riqueza, por produzir dinâmica estrutural em torno da lógica financeira, determinando o contemporâneo modo de produção e de acumulação de riqueza<sup>65</sup>, caracterizada pela expansão dos fluxos financeiros, possibilitados pela desregulamentação financeira em escala mundial, bem como, pela prática de regimes cambiais flutuantes após a extinção do regime Bretton Woods<sup>66</sup>; por um mercado secundário de grande escala que promove a negociação de papéis representativos de ativos financeiros; pela liquidez e

---

<sup>62</sup> HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 266.

<sup>63</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. p. 15.

<sup>64</sup> BRAGA, José. S. C. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>65</sup> BRAGA, José. S. C. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p.195/242.

<sup>66</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, jun.1995, nº: 4, p.11-20.

mobilidade do capital decorrente da abertura dos mercados nacionais; e, pela volatilidade dos ativos, sujeitos à constantes mudanças.

A liberalização dos mercados de negociação de títulos se apresentou como fundamental para desenvolvimento e hegemonia da financeirização, por expandir o capital fictício<sup>67</sup>, marcando o processo de desindustrialização, dissociando a expansão da riqueza financeira (que cresceu 13,9 vezes entre 1980 e 2006), ao aumento do PIB (que cresceu 4,1 vezes) no mesmo período<sup>68</sup>, comprovando que se trata de um sistema essencialmente excludente, que favorece a concentração de riqueza e não o desenvolvimento econômico e social.

A desindustrialização é resultado das inovações tecnológicas, vantagens geopolíticas de produtividade, e da nova mentalidade corporativa trazida pela financeirização, que será vista mais adiante.

O termo desindustrialização indica simplesmente a tendência da produção industrial (imediate) desocupar o centro do processo de acumulação capitalista. Trata-se de um fenômeno que envolve dois processos simultâneos e complementares: um de redistribuição geográfica do capital industrial, determinado por vantagens locais e outras associadas à internacionalização da produção, e outro de desmaterialização da produção capitalista, determinado pelo atual regime de acumulação financeira associado ao progresso tecnológico e inovações das telecomunicações etc<sup>69</sup>.

## 1.2. O processo de financeirização da economia brasileira

A formação da sociedade brasileira foi submetida ao mercantilismo<sup>70</sup> da metrópole, em atendimento a suas exigências de acumulação primitiva de capital<sup>71</sup>, inicialmente por um modo de produção estritamente extrativista em uma conjuntura política de afirmação de Portugal como Estado.

---

<sup>67</sup> CHESNAIS, François. *Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*. In: CHESNAIS, François (Coordenador). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 25.

<sup>68</sup> PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. In *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66.

<sup>69</sup> HAFFNER, Jacqueline A. SILVESTRE, José Maurício. *Brasil: globalização financeira e desindustrialização*. In: *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jan.-jun. 2006, v, 11, nº: 18, p. 55-77.

<sup>70</sup> FERREIRA, Waldemar. *O direito público colonial do estado do brasil sob o signo pombalino*. Rio de Janeiro: Nacional do Direito, 1960, p. 21.

<sup>71</sup> NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1981, p.70.

Desenvolveu-se a economia colonial, no entanto, de forma especializada, pelo que, "o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito<sup>72</sup>". O processo de acumulação para formação do grande capital agrícola, em especial cafeeiro, tem origem no início do século XIX, com a produção e exportação de açúcar, a comercialização de animais e escravos, firmando São Paulo como grande centro comercial. Em paralelo da economia cafeeira, e, como pressuposto para sua constituição, desenvolveu-se um complexo sistema de infraestrutura, com a expansão de uma rede ferroviária e a instituição de sistema financeiro, intervindo o poder público diretamente na sua viabilização.

A partir do final do Império, em que as estruturas econômicas e sociais do país se transformaram, constituiu-se uma elite formada pela classe proprietária dos meios de produção, por uma nascente burguesia industrial, pela classe comercial urbana e pelo capital internacional<sup>73</sup>.

Na última década do século XIX foram constituídas diversas casas bancárias no país, sobretudo, no Estado de São Paulo, controlados pelo capital cafeeiro, que diversificou sua atividade abrangendo o comércio, os serviços, e em menor grau, a indústria, constituindo uma burguesia bancária altamente influente e ativa politicamente.

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismos socioeconômicos débeis e oscilantes, aparentemente insuficientes para alimentar a universalização efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma<sup>74</sup>.

Na República Velha a taxa de câmbio foi controlada pelo setor cafeeiro com a desvalorização da moeda nacional sempre que os preços do café caíam nos mercados internacionais, de forma a manter a rentabilidade interna dos produtores em uma política em que "O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as

---

<sup>72</sup> MELLO, João Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 37-41.

<sup>73</sup> PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na república velha*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 13.

<sup>74</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006, p. 262.

exportações<sup>75</sup>”. Nesse período o Estado forneceu empréstimos ao sistema financeiro, em condições que favoreceram a burguesia bancária, porém que gerou o encilhamento do início do século XX.

No Estado Novo, o sistema financeiro brasileiro teve papel reduzido, quando comparado com outros setores da economia. Os bancos comerciais, sobretudo do período compreendido entre 1930 e 1964, centravam-se em operações de curto prazo, submetidos a um teto legal de juros, em razão da Lei da Usura<sup>76</sup>, que os limitava a uma taxa de 12% ao ano, vedando sua capitalização.

O Brasil iniciou a década de 1960, ainda sob a influência das ideias Keynesianas, de protagonismo do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social. Grandes empresas estatais (Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobrás, Eletrobrás) e privadas (multinacionais)<sup>77</sup> assumem a liderança do processo desenvolvimento nacional.

Em 1964, foi articulado e executado um golpe militar, com apoio e participação da elite econômica, com o objetivo de afastar as reformas sociais e a ampliação de poder e espaço político das classes trabalhadoras<sup>78</sup>. Os governos militares pós-64, aproveitando-se da época de ouro do capitalismo, obtiveram elevados índices de crescimento e desenvolvimento, obtidos, no entanto, à custa de endividamento externo<sup>79</sup>. Nesse período foi reorganizado o sistema financeiro nacional, criado o Conselho Monetário Nacional<sup>80</sup> e o instituto da correção monetária, sucessivamente alterado.

A correção monetária como instrumento de mobilização financeira contribuiu para o processo de acumulação e especulação essencialmente financeira. Porém a reestruturação do sistema financeiro não obteve êxito em operações de financiamento das atividades produtivas para médio e longo prazo, o que favoreceu as empresas multinacionais, que captavam recursos externos, na absorção das empresas nacionais<sup>81</sup>.

Em 1974, com a crise internacional do petróleo e as mudanças no cenário de crédito mundial, decorrentes do aumento da taxa de juros dos títulos norte-americanos, expôs a vulnerabilidade da balança de pagamentos, lançando o país de volta a problemas como,

---

<sup>75</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003, p. 165.

<sup>76</sup> BRASIL, *Lei de usura*. Decreto nº: 22.626, de 07 de abril de 1933.

<sup>77</sup> IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 262.

<sup>78</sup> FERNANDES, Florestan. *Brasil, em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980, p.113.

<sup>79</sup> CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

<sup>80</sup> BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

<sup>81</sup> CAFFE, Miguel; BRUNO, Ricardo - *Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento*. Economia e Sociedade v. 26. Campinas. p. 1025 a 1062. 2017.

inflação, desemprego e endividamento do setor produtivo<sup>82</sup>. O Estado brasileiro passou a utilizar as operações de curtíssimo prazo para controlar a inflação, oferecendo os títulos públicos, favorecendo a especulação e acumulação financeira em detrimento do financiamento e estímulo à produção.

Os anos da década de 1980, foram marcados pela crise da dívida externa, sob a pressão do neoliberalismo internacional; por um desempenho econômico instável e sucessivas crises econômicas<sup>83</sup>; por elevadas taxas de inflação, pelo que, o governo Geisel promoveu o início da abertura política, levada a termo por seu sucessor, João Figueiredo, apesar da resistência dos grupos conservadores<sup>84</sup>.

As estratégias de administração monetária adotadas no Brasil para enfrentar essa grave situação, ao longo da década de 1980, conseguiram evitar a explosão imediata da hiperinflação ou a ocorrência de uma crise de liquidação de ativos. Mas isso foi feito mediante uma monumental socialização dos prejuízos, e mais que isso, de uma ampla socialização dos riscos. Com a emissão de moeda indexada ou títulos dolarizados, os governos garantiram aos agentes privados a possibilidade de arbitragem entre ativos financeiros, absorvendo, mediante desequilíbrios fiscais e patrimoniais crônicos, os riscos de taxa de juros e o risco cambial<sup>85</sup>.

A incapacidade do governo militar solucionar a crise econômica, após um grande movimento por eleições diretas, possibilitou a eleição indireta de um presidente civil, Tancredo Neves (substituído em decorrência de falecimento pelo vice-presidente José Sarney), que convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1985<sup>86</sup>, eleita em 1986, como a mais representativa da história do país, responsável pela promulgação da Constituição de 05 de outubro de 1988, que tomou por foco principal os direitos individuais e sociais, promovendo uma mudança paradigmática no Direito brasileiro<sup>87</sup>, seguindo os modelos constitucionais europeus do pós-guerra, essencialmente principiológicos, sob o fundamento da dignidade da pessoa humana e a consequente tendência de repersonalização do Direito, onde se reconheceu, com força normativa, o direito à educação.

Já sob a égide da primeira constituição democrática, desde 1946, foi realizada eleição direta para presidência da república, 30 anos depois da última eleição democrática, sendo

---

<sup>82</sup> LIMA, Luís Antonio de Oliveira. *Crise do petróleo e evolução recente da economia brasileira*. In *Revista de administração de empresas*. vol.17 no.2 São Paulo Mar./Apr. 1977.

<sup>83</sup> IBGE. *Estatística do Século XX*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>. Acesso em 23 de maio de 2018.

<sup>84</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p. 183-215.

<sup>85</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. *Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 18.

<sup>86</sup> BRASIL, *Emenda Constitucional* nº: 26, de 27 de novembro de 1985.

<sup>87</sup> PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14ª edição. Saraiva. São Paulo.2013. p. 93



eleito Fernando Collor, que ao assumir o cargo, decretou feriado bancário de sete dias (entre 13 e 19 de março de 1990) e adotou medidas radicais e heterodoxas, com mudança de moeda e bloqueio de depósitos em poupança, que gerou o confisco da riqueza nacional, causando iliquidez e grandes incertezas quanto ao futuro da economia<sup>88</sup>.

O efeito imediato foi uma drástica redução da produção, acentuando a recessão de 1990/1991, embora se buscasse, em um programa neoliberal, a modernização e inserção do país na nova ordem internacional, iniciada na década de 1970, no contexto da globalização.

Ainda que medidas neoliberais estivessem presentes nas políticas dos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990) é através de Collor que o projeto neoliberal se instala no país<sup>89</sup>.

Com o afastamento de Collor no processo de impeachment em 1992 e a posse do vice-presidente Itamar Franco em 1993, veio o anúncio do Plano Real, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que havia liderado sua implementação e se elegeu para dois mandatos ao cargo de Presidente, radicalizando uma política neoliberal.

A estabilização desta vez, focou na âncora cambial e se valeu da disponibilidade de dólares do mercado internacional, buscando tornar o país atrativo ao mercado de capitais, em momento que as ações estavam depreciadas, promoveu, segundo o modelo neoliberal a privatização de diversas empresas públicas e, principalmente, emitiu títulos da dívida pública que contavam com elevadas taxas de juros reais e com a perspectiva de valorização cambial, adotando ainda um profundo ajuste das contas públicas<sup>90</sup>.

O modelo de abertura econômica, juros reais elevados e câmbio sobrevalorizado, através de frequentes intervenções no mercado, persistiu de 1994 até a crise cambial de 1998/1999, resultando em deterioração das contas externas e reflexos no mercado de trabalho.

Para perseguir o equilíbrio fiscal foram propostas algumas medidas para cortar gastos e aumentar receitas através do programa PAI<sup>91</sup>, como: limitar em 60% a participação dos salários do funcionalismo na receita corrente da União, dos Estados e dos Municípios; aumento de impostos como a instituição do IPMF<sup>92</sup> e depois pela CPMF<sup>93</sup>; a redução das

---

<sup>88</sup> GIMENEZ, Denis M. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2007. p. 111

<sup>89</sup> GIMENEZ, Denis M. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2007. p. 112

<sup>90</sup> GIMENEZ, Denis M. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2007. p. 116

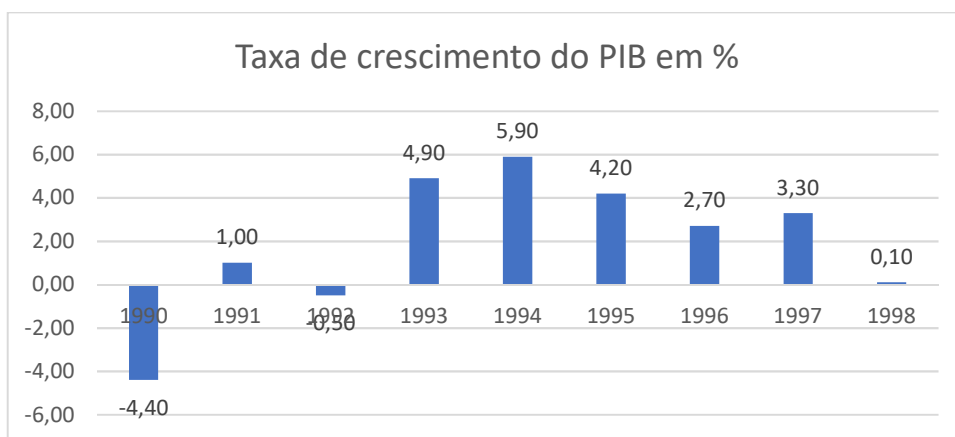
<sup>91</sup> PAI - Programa de Ação Imediata", Ministério da Fazenda, 1993

<sup>92</sup> IPMF - Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi instituído pela Lei Complementar nº 77 de julho de 1993, com alíquota de 0,25%.

transferências não constitucionais de recursos do orçamento federal; a regularização dos pagamentos da dívida vencida para com a União; o impedimento de Estados e Municípios a uma situação de endividamento insolúvel; a suspensão da assinatura de novos convênios e as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios inadimplentes com a União.

A análise da taxa de crescimento do PIB no período compreendido entre 1990 e 1998, demonstra a recepção do projeto neoliberal na economia, primeiramente no período Collor (1990/1992), com péssimos resultados econômicos, seguidos da euforia do Plano Real (1993/1995) que, no entanto, não se sustentou, como se observa pelos péssimos indicadores em 1998, de forma que no período 1990/1998 o PIB obteve crescimento médio anual de 2%, mantendo-se a economia presa às mesmas variáveis presentes nos anos 1980, de ordem estrutural; de política econômica; de resultado de fluxo e estoque<sup>94</sup>.

Gráfico 1



Fonte: IBGE série histórica 1990 a 1999

disponível em <https://seculoxx.ibge.gov.br/en/economicas/contas-nacionais>. Elaboração própria

Sob o impacto da financeirização internacional, foram deflagradas as crises de 1997 e 1998, inicialmente com a crise asiática e depois pela moratória da dívida externa da Rússia, trazendo consequência especulativa para a moeda brasileira, que sofre forte ataque, e expressiva desvalorização em 1999, mesmo após o então Ministro Pedro Malan ter adotado o aumento da taxa de juros, para quase 50% ao ano. Como medida de ajuste foi instituído um modelo de política econômica, denominado “âncora nominal interna”<sup>95</sup>, ainda vigente, baseado no regime de metas de inflação; no câmbio flutuante; e na política fiscal

<sup>93</sup> CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira foi instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996

<sup>94</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. In: SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de, MICHEL, Renaut (organizadores) *Novo Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 3-47.

<sup>95</sup> GIMENEZ, M. D. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese (doutorado) - UNICAMP. Instituto de Economia, Campinas, 2007 p. 121

contracionista, pelo qual o Banco Central orienta suas ações perseguindo os objetivos traçados pela área econômica para os índices de inflação, guiando a política monetária e cambial para o cumprimento desses objetivos.<sup>96</sup>

A forte queda nas reservas cambiais levou o país a buscar apoio do Fundo Monetário Internacional, que exigiu, em contrapartida, o ajuste da política fiscal para obtenção de superávit primário, entendido como o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros, em razão do que foi editada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)<sup>97</sup>, que limitou a despesa do Estado, em todos os seus níveis, como gastos com pessoal; os limites para o endividamento público; a definição de metas fiscais anuais; a proibição de qualquer operação de crédito entre entes da federação; inserindo a proibição de despesa continuada por prazo superior a dois anos sem que se indique uma fonte de receita ou uma redução de outra despesa.

Grandes turbulências, sobretudo na área cambial, marcaram a transição do Governo Fernando Henrique para o Presidente Lula em 2003. Logo no início, em 02/2003, o Governo Lula tratava de acalmar os mercados, enviando comunicado ao FMI que sua atuação “consiste em aumentar a confiança nas políticas econômicas e atender às necessidades sociais mais urgentes”. Também reitera a manutenção da política cambial (câmbio flutuante), da política monetária (assentada sobre a política de metas de inflação) e do maior rigor quanto à política fiscal. Intensifica-se a perseguição ao superávit primário, ao mesmo tempo em que novos temas ganham relevância, como o aumento do crédito para as empresas, o programa de crédito consignado, o programa Fome Zero e o programa Bolsa Família.<sup>98</sup>

Com ambiente externo favorável, grande liquidez de dólares, comércio mundial em expansão e preço de *commodities* valorizados, estavam criadas as condições para recuperação diante do dólar, após a forte desvalorização de 1998 e da transição do governo. Com a inflação e preços controlados, e com estímulo ao crédito, houve redução do desemprego, crescimento do mercado interno e do investimento externo, em grande parte direcionado para a especulação na dívida pública e mercado mobiliário.<sup>99</sup>

Esse cenário criou condições para que o país experimentasse um crescimento do PIB de 5,2% em 2004. Porém esse crescimento não se manteve, porque a equipe financeira do

---

<sup>96</sup> Banco Central do Brasil, Sistema de Metas para Inflação, <https://www.bcb.gov.br/Pec/relinf/Normativos.asp>

<sup>97</sup> Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

<sup>98</sup> GIMENEZ, M. D. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese (doutorado) - UNICAMP. Instituto de Economia, Campinas, 2007 p. 130

<sup>99</sup> GIMENEZ, M. D. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese (doutorado) - UNICAMP. Instituto de Economia, Campinas, 2007 p. 132

novo governo manteve a política restritiva, com aumentos sucessivos de superávits primários e elevadas taxas de juros.

Sobre o saldo a extrair dos Governos Lula (2003-2006 e 2007 - 2010), Luiz Fernando Lobão Moraes exalta:

“[...] considero muito positivo o saldo dos Governos Lula, por duas razões principais. Ele manteve a política econômica de FHC, quando todos esperavam o contrário. Por outro lado, eles contribuíram para a redução do desemprego e o aumento da renda dos trabalhadores, acentuaram as políticas de amparo social dos governos anteriores e iniciaram programas novos, que resultaram na passagem de 29 milhões de pessoas das classes inferiores para a classe média.”<sup>100</sup>

A grande crise financeira de 2008, dos papéis “subprime”, desencadeada em 24 de julho de 2007, em decorrência da queda do índice Dow Jones, motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, que arrastou vários bancos para uma situação de insolvência, repercutindo sobre as bolsas de valores de todo o mundo, não atingiu gravemente o país devido aos resultados dos anos anteriores, tendo a política daquele governo, mesmo diante da crise econômica internacional, atingido um crescimento do PIB de 7,5% em 2010, que constitui o melhor resultado em décadas<sup>101</sup>.

Na transição do governo Lula para o de Dilma as expectativas econômicas eram favoráveis, mas o crescimento a reboque do comércio mundial esgotou-se. O valor das exportações recuou consideravelmente. Além disso, nos anos anteriores, não houve melhoria na infraestrutura, de modo a suportar a evolução da produção. As exportações recuaram diante do Real sobrevalorizado e queda no valor das commodities no cenário mundial. As taxas de juros altas continuavam a atrair o oportunista capital especulativo. Além disso, o Governo Dilma não pôde contar com o colchão de reservas que o governo anterior detinha para enfrentar a crise de 2008.<sup>102</sup>

Os indicadores se deterioraram rapidamente, como aumento do desemprego, queda da renda e da confiança dos agentes econômicos. As contas públicas apresentavam déficits crescentes, resultado da política de desoneração de impostos a setores da economia voltados para o consumo, como automóveis e eletrodomésticos, e retenção de preços controlados, como gasolina e energia elétrica, numa tentativa de segurar a inflação.

---

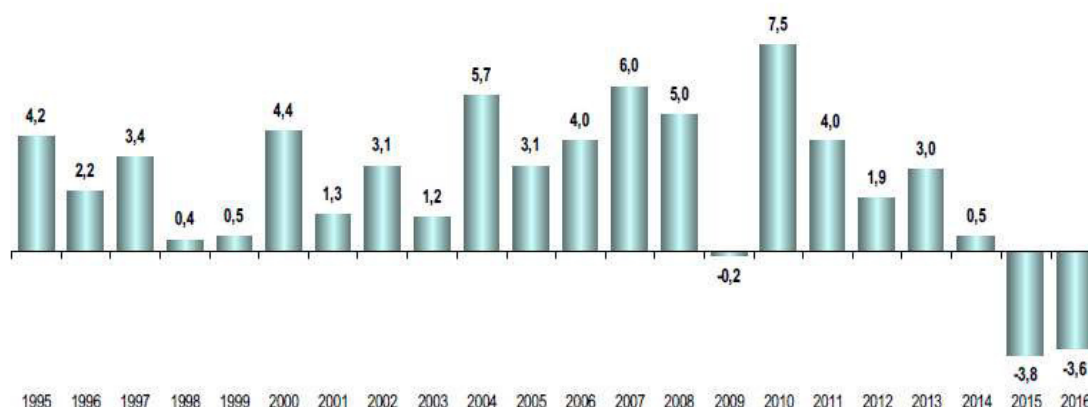
<sup>100</sup> MORAIS, Luís Fernando Lobão. *Raízes da crise*. São Paulo: Clube de Autores, 2017. p. 234

<sup>101</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Relatório anual de 2010*. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010cap1p.pdf>, acesso em 15/01/2018.

<sup>102</sup> BIANCARELLI, André; ROSA, Renato; VERGNHANINI, Rodrigo. *O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise*. Texto para discussão 296 – UNICAMP. Campinas. 2017.

Com o impeachment da Presidente Dilma, chegou-se aos últimos anos, em que se atravessa acentuada recessão econômica e perda de renda das famílias e empresas, que anularam os ganhos com mobilidade das classes sociais da chamada “nova classe C”.

Gráfico 2  
CRESCIMENTO DO PIB  
Variação anual (%)



Fonte IBGE -estatísticas 2017

O quadro contém o crescimento do PIB brasileiro nos últimos 20 anos, que revela o maior crescimento econômico em períodos de elevado investimento social, exatamente como ocorrido nos anos dourados do capitalismo, sob a política do bem-estar social, da mesma forma, observa-se que políticas sociais mais conservadoras produzem efeitos negativos de imediato no crescimento do país, ainda que resultem em rápida concentração e acumulação de riqueza.

Observa-se que o movimento de financeirização da economia, que se expandiu para todos setores da sociedade, proveu o restabelecimento de uma hegemonia do setor financeiro, subjugando o setor produtivo. Nesse contexto a desregulamentação estrutural do mercado financeiro, sequestrou parcela significativa da soberania dos Estados, que se tornaram incapazes de impor de forma eficaz uma política macroeconômica, submetendo-se a intervenções promovidas pelo capital financeiro, organizado em oligopólios<sup>103</sup>, com influência direta sobre o setor produtivo, obstado pela rentabilidade dos mercados especulativos, com reflexos diretos no nível de emprego<sup>104</sup>.

<sup>103</sup> DUMÈNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução: Armando Boito Jr. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>104</sup> AMIN, Samir. *Economia de mercado ou capitalismo financeiro oligopólico?* In: JINKINGS, Ivana. *Margem*

## 2. EXPLORANDO O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO

A financeirização se constitui como um fenômeno histórico e econômico que marca a atual fase do capitalismo em que vivemos, com ampliação da importância dos ativos financeiros. Representa um modelo de economia em que o processo de acumulação de riquezas por canais financeiros cresce mais rapidamente, que por aumento dos meios de produção tradicionais (indústria, agricultura, comércio). A financeirização juntamente com a globalização e o neoliberalismo transformaram o capitalismo, sobretudo nas últimas quatro décadas.

François Chesnais busca explicar a financeirização no que chamou de “teoria do regime de acumulação financeirizado”. Segundo o autor, a esfera financeira coloca-se como o ponto central do processo de acumulação no capitalismo contemporâneo. No prefácio da obra “A mundialização financeira”, diz que “A pedra angular dessa construção é a esfera financeira [...]. Esse novo regime de acumulação emergiu a partir dos anos 80, sobre a base de políticas de liberalização e de desregulamentação procedentes da revolução conservadora nos Estados Unidos e no Reino Unido<sup>105</sup>”, revelando a carga ideológica sob a qual se desenvolve a compreensão da financeirização, que se relaciona à valorização do capital via sistema financeiro em detrimento da produção, a tal ponto que as consideradas boas práticas de organização e gestão da produção refletem e se subordinam à esfera financeira.

Trata-se de um fenômeno sistêmico, capaz de produzir seus efeitos nas relações econômicas nacionais e internacionais, no cotidiano das pessoas e das empresas. A moeda deixou de ser somente um meio de troca, para figurar como um ativo que se oferece como objeto de competição entre os agentes econômicos nos diversos mercados. Desse modo, as decisões de investimentos dos empreendedores sujeitam-se à validação do mercado financeiro, na medida em que o retorno deve ser, no mínimo, igual à rentabilidade dos títulos financeiros para ser considerado viável<sup>106</sup>.

Desta forma, um dos principais indicadores para validação de investimentos, provavelmente o principal, passou a ser a taxa interna de retorno, cujo conceito foi proposto por John Maynard Keynes em 1936:

---

*Esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo: Boitempo, 2008, n°: 12, p. 66.

<sup>105</sup> CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (Organizador). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro e Luís Leiria, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998. p. 7-8.

<sup>106</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996, p. 237-247.

A relação entre a renda de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, [...], dá-nos a eficiência marginal do capital desse tipo. Mais precisamente, defino a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de retorno que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta<sup>107</sup>.

Trata-se, pois, da taxa necessária para igualar o valor de um investimento (valor presente), com os seus respectivos retornos futuros, ou saldos de caixa. Essa sistemática passou a comandar as decisões empresariais de investimento nas atividades diretamente produtivas. Quanto mais alta a taxa, mais se exigirá em troca do valor de investimento em imobilização de atividades produtivas, já que os detentores de capital têm grande liquidez e baixo risco nos ativos financeiros.

Hilferding, em 1910, já chamava a atenção para uma espécie de sobreposição do capital bancário sobre o capital produtivo, como resultado dos investimentos crescentes do capital bancário na indústria.

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos<sup>108</sup>.

Marx explica o processo de transformação do dinheiro em mercadoria, portanto, em capital; utilizando de uma fórmula geral do capital, tendo como ponto de partida a circulação das mercadorias.

A forma imediata da circulação de mercadorias é  $M — D — M$ , transformação da mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. A par desta forma achamos, porém, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma  $D — M — D$ , transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que descreve no seu movimento esta última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, segundo a sua determinação, é já capital.<sup>109</sup>

Portanto, a tendência à financeirização do capitalismo, já era observada por Marx, que percebeu que o capital se desvinculava da economia real, chamando-o de capital fictício, que embora se aproprie da renda criada no setor produtivo não participa dele, vinculando-se ao “rentismo”, que é a obtenção de rendas pela posse de ativos e produtos financeiros e não pela produção e circulação de mercadorias, bens e serviços<sup>110</sup>.

<sup>107</sup> KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução: Mário R. da Cruz. In: *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 149.

<sup>108</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. In *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 283.

<sup>109</sup> MARX, Karl. *O capital*. Primeiro livro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. In: *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 267 e 268.

<sup>110</sup> MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução: Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.p. 883.

A financeirização da economia vem se impondo, nas últimas décadas, no funcionamento da economia capitalista, que em linhas gerais se caracteriza pela autonomia financeira em relação à esfera produtiva e à regulação estatal; pela procura de novas formas de valorização do capital financeiro, acentuadamente fictício; e, por influenciar rumos políticos e econômicos em nível global.<sup>111</sup>

A autonomia financeira é resultado da desregulamentação do mercado financeiro, que se iniciou na década de 1970 nos países centrais e continua em expansão, provocando uma reestruturação produtiva global, deslocando a produção industrial, intensificando o desenvolvimento tecnológico, de modo a obter ganhos na redução do tempo e insumos como força trabalho e matéria prima. Nesse contexto o Estado passa a ter novas tarefas<sup>112</sup>, como corte de gastos sociais, redução de impostos sobre capital e grandes fortunas, flexibilização do câmbio e da legislação trabalhista, elevação da taxa de juros e privatizações; que em seu conjunto representam as chamadas reformas, que objetivam atender a dinâmica do mercado.

A financeirização é, portanto, um novo regime de acumulação liderado pelas finanças (“*finance-led*”)<sup>113</sup>. Este novo regime atribui um papel importante às variáveis e aos impactos dos rendimentos financeiros sobre a riqueza dos diversos agentes e, conseqüentemente, sobre o consumo e o investimento.

Em uma economia “*finance-led*”, a decisão de investimento não depende apenas do comportamento do consumo, mas das restrições impostas pelo mercado de capitais, sendo estas relacionadas à rentabilidade que o mercado deseja.

As mudanças trazidas pela financeirização, de acordo com o professor José Carlos Braga, modificaram o regime de acumulação de riqueza, de tal forma que, os papéis e títulos do mercado financeiro se multiplicaram e geraram riqueza, sem ficarem atrelados a valorização de ativos vinculados a produção, ou das chamadas variáveis reais da economia, pelo que, os agentes financeiros e investidores institucionais passaram a ter maior influência e relevância na economia e na política, impondo suas pautas.

A esse ponto se chegou com a globalização financeira e o movimento de financeirização do capitalismo pelo qual a riqueza de papel se multiplica relativamente independente da valorização dos ativos produtivos, das variáveis reais. É um processo em que todos os atores estão envolvidos, até a corporação produtiva que incorporou a meta financeira em seus objetivos – nunca é demais ressaltar como

<sup>111</sup> PARANÁ, Edemilson. *A Finança Digitalizada: Capitalismo Financeiro e Revolução Informacional*. Editora Insular. Florianópolis. 2016.

<sup>112</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008 p. 12

<sup>113</sup> BOYER, R. *Is a Finance-Led Growth Regime a Viable Alternative to Fordism? A Preliminary Analysis*. *Economy and Society*, v. 29, n. 1, p.111-145. 2000



já assinalado. Interpretações mais recentes e abundantes, sobretudo na mídia, põem ênfase nos descuidos da regulamentação, nos desvios de conduta etc. Esses claramente existiram e foram responsáveis, mas é necessário penetrar nas raízes e ver como se moviam as estruturas desse capitalismo.

Preponderavam as operações privadas em altos níveis de alavancagem e os Bancos Centrais e Tesouros que viraram reféns, repitamos, dessa dinâmica. Na alta da especulação o império do mercado; e na baixa, o socorro do Estado. Assim tem sido em todas as turbulências que ocorreram nesses 38 anos<sup>114</sup>.

O fenômeno da financeirização desperta entre seus estudiosos debates ideológicos entre forças que se denominam conservadoras e progressistas, ora enaltecendo os ganhos em eficiência econômica dos mercados em escala mundial, como as teorias conservadoras dos economistas Friedrich Hayek, da Escola Austríaca, e Milton Friedman, da Escola de Chicago, ora expondo seus efeitos negativos, como tendência ao aumento da concentração de renda e desigualdade, além de seu caráter meramente especulativo, como David Harvey e François Chesnais.

O fato é que a financeirização trouxe profundas mudanças no comportamento dos governos, pois, tem peso relevante na criação das políticas econômicas e no cotidiano da população, para quem são criados novos padrões de consumo e formas de relacionamento com a moeda.

O ponto de preocupação crucial com a financeirização é a exposição da economia às crises, como resultado do desequilíbrio entre a especulação e o crescimento da economia real:

[...] o desenvolvimento do capital fictício não pode ser ilimitado, porque sua valorização decorre de demandas sustentadas por rendas provenientes do processo produtivo. [...] Se o crescimento da produção se atrasa relativamente à valorização do capital fictício, faltará demanda para sustentar novas valorizações e novos ganhos, o que termina por conduzir seus proprietários a vender seus papéis, desencadeando a espiral deflacionária que explicita a crise. A crise consequente é, pois, a forma brutal de estabelecimento de limites à autonomia de circulação relativa à produção<sup>115</sup>.

A financeirização permitiu o crescimento da oferta de crédito como nunca visto na história, não só por parte dos bancos tradicionais. Novos agentes econômicos entraram em cena, como as sociedades financeiras, que se associaram a grandes redes lojistas do Brasil. O ganho financeiro embutido na venda a prazo, muitas vezes supera lucro na comercialização da mercadoria, aumentando os lucros das empresas. Nessa dinâmica a elevação do nível de crédito estimula a demanda, para em um segundo momento, com o vencimento dos

<sup>114</sup> BRAGA, José Carlos. *Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças*. In: *Revista de estudos avançados*. São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 65, p. 89.

<sup>115</sup> MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Capital fictício, autonomia produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual*. In: *Revista Economia*, Brasília, set/dez 2011, v. 12, nº: 3, p. 19.

empréstimos, os recursos ao retornarem para o sistema financeiro, acrescido dos juros, permitem o lucro financeiro e a inserção ao mercado de novos consumidores.

A virada para o capitalismo contemporâneo, como se aprendeu, tem seus fundamentos na desregulamentação dos mercados financeiros, maximização do papel do acionista, revolução tecnológica em nome da eficiência, e, na globalização do comércio, com fenomenal aumento dos volumes negociados de valores mobiliários no mercado financeiro pelo que: “Diferentemente das restrições físicas de capacidade relacionadas a unidades de produção e equipamentos, os mercados financeiros são limitados apenas pela imaginação coletiva dos seus usuários: os negociantes<sup>116</sup>”, produzindo “bolhas de ativos”, como as que caracterizaram as crises da segunda metade dos anos 1980 (especialmente a supervalorização das ações na Bolsa de Nova Iorque e sua queda que gerou o *Black Monday*, em outubro de 1987), a crise da Nasdaq em 1990 e a crise das “subprime”, que resultou na quebra mundial do crédito em 2008.

Nesse quadro, a financeirização afeta diretamente a estrutura patrimonial de todos os agentes econômicos, abrangendo, portanto, não apenas os governos e empresas, mas também as famílias, atingidas pelo desemprego em massa, pela ausência de serviços fundamentais, como em educação e saúde a ampliar seu custo de vida, sujeitando-se a uma elevação no nível de endividamento, com elevado peso em sua estrutura patrimonial.

Diante dessa percepção, oferecem-se à pesquisa, pontos fundamentais para compreensão dos efeitos da financeirização, a questão da geração de riqueza; a governança corporativa no mercado financeirizado; o crédito e juros como instrumentos da financeirização; o perfil do crédito no Brasil; a questão do consumo e endividamento na economia brasileira; subdividindo-se o presente tópico sob tais perspectivas de análise.

## 2.1. Geração de riquezas

A geração de riqueza constitui tema clássico da economia, tendo Adam Smith, em “A Riqueza das Nações<sup>117</sup>”, no século XVIII, proposto que a riqueza constitui resultado da lucratividade das empresas, gerada dos modos de organização e gestão da produção especialização e divisão do trabalho.

---

<sup>116</sup> GUTTMANN, Robert. *Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças*. Tradução Hélio M. Filho. In: *Novos estudos CEBRAP*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/01.pdf>, acesso em 12/01/2018.

<sup>117</sup> SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Tradução: Luiz João Baraúna. In: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Sob o enfoque de produção de riqueza pelas empresas capitalistas foram estabelecidos paradigmas metodológicos da administração. O taylorismo foi criado no final do século XIX, por Frederick Winslow Taylor, que buscou aplicar métodos científicos para administração de empresas, propondo o objetivo de gerar a maior prosperidade possível ao empregador e ao empregado, através da produtividade e eliminação do desperdício, permitindo assim uma aumentar a competitividade do produto e com isso a lucratividade à empresa, através da racionalização da técnica produtiva, fixando disciplina e divisão da atividade dos operários sob uma supervisão hierárquica<sup>118</sup>.

No final do século XIX e início do século XX, Henry Ford desenvolve a metodologia empregada em sua indústria de automóveis, que a tornou, por décadas, a maior fabricante de automóveis do mundo, fixando um modo de administração e produtividade conhecido como fordismo, marcado pela compreensão de que a produção em massa representaria um consumo em massa, o que produziria a diminuição dos custos e maximização do lucro. O método implicou a subdivisão do trabalho, de forma que os operários atuassem especificamente em determinadas tarefas, repetindo-as de forma simplificada e mecanicamente, em uma posição fixa na linha de produção. Com a aplicação dessa metodologia de trabalho a produção permanecia como principal forma de retorno do capital. As empresas buscavam aumento da lucratividade em formas de redução de custos e tempo de produção<sup>119</sup>.

A profunda recessão de 1973 e o choque do preço do petróleo, colocaram em marcha uma nova ordem de reestruturação econômica e política. Surgiram novos métodos de produção, mercados globais, e serviços financeiros, alavancados sobretudo pelas inovações tecnológicas, já sob o impacto ideológico do neoliberalismo. O sistema de produção flexível, pós-fordismo, denominado toyotismo, emergiu como uma tentativa de solucionar a queda na produtividade e, conseqüentemente, na lucratividade das empresas, a partir de um novo modelo de acumulação baseado na flexibilização das relações de produção, contrapondo-se à rigidez estabelecida pelo fordismo. O toyotismo instaura “uma nova hegemonia do capital, no plano da produção de mercadorias, articulando de modo original, coerção capitalista e consentimento operário<sup>120</sup>”, porém, iniciando um processo de precarização do mundo do trabalho, mas ainda tomando a produção como fonte da riqueza.

Com a expansão da financeirização, que assumiu caráter hegemônico na economia, a

---

<sup>118</sup> TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. Tradução: Arlindo Vieira Ramos. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 24-33.

<sup>119</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008. p. 121.

<sup>120</sup> ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 39.

produção industrial deixou de ser o principal fundamento de geração de riqueza, sendo substituída, no contexto neoliberal, pela financeirização da riqueza, que assumiu o papel de padrão sistêmico globalizado. Para Maria da Conceição Tavares, a valorização do capital via sistema financeiro é preferida em detrimento da valorização do capital via produção, onde a lógica da produção passou a ser subordinada à lógica financeira<sup>121</sup>.

Hilferding<sup>122</sup> em 1910 já enxergava a criação da sociedade por ações como uma mudança na função do capitalista industrial, como enfoque no conceito de capital fictício, através do qual há remuneração do capital independentemente de atividade produtiva.

Na condição de capitalista monetário, o acionista busca obter um retorno pelo capital investido, que supera expectativa dos acionistas pela taxa de juros, ou pelos resultados operacionais das empresas, constituindo uma classe de capitalistas monetários e especuladores, que se interessam pelos ganhos decorrentes das oscilações de preços das ações, de tal forma que a riqueza é gerada não apenas pelo lucro decorrente da atividade produtiva, mas também, e cada vez mais, no plano das atividades financeiras e especulativas<sup>123</sup>. Ao incutir as atividades financeiras e especulativas às atividades empresariais, as empresas passam a operar com estruturas patrimoniais que privilegiam não apenas as receitas operacionais, mas sobretudo, as receitas não operacionais, amplificando o processo de valorização do capital sob a forma monetária, independente da órbita da produção.

A financeirização da riqueza alterou os métodos de gestão das empresas, tendo por base a obtenção e superação dos objetivos de criação de valor acionário, promovendo as mudanças no sistema de produção que trouxeram transformações no mercado; na estrutura do trabalho com elevados índices de desemprego, com conseqüente perda de poder dos sindicatos; na ideologia exposta através dos meios de comunicação em massa; nos hábitos de consumo; nas configurações geopolíticas, poderes e práticas do Estado; que refletem a passagem do regime de acumulação fordista para pós-fordista<sup>124</sup>.

Além da transição para o regime de acumulação pós-fordista, um novo regime de acumulação financeira surgiu quando os Estados Unidos romperam, de forma unilateral, com o sistema de Bretton Woods, e posteriormente com revogação da lei Glass-Steagall (regime de controle do setor financeiro). Para permitir a mundialização financeira, houve a adoção do

---

<sup>121</sup> TAVARES, M. C. *A Crise Financeira Atual*. In: Paper Itamaraty. Brasília: Itamaraty, 2009, p. 1.

<sup>122</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. In: Os Economistas. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 116.

<sup>123</sup> PLIHON, D. *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. In: Economia e Sociedade, Campinas: UNICAMP, 1999, n°: 13, p. 45

<sup>124</sup> LUZ, A.R; BITTENCOURT, J.T.; TAIOKA, T. *Financeirização da Riqueza: uma análise da evolução da receita financeira no setor industrial*. Disponível em [www.convibra.org](http://www.convibra.org), acesso em 12/01/2019.

sistema de câmbio flutuante, em substituição ao câmbio fixo, além da securitização dos títulos de dívida pública, como consequência direta da “revolução conservadora instituída no início da década de 1980<sup>125</sup>”.

Em paralelo a um novo regime de acumulação flexível, observou-se um novo padrão de finanças internacional, também flexível, mas principalmente desregulamentado. A predominância das finanças na geração de riquezas da economia contemporânea, pode ser demonstrada confrontando-se a riqueza real, refletida no PNB (Produto Nacional Bruto)<sup>126</sup> mundial e a fictícia, representada pelo estoque de ativos financeiros desde 1980 <sup>127</sup>.

Tabela 1 – Riqueza mundial

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros* (US\$ trilhões)	PNB mundial (US\$ trilhões)	Relação estoque ativos financeiros/ PNB
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

*Fontes:* McKinsey's Global Institute (Ativos) e FMI (PNB); tabela extraída de Paulani (2009, p.29).

Observa-se a desproporção do crescimento do volume da riqueza financeira que superou com larga diferença o crescimento da produção e da acumulação de ativos fixos vinculados à produção, de forma que, no atual paradigma há um novo direcionamento para os investimentos econômicos que não prestigiam a produção e o emprego.

Os detentores de papéis, como ações e títulos, não ocupam mais apenas a posição de credores, onde as finanças intermediavam a relação entre mercado de bens (setor produtivo) e mercado financeiro, o que caracterizava o regime anterior como finanças intermediadas, ou seja, quando as finanças realocavam o superávit das poupanças para os agentes deficitários; porém, embora o crédito continue constituindo instrumento da financeirização, o que

<sup>125</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996. p. 16-17.

<sup>126</sup> PNB – *Produto Nacional Bruto* – reflete o PIB acrescido da Renda Líquida recebida ou enviada ao exterior.

<sup>127</sup> PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. In Estudos Avançados. São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66, p. 29.

prevalece no capitalismo financeiro são as finanças diretas, ou seja, a dinâmica do mercado secundário de papéis<sup>128</sup>, destacando, ainda, que a valorização financeira é qualitativa, “de modo que o dinheiro aparece como fluido dos fluidos, o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história<sup>129</sup>”, resultando em novas formas de produção e concentração de renda, acentuando a desigualdade social, a pobreza, e redefinindo as relações de emprego e produtividade.

O advento da liberalização e desregulamentação do mercado financeiro, criou as bases para o fenômeno da financeirização, tendo por premissa a alocação de um maior volume de recursos à disposição do mercado internacional, contexto em que a crescente liquidez dos grandes bancos e fundos de investimentos, os levou a busca de novos mercados onde pudessem investir em troca de retornos financeiros, impulsionando o mercado de capitais, entendido como um sistema de distribuição de valores mobiliários, que proporciona liquidez aos títulos de emissão dos governos e de empresas privadas, viabilizando o processo de capitalização, centralizado nos locais de onde se realizam as operações de compra e venda de ações e títulos mobiliários, efetuadas entre empresas e investidores.<sup>130</sup>

Países em desenvolvimento disputam o destino desse capital internacional, que será direcionado o à compra de títulos públicos, com reflexos na dívida interna, no mercado acionário ou de títulos privados, permitindo novas formas de captação de recursos a um custo mais baixo que a moeda local. Observa-se que quanto mais desenvolvida é uma economia, mais ativo é o seu mercado de capitais<sup>131</sup>, destinatário da preferência de investidores, em praças de grande credibilidade, que se situam nos países centrais do capitalismo. O Mercado de Capitais é um canal fundamental na captação de recursos que permitem o financiamento do governo e o desenvolvimento das empresas, constituindo-se como uma importante opção de investimento para pessoas e instituições. A riqueza, nessa nova ordem, é gerada principalmente pelo mercado financeiro, pelo que se torna necessário compreender a hodierna governança corporativa.

---

<sup>128</sup> PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. In Estudos Avançados. São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66, p. 27.

<sup>129</sup> SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. In GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: UFF, 1999, Ano. 1, nº: 1, p. 10.

<sup>130</sup> CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996, p. 258

<sup>131</sup> CVM – Comissão de Valores Mobiliários – disponível em: <http://www.investidor.gov.br>. Acesso em 02/01/2019

## 2.2. A lógica da Governança Corporativa

O capital financeiro nas empresas modificou as relações entre os três principais parceiros da organização: acionistas, dirigentes e assalariados, em que “o direito de propriedade, pelo qual o sistema legal confere ao acionista o direito de exercer o seu poder nas empresas através da governança, é uma das formas de dominância das finanças sobre a atividade produtiva<sup>132</sup>”.

Sob o regime que funcionou até os anos 1970, os dirigentes da empresa haviam travado acordos com os assalariados, organizando uma repartição dos ganhos de produtividade na empresa, o que permitiu a preservação da estabilidade da divisão do valor agregado. Com o advento da financeirização, o modelo tradicional de “stake-holder” (considera a empresa como uma comunidade de interesse entre seus três parceiros), cedeu lugar a um novo modelo, denominado “shareholder”, que dá a primazia absoluta aos interesses dos acionistas, com a separação entre os acionistas e os dirigentes, que exercem o poder efetivo dentro da empresa<sup>133</sup>, sob os parâmetros fixados pelos investidores.

Os investidores passaram a impor regras de gestão, isto é, os princípios de governança sobre as empresas controladas, estimulando os executivos a administrá-las tendo como único objetivo a maximização dos valores das ações. Objetivos como o desenvolvimento da produção e do emprego, tornam-se secundários. Daí resulta uma financeirização da gestão das empresas.

Para Plihon, trata-se de aumentar por todos os meios o valor bursátil da empresa<sup>134</sup>, visando maximizar a riqueza dos acionistas, seus proprietários, pelo que, as empresas se equiparam com novos métodos de gestão, como o método EVA (“Economic Value Added”), em que o resultado econômico da empresa, e, a qualidade da administração, são avaliados após a remuneração do total dos capitais investidos, endividamento e fundos próprios, com o objetivo de criar valor acionário.

---

<sup>132</sup> MIRANDA, Bernardo Pádua Jardim de. CROCCO, Marco. SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. *Impactos da Financeirização sobre o Padrão de Financiamento e a Governança das Empresas Não-Financeiras Brasileiras de Capital Aberto: período de 1995-2008*. In Revista de Economia, Curitiba: UFPR, mai./ago. 2015, v. 41, nº: 2, ano 39, p. 07-30.

<sup>133</sup> PLIHON, D. A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira. In: Economia e Sociedade, Campinas: UNICAMP, 1999, nº: 13, p. 45.

<sup>134</sup> PLIHON, D. *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. In: Economia e Sociedade, Campinas: UNICAMP, 1999, nº: 13, p. 48

Assim, de acordo com Plihon<sup>135</sup>, a governança corporativa se desenvolve a partir de boas práticas destinadas a promover a valorização da empresa, que estabelecem condutas de transparência e acessibilidade a informações, garantia do direito ao voto para os minoritários, estrutura de propriedade e controle, a partir das quais se desenvolvem as estratégias:

1) As fusões e aquisições: a criação de valor acionário é obtida por meio de economias de escala. As fusões permitem ganhos de produtividade significativos, que incluem a redução do efetivo de assalariados. Além disso ocorre concentração de poder de mercado maior frente à concorrência.

2) Concentração nas atividades que detém vantagem comparativa. As empresas ganham valor acionário quando não atuam como conglomerado, devido às complexas estruturas. A diversificação fica à cargo dos acionistas e não dos executivos.

3) Reengenharia das cadeias produtivas: consiste em terceirizar a produção de certos produtos ou serviços, quando podem ser fabricados de modo mais competitivo por empresas de melhor performance nesses segmentos. Trata-se de reorganização das cadeias de valor da produção da maneira mais rentável. Esta política, empreendida por numerosas empresas, acabou por “expulsar” os assalariados do perímetro das empresas, confiando a gestão destes a subcontratantes externos, o que causa, geralmente, uma precarização das condições de trabalho.

4) Downsizing: pode ser praticada de diferentes maneiras. Em finanças é a compra pela empresa das suas próprias ações, por exemplo, mediante processo de oferta pública de recompra de ações. Comprando uma parte do seu capital em ações, para um dado nível de lucros esperado no futuro, a empresa aumenta o valor das ações restantes. É também uma técnica que visa a eliminação de processos desnecessários que engessam a empresa e atrapalham a tomada de decisão, com o objetivo de criar uma organização mais eficiente e enxuta possível. Sua atuação é focada na área de recursos humanos, com redução de empregos.

Os gestores passaram a ter sua remuneração relacionadas ao resultado da empresa no mercado de capitais, e não somente no mercado de produção de bens ao qual a empresa está inserida, alinhando os interesses da empresa aos dos acionistas internacionais.

Nessa nova ordem as fontes de financiamento baseadas na captação através do mercado de capitais se tornaram mais voláteis e o investimento passou a depender mais das

---

<sup>135</sup> PLIHON, D. *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. Economia e Sociedade, n. 13, 1999. p. 49 e 50



expectativas de curto prazo, com impacto imediato no nível de empregos, razão pela qual os Estados, visando atrair ou manter investimentos, promovem a flexibilização das leis trabalhistas e adotam medidas que são de interesse do mercado, que abrange, como se viu, em muitos casos, a socialização do prejuízo através da intervenção estatal nos seguimentos em crise. Assim a financeirização não se constitui como um processo integrador, ao contrário, ela se apresenta como agente concentrador de renda, causador da exclusão econômica, do aumento da informalidade e do desemprego, elevando os níveis da desigualdade social, promovendo a nova forma de expropriação, agora do Estado.<sup>136</sup>

O efeito mais perverso do atual modelo de gestão das empresas recai sobre os assalariados. Isso por terem se tornado os parceiros mais fracos da tríade<sup>137</sup>: acionistas-dirigentes-assalariados. Os investidores exigem rendimentos não apenas elevados, mas com prêmio pelo risco do negócio. Em tempos de desaquecimento, a massa assalariada é a principal variável de ajuste à disposição dos dirigentes para assegurar a estabilidade dos resultados da empresa.

### 2.3. O crédito e os juros como instrumentos da financeirização

A financeirização torna o dinheiro não só meio de pagamento, mas uma mercadoria; como tal, não sai de circulação, pois, ainda que transferido sob a forma de empréstimo, deve retornar ao seu titular acrescido de juros, transformando vendedor em credor e o comprador em devedor<sup>138</sup>, pois, “o controle da riqueza sob a forma líquida é que permite ao sistema de crédito impor o seu comando sob todas as outras formas de riqueza<sup>139</sup>”.

Embora o instituto “empréstimo de dinheiro” tenha origem histórica remota, seu significado se transformou com a consolidação do capitalismo, especialmente com a Revolução Industrial do século XIX, quando se multiplicaram as casas bancárias. O crédito e os negócios, oferecendo-se, desta forma, como uma força vital para o crescimento do processo produtivo industrial da economia global, viabilizando não apenas a estrutura

<sup>136</sup> PLIHON, D. *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. Economia e Sociedade, n. 13, 1999. p. 53

<sup>137</sup> PLIHON, D. *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. Economia e Sociedade, n. 13, 1999. p. 58

<sup>138</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. In Os Economistas. Tradução de Reinaldo Mestrinel São Paulo: Nova Cultura, 1985, p. 65.

<sup>139</sup> BELLUZZO Luiz Gonzaga. *Finança global e ciclos de expansão*. In: FIORI, José Luís (organizador). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 88.

industrial, mas também o capital necessário para aquisição dos insumos à produção e distribuição das mercadorias industriais, representando um custo financeiro do produto, a ser restituído ao seu titular acrescido dos juros pactuados, de forma que, o valor mutuado, ao se inserir na atividade produtiva, na forma de crédito, gera novas riquezas.

Com o tempo, o crédito, que já fundamental no processo de produção, ampliou-se para alavancar o processo de consumo, estendendo-se à classe trabalhadora, que dependia dos empréstimos para reprodução do consumo.

Dinheiro e crédito passam a compor o capital monetário, materializados em títulos de crédito que “têm contribuído mais que todas as minas do mundo para o enriquecimento das nações. Por meio deles, o direito consegue vencer tempo e espaço, transportando com facilidade bens distantes e materializando no presente - atualizando-as - as possíveis riquezas futuras<sup>140</sup>”, gerando juros como remuneração do capital emprestado.

O mercado de crédito instituído levou à expansão a atividade bancária, em que se captam recursos de pequenos poupadores dispersos, concentrando o capital, para coloca-los a disposição dos agentes deficitários, sob a forma de empréstimos, constituindo a moeda fiduciária, levando a uma progressiva preponderância dos bancos e do capital financeiro sobre a indústria, ou qualquer outra atividade econômica.

O capitalismo com base nas finanças permite que o capital, que porta juros, estenda sua lógica para o Estado, dando origem aos títulos da dívida pública, que permitem aos governos indefinidas prorrogações da dívida interna e a administração da política monetária, controlando o fluxo de recursos no âmbito do mercado de capitais, assumindo um caráter fictício ainda mais significativo que o promovido pelas bolsas de valores:

Os títulos de dívida pública não precisam de forma alguma representar nenhum capital existente. O dinheiro emprestado pelos credores do Estado pode ter virado fumaça há muito tempo. Esses títulos nada mais são do que o preço pago por uma participação nos impostos anuais que representam o rendimento de um capital inteiramente diferente do que foi gasto na época de uma forma improdutivo<sup>141</sup>.

A participação da renda de juros no valor adicionado total é um importante indicador macroeconômico do grau de financeirização de uma economia, notadamente, no caso brasileiro em que a renda de juros é muito significativa, tendo em conta que ainda representa uma das mais elevadas do mundo, e se encontra concentrada em cinco instituições financeiras

---

<sup>140</sup> BORGES, João Eunápio. *Curso de Direito Comercial Terrestre*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 9.

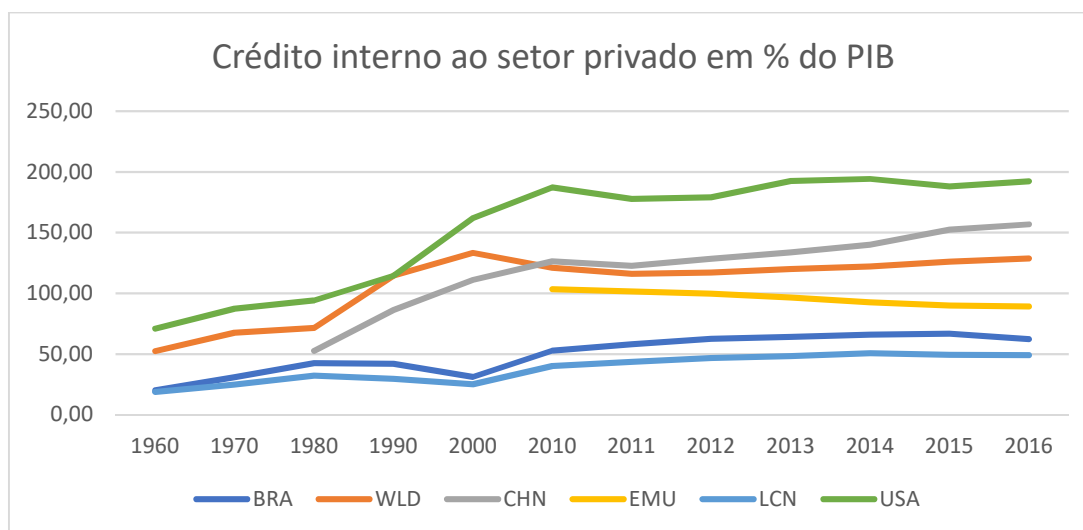
<sup>141</sup> HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. In: Os Economistas. Tradução: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 114.

que representam 81,6% do total de crédito a pessoa física<sup>142</sup>, quais sejam: CAIXA (31,88%), Banco do Brasil (18,92%), Itaú (11,77%), Bradesco (10,38%) e Santander (8,65%) instituindo um oligopólio financeiro, com significativa concentração de poder.

O crédito tem importante papel no processo de acumulação de capital, sendo essencial no funcionamento dos setores produtivos e também às famílias, portanto, os dados financeiros funcionam como um indicador da trajetória futura de crescimento do PIB, influenciando diretamente o nível de desenvolvimento das economias.

O gráfico a seguir demonstra o volume de crédito disponibilizado ao setor privado em comparação com o PIB, através do qual se verifica que, em termos globais, em 1960 enquanto a relação Crédito/PIB era de 52%, no Brasil essa relação era de apenas 20%. Após o Plano Real houve uma clara tendência de crescimento no oferecimento do crédito, ainda assim, atingiu apenas 59% do PIB, enquanto a média mundial supera os 100%. Depreende-se também o elevado percentual do crédito sobre o PIB nas grandes economias (EUA, China, zona do Euro) em detrimento de economias periféricas (Brasil e América Latina).

Gráfico 3<sup>143</sup>



BRA (Brasil); WLD (mundo); CHN (China); EMU (zona do Euro); LCN (América Latina e Caribe); USA (Estados Unidos).

O gráfico 3 demonstra que há espaço para o crescimento do crédito no Brasil. Um dos empecilhos para isto é o elevado custo do crédito, estimulado pela concentração dos recursos em poucos bancos e representado pela taxa de juros, que estão entre as maiores do mundo.

<sup>142</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Economia Bancária 2017*. p. 91. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB\\_2017.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2017.pdf), acesso em 16/01/2019

<sup>143</sup> BANCO MUNDIAL. disponível em <https://datos.bancomundial.org/indicador/FS.AST.PRVT.GD.ZS>, acesso em 01/09/2018.

Dados elaborados pela Infinity Asset e Moneyou, partindo de levantamentos divulgados pelos bancos centrais e FMI (Fundo Monetário Internacional) apresentam sob a forma de ranking as maiores taxas de juros nominais de 40 países tendo por base maio/2018, na qual o Brasil aparece em destaque com 6,25% a. a., lembrando ainda que a taxa de juros no Brasil chegou a 14,25% a.a. em 2015<sup>144</sup> e a 61,34% a.a. (junho de 1995)<sup>145</sup>, no governo Fernando Henrique Cardoso.

As altas taxas de juros praticadas no País são resultantes da política monetária adotada para conter as contas públicas, que em meio a crescente perda de confiança dos agentes econômicos, necessita ser financiada diariamente no mercado, com juros elevados pelo risco de descontrole. Isso torna o setor público o maior tomador de crédito do mercado, colaborando para fixação de um piso elevado para todos os demais tomadores de crédito.

Dados do Tesouro Nacional indicam que em junho de 2017, a dívida pública bruta correspondia a 73,2% do PIB, e, em julho de 2018, já representava 85,5%. Em apenas três anos e meio, essa dívida foi elevada em quase 70%, acrescentando mais de R\$ 2 trilhões ao montante do início de 2014, sendo que, nos últimos 2 anos, a taxa em relação ao PIB saltou de 65% para os atuais 85,5%<sup>146</sup>.

Estudos elaborados pela FecomércioSP (Federação do Comércio de São Paulo), com dados do BACEN (Banco Central do Brasil), demonstram que a relação juros pagos sobre a renda anual das famílias em operações de crédito tomadas junto ao sistema financeiro nacional têm crescido desde 2015, atingindo 12,5% em 2017, conforme tabelas expostas a seguir.

Tabela 2 – juros pagos ao sistema financeiro - Pessoas Físicas

Período	Juros Pagos <sup>(*)</sup> (1)	Inadimplência <sup>(2)</sup> (1)	PIB Anual (1)	Renda anual das famílias (1)	Juros Pagos /PIB	Juros Pagos /Renda Anual Das Famílias
2015	266,6	54,5	6.728,9	3.181,4	3,96%	8,38%
2016	301,0	50,4	6.495,9	3.183,9	4,63%	9,45%
2017	354,8	44,7	6.559,9	3.281,8	5,41%	10,81%
2017/2016	17,9%	-11,3%	1,0%	3,1%	16,7%	12,5%

(1) (R\$ Bilhões a preços de Dez/2017)

(\*) Pagos ao longo do período, descontada inadimplência)

(2) Atrasos Acima de 90 Dias

Fontes dos Dados Brutos: Banco Central do Brasil / IBGE

<sup>144</sup> Moneyou - <http://infinityasset.com.br> e <http://moneyou.com.br>. Acesso em 13/12/2018

<sup>145</sup> BACEN (Banco Central do Brasil). Série histórica. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros> acesso em 15/01/2019.

<sup>146</sup> [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/546624/RAF20\\_SET2018\\_ConjunturaFiscal.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/546624/RAF20_SET2018_ConjunturaFiscal.pdf).

Tabela 3 – juros pagos ao sistema financeiro pelas Pessoas Jurídicas

Período	Juros Pagos (1)	Inadimplência <sup>(2)</sup> (1)	PIB Anual (1)	Juros Pagos /PIB	Inadimplência /PIB
2015	131,1	40,4	6.728,9	1,95%	0,60%
2016	124,5	39,9	6.495,9	1,92%	0,61%
2017	120,8	33,3	6.559,9	1,84%	0,51%
2017/2016	-3,0%	-16,7%	1,0%	-3,9%	-17,5%

(1) Valores em R\$ Bilhões a preços de Dez/2017

(2) Atrasos Acima de 90 Dias

Fontes dos Dados Brutos: Banco Central do Brasil / IBGE

Metodologia e Cálculos: FecomercioSP

Para a FecomercioSP os indicadores se traduzem como conclusões:

O pagamento de juros pagos pelas famílias brasileiras em 2017 atingiu R\$ 354,8 bilhões, valor 18% maior, em termos reais, do que aquele registrado em 2016, representando 5,4% do PIB e de 10,8% da renda anual das famílias. Isso significa que o pagamento de juros, em termos individuais, representou um dos maiores itens de despesa das famílias. O montante de juros pagos pelas empresas atingiu R\$ 120,8 bilhões em 2017, a despeito da contração na oferta de crédito no período. Desde 2015, após atingir R\$ 131,1 bilhões, o pagamento de anual de juros pelas empresas vem registrando queda do montante, refletindo a forte contração do ritmo de atividades no período, que inibiu a tomada de crédito no período<sup>147</sup>.

Assim, demonstrada a relevância do crédito e dos juros não só para a economia, mas também no novo comportamento das famílias, passamos a avaliar de que forma as linhas de crédito estão dispostas no Brasil.

#### 2.4. Perfil do crédito no Brasil

Demonstrou-se que o mercado de crédito influencia diretamente o crescimento da economia brasileira, razão pela qual, quando a política monetária, entendida como atuação das autoridades monetárias sobre quantidade de moeda em circulação, crédito e taxa de juros, destinada assegurar a liquidez do mercado, tem por objetivo o crescimento da economia, promove expansão do crédito, como ocorreu na primeira década do século XXI, facilitando seu acesso às empresas e às famílias, criando condições para que o aumento do consumo eleve os investimentos, impulsionando a economia, o setor produtivo e o nível de empregos, constituindo importante instrumento para redução da desigualdade social; de outro lado, a restrição ao crédito produz o efeito contrário, com a retração da economia, com reflexos

<sup>147</sup> FECOMERCIO SP - *Os Impactos recentes do crédito sobre as empresas e sobre as famílias no Brasil – 2017*. Disponível em [www.fecomercio.com.br](http://www.fecomercio.com.br), acesso em 13/01/2019.

diretos e imediatos no nível de empregos e produção.

Ao adotar um viés de política monetária (expansionista ou contracionista) o governo altera as condições da liquidez dos ativos da economia, influenciando a evolução dos preços dos bens e dos ativos, o nível de atividade econômica, o nível de emprego, a balança de pagamentos, entre outros. O controle da oferta de moeda é realizado pelo Banco Central de diferentes formas, sobretudo, através da compra e venda de títulos públicos (emitidos pelo tesouro nacional) no mercado aberto, conhecido como *Open market*; redesconto de liquidez (empréstimos ao setor financeiro concedidos pelo Banco Central, na forma de créditos em reservas bancárias); e recolhimento compulsório (depósitos que os bancos comerciais são obrigados a manter junto ao Banco Central).<sup>148</sup>

Quando o Banco Central adota uma política expansionista da moeda, há compra de obrigações no mercado, aumentando o dinheiro em circulação, o que reduz a taxa de juros dos títulos públicos. Ao contrário, quando há intenção de reduzir o dinheiro em circulação (política contracionista), o Banco Central adota a venda de obrigações do tesouro nacional, retirando dinheiro da economia, através do aumento da taxa de juros. A chamada Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia)<sup>149</sup>, representa a taxa média das operações compromissadas de um dia (overnight) no mercado aberto, que tem por objeto a comercialização dos títulos públicos federais, e é considerada a base para todas as demais taxas de juros na economia brasileira. A definição da taxa de juros Selic é atribuição do COPOM<sup>150</sup> (Comitê de Política Monetária), com o objetivo de anular a diferença entre as expectativas inflacionárias do momento e o regime de metas de inflação.

No Brasil, a participação dos juros no PIB (Produto Interno Bruto) atinge proporções muito elevadas, por obra da financeirização do mercado, como se constata através da análise da passagem da hiperinflação para o hiperjuro, levando à progressiva participação do setor bancário-financeiro no PIB através das taxas de juros<sup>151</sup>, como ocorreu em três momentos:

- Entre 1947 e 1969 - as taxas de inflação eram baixas e o sistema financeiro brasileiro era por demais incipiente para permitir que a acumulação bancária e financeira pudesse desenvolver-se com base nas receitas inflacionárias, apesar da criação, em 1964, do dispositivo

<sup>148</sup> Banco Central do Brasil (BACEN) disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acessado em 05/01/2019.

<sup>149</sup> A definição da taxa Selic foi publicada originalmente pelo BACEN por meio da Circular nº 2.900 de 24/06/1999, tendo sido revogada e alterada pela Circular nº 3.868, de 19/12/2017.

<sup>150</sup> BRASIL, *Circular 2698 de 20/06/96* do Banco Central do Brasil.

<sup>151</sup> CAFFÉ, Ricardo. MIGUEL, Bruno, *Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil*. In: MIGUEL, Bruno (organizador). *População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015, p. 34-56.

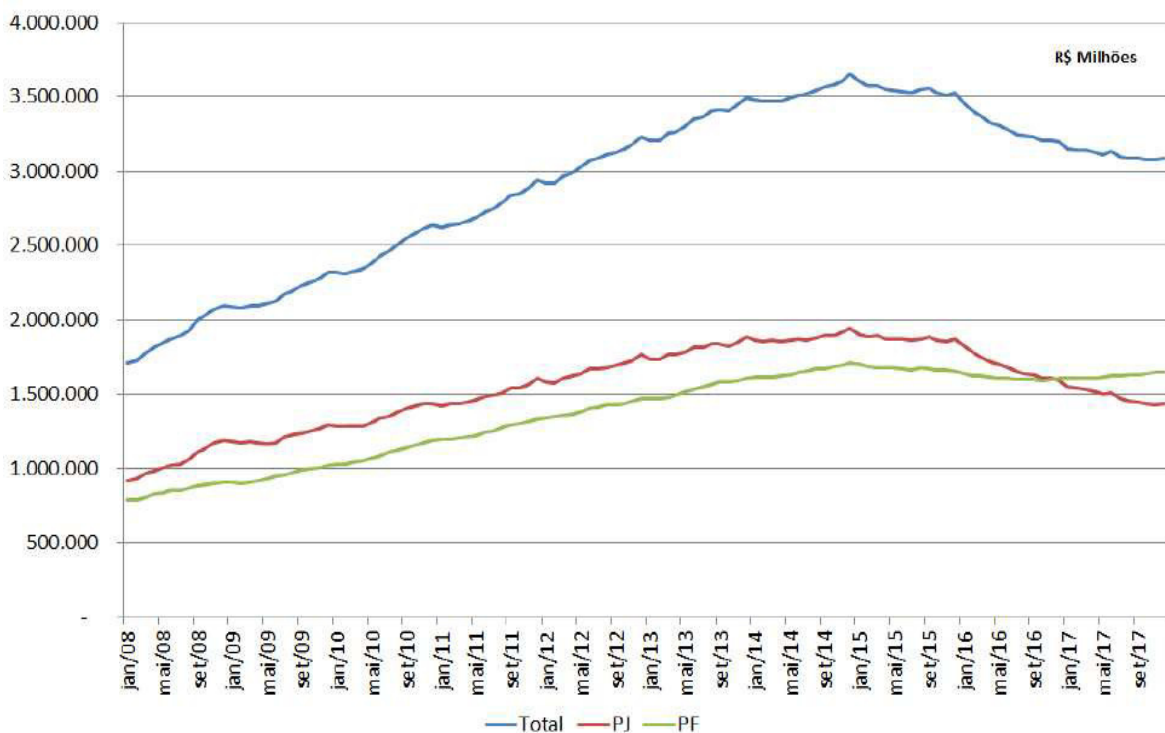
institucional da correção monetária, inicialmente restrito a dívida pública;

- Na década de 1980 mostrou-se extremamente benéfica à acumulação rentista-financeira mediante os chamados ganhos inflacionários;
- A partir de 1995, com a estabilidade de preços, os ganhos inflacionários declinaram rapidamente, levando à progressiva participação do setor bancário-financeiro no PIB através das taxas de juros de títulos públicos ou operações de crédito.

O desempenho do crédito no mercado brasileiro pode ser acompanhado pelo gráfico a seguir, onde pode ser identificado o crescimento ocorrido de janeiro de 2008 até dezembro de 2017, que apresentava saldo total das operações de crédito de R\$3,086 trilhões, sendo R\$ 1,649 trilhão (53,4% do total) destinado às pessoas físicas e R\$1,437 trilhão (46,6%) às jurídicas. Em relação a janeiro de 2014, o saldo total de crédito no Brasil caiu 11,3% em termos reais, resultado principalmente da redução dos financiamentos para as empresas, que apresentaram queda real de 22,8%.

Gráfico 4

**Saldo<sup>1</sup> das operações crédito por pessoa jurídica e física  
Brasil - Janeiro de 2008 a dezembro de 2017**



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

As dívidas contraídas através da utilização de cartão de crédito, destacaram-se em 2017 no crédito à pessoa física com recursos livres, como representativo da preferência do consumidor, com alta real de 8,7%, apesar de se tratar da linha de crédito que apresentou uma das mais elevadas taxas de juros, alcançando, em dezembro de 2017, o patamar de 169% ao ano, provocando sérias restrições ao orçamento das famílias, como se demonstra adiante.

Outra tendência a ser observada no perfil do crédito foi a busca pela classe trabalhadora ao crédito consignado, como uma forma de complementação de sua renda, comprometendo sua margem líquida, pondo em risco sua capacidade de honrar imprevistos futuros.

A crise dos últimos anos é bastante sentida na drástica redução pela busca de financiamento para bens de consumo duráveis como automóveis. Boa parte dos financiamentos em 2014 foram realizados pela classe C, como veremos mais adiante, que com a queda na confiança da economia e aumento no desemprego, acabou inadimplente ou teve que adiar seus planos de consumo.

Tabela 4  
Saldo das operações crédito com recursos livres - Pessoa Física Brasil – milhões R\$

Modalidade	jan/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	Varição Real Acumulada
Cartão de crédito total	184.986	195.457	189.750	190.351	201.149	8,7%
Crédito pessoal consignado total	285.326	303.395	298.203	296.065	310.440	8,8%
Crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas	30.339	27.585	30.017	31.936	30.662	1,1%
Crédito pessoal não consignado	126.670	124.391	117.660	104.686	101.673	-19,7%
Aquisição de veículos	247.351	222.999	176.297	147.778	149.678	-39,5%
Cheque especial	32.101	29.852	27.042	24.039	21.734	-32,3%
Desconto de cheques	1.971	1.819	1.497	1.195	1.019	-48,3%
Aquisição de outros bens	14.717	14.502	12.212	10.459	9.495	-35,5%
Arrendamento mercantil total	9.442	4.021	2.286	1.504	1.116	-88,2%
Outros créditos livres	24.800	23.969	26.154	24.674	23.575	-4,9%
<b>Total</b>	<b>957.705</b>	<b>947.991</b>	<b>881.117</b>	<b>832.688</b>	<b>850.539</b>	<b>-11,2%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

A análise da distribuição do crédito para pessoa jurídica com recursos livres, demonstra que, entre as 16 operações analisadas, somente quatro tiveram variação positiva, com destaque para a antecipação de faturas de cartão de crédito (191,8%), desconto de duplicata (107,6%), cartão de crédito (17,7%) e adiantamento sobre contratos de câmbio (1,5%). Isto demonstra como as empresas se adaptaram às novas imposições do mercado bancário em operações com recursos sem destinação específica, que privilegiaram as operações de antecipação recebíveis de curto prazo, mais seguras e líquidas, em detrimento



das operações parceladas de prazo maior.

Tabela 5

Saldo das operações crédito com recursos livres - Pessoa jurídica (em milhões de R\$)

Operações	jan/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	Variação Real Acumulada
Financiamento a exportações	105.493	104.823	109.130	93.632	93.378	-11,5%
Antecipação de faturas de cartão de crédito	8.726	8.531	5.080	3.997	25.460	191,8%
Cartão de crédito	7.568	8.961	9.291	8.495	8.907	17,7%
Capital de giro	460.523	454.128	394.411	331.330	293.642	-36,2%
Aquisição de bens	36.263	34.052	26.572	22.633	23.278	-35,8%
Desconto de duplicatas	33.799	43.561	45.403	47.831	70.181	107,6%
Conta garantida	56.203	55.081	43.675	33.483	28.722	-48,9%
Adiantamento sobre contratos de câmbio	53.957	63.626	73.591	60.099	54.749	1,5%
Cheque especial	19.824	16.603	15.791	11.026	9.169	-53,7%
Desconto de cheques	11.735	10.719	7.902	5.305	4.384	-62,6%
Arrendamento mercantil	25.753	22.079	17.253	13.604	11.501	-55,3%
Repasse externo	31.434	35.311	48.263	34.348	31.034	-1,3%
Financiamento a importações	7.311	6.883	5.870	2.714	2.880	-60,6%
Vendor	8.557	8.729	5.898	4.536	4.069	-52,4%
Comprar	18.711	20.146	16.015	13.676	13.648	-27,1%
Outros créditos livres	64.222	67.107	86.106	82.451	57.139	-11,0%
Total	950.080	960.340	910.254	769.158	732.141	-22,9%

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

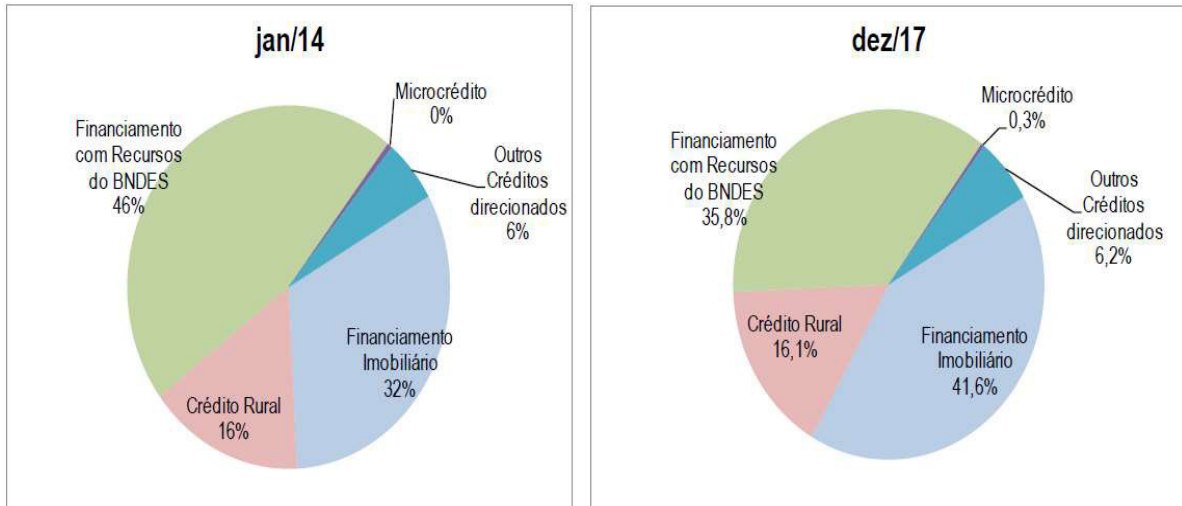
Quanto aos recursos de crédito direcionados, o crédito imobiliário tem destaque. Segundo dados do Banco Central, o volume do saldo da carteira de crédito direcionado para aquisição e financiamento imobiliário cresceu sete vezes (605,3%), entre 2008 e 2017, totalizando R\$ 625 bilhões ao final desse último ano. Esse crescimento se refletiu na maior participação da carteira de crédito imobiliário no total dos recursos direcionados. A participação, que era de 32,0%, em janeiro de 2014, passou a ser de 41,6%, em dezembro de 2017. Enfatizando que, em janeiro de 2008, a participação do crédito imobiliário era de somente 15,7% do total do crédito direcionado. Mesmo com a queda da atividade econômica, desde meados de 2014, a participação do financiamento imobiliário ficou praticamente estável.

Já as operações com destinação específicas destinadas as pessoas jurídicas se mostram com elevado grau de dependências dos bancos públicos, com destaque às linhas de financiamento oferecidas pela BNDES, operacionalizadas através de linhas de crédito com taxas de juros subsidiadas pelo governo federal.

O crédito rural, que também possui taxas de juros subsidiadas pelo governo federal manteve sua posição praticamente inalterada, apesar dos crescentes aumentos de safras do setor agropecuário. Entretanto, observa-se que é baixíssimo o interesse do mercado em oferecer linhas de crédito do microcrédito. Esses recursos, se bem direcionados, podem

potencializar a economia informal e os pequenos empreendedores, estimulando os pequenos negócios. Observe-se a participação relativa das modalidades de crédito direcionado:

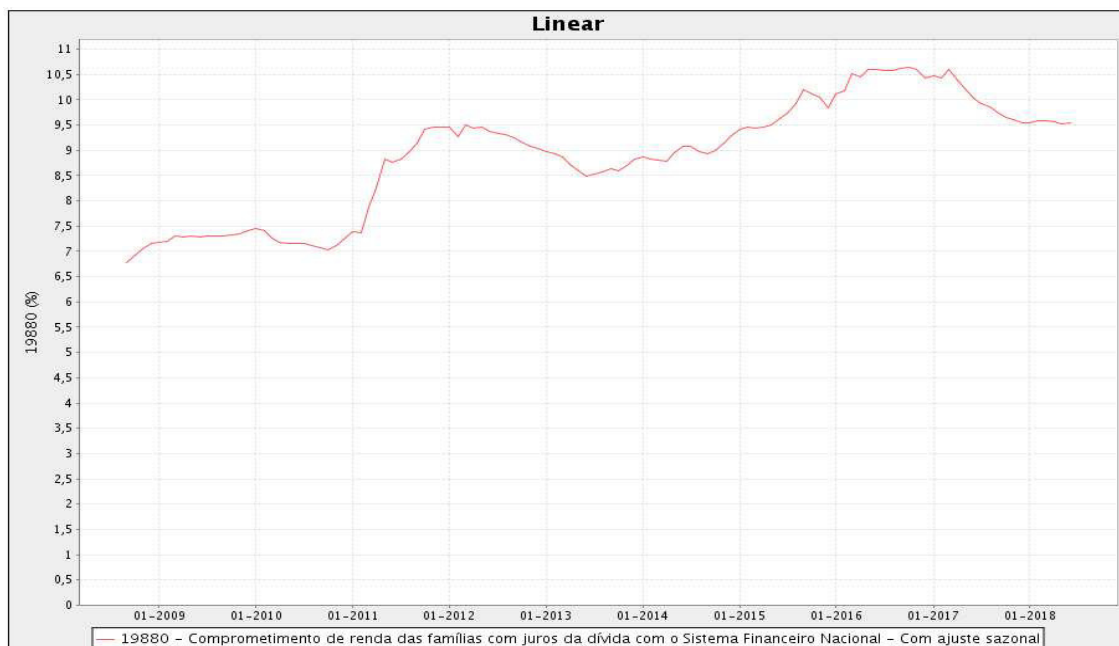
Gráfico 5



Fonte: Banco Central do Brasil - Elaboração: DIEESE - Rede Bancários (2017)

De acordo com dados do Banco Central, o comprometimento de renda das famílias com juros da dívida com o Sistema Financeiro Nacional chegou a 9,56% em 2017. Para efeito de comparação, o percentual gasto com juros, em 2005, início da série histórica do BC, era de 4,8%, ou seja, praticamente metade do comprometimento atual.<sup>152</sup>

Gráfico 6



<sup>152</sup> BANCO CENTRAL. Disponível em <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/19880-comprometimento-de-renda-das-familias-com-juros-da-divida-com-o-sistema-financeiro-nacional>- Acesso em 01/09/2018.

O crédito, antes destinado à produção, ganha novo impulso como efeito potencializador do consumo, que passamos a abordar a seguir.

## 2.5. Consumo

O padrão de vida das sociedades está associado ao seu nível de consumo. Por meio do consumo, as pessoas satisfazem grande parte de suas necessidades e auferem bem-estar. Populações que gastam os maiores montantes médios em consumo, portanto, tendem a possuir melhores condições de vida.

Na maior parte das economias globais, o consumo promovido pelas famílias constitui importante e fundamental componente da geração de riquezas no capitalismo contemporâneo<sup>153</sup>, em que se integra a financeirização, responsável por moldar a gestão das empresas e a promover a sofisticação das relações de consumo das famílias, através da desarticulação do consumo aos limites da renda das famílias, impulsionado pelo crédito e por linhas de empréstimo bancário<sup>154</sup>, contrabalançando o baixo crescimento da renda.

As despesas de consumo das famílias brasileiras representaram 63% dos valores correntes do PIB no ano de 2017. Isto demonstra a importância e o peso que o consumo privado exerce na economia. Esses dados corroboram a afirmativa de que o consumo é o motor da economia.

Tabela 6 – Consumo x PIB

**IBGE**

**Valores Correntes**

**PIB alcançou R\$ 6.559,9 bilhões no ano de 2017**

**Tabela III.1 Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa**

Especificação	Valores Correntes (R\$ milhões)					
	2016	2017.I	2017.II	2017.III	2017.IV	2017
Agropecuária	306.163	96.588	84.001	70.288	48.592	299.469
Indústria	1.144.111	288.873	298.308	314.558	310.247	1.211.986
Serviços	3.957.736	985.571	1.032.770	1.030.711	1.088.049	4.137.102
Valor Adicionado a Preços Básicos	5.408.010	1.371.032	1.415.079	1.415.557	1.446.889	5.648.557
Impostos sobre produtos	851.218	214.007	215.861	225.811	255.705	911.384
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	<b>6.259.228</b>	<b>1.585.039</b>	<b>1.630.940</b>	<b>1.641.368</b>	<b>1.702.593</b>	<b>6.559.940</b>
Despesa de <b>Consumo</b> das Famílias	4.007.330	1.001.845	1.021.076	1.048.827	1.089.471	4.161.220
Despesa de Consumo do Governo	1.262.802	300.547	331.852	311.949	370.787	1.315.136
Formação Bruta de Capital Fixo	1.009.176	244.895	248.769	263.924	268.026	1.025.615
Exportações de Bens e Serviços	782.067	192.321	216.218	210.463	205.424	824.425
Importações de Bens e Serviços (-)	756.094	179.727	180.610	195.233	202.246	757.816
Variação de Estoque	-46.053	25.158	-6.365	1.437	-28.869	-8.640

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.  
Nota: Todos os resultados são calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

<sup>153</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. (2008) - *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução do francês por Marcelo Freire. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, Número especial, p. 586

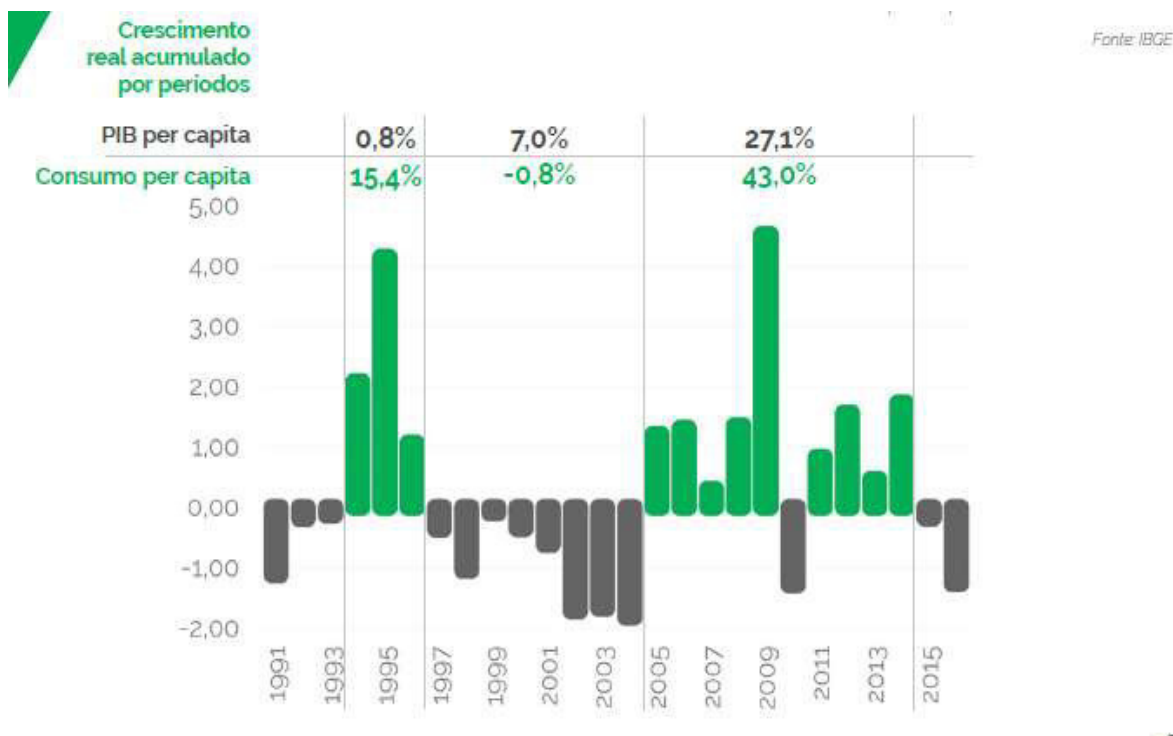
<sup>154</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução do francês por Marcelo Freire. Economia e Sociedade, Campinas: UNICAMP, v. 17, Número especial, p. 575-610.

Em levantamento da FecomércioRS<sup>155</sup>, confrontando o PIB com o indicador de consumo das famílias é possível identificar de 1990 até 2016, dois ciclos de expansão de consumo em velocidade superior ao crescimento do PIB, ambos medidos a preços constantes.

O primeiro deles aconteceu a partir de 1994, em razão da estabilização, obtida com o Plano Real, e permitiu uma organização orçamentária mais eficiente por parte das famílias, que conseguiram atender suas necessidades, reprimida nos anos de inflação.

O segundo ciclo ocorreu de 2005 até 2014, em que média de consumo anual per capita cresceu 43,0%, em termos reais, enquanto a renda média anual (PIB per capita) registrou acréscimo de 27,1%. Ou seja, mesmo com o forte crescimento da renda observado nesse período, o consumo superou sua velocidade de expansão. Desta vez pode-se afirmar que além da recuperação da renda, através do aumento dos empregos formais, o estímulo do governo ao crédito, sobretudo através de empréstimo consignado em folha de pagamento e financiamento da casa própria, através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), proporcionou que o consumo acelerasse.

Gráfico 7 – Ciclos do consumo no Brasil



(fonte: extraído do FECOMÉRCIO – 2017, com base em dados do IBGE)

<sup>155</sup> FECOMÉRCIORS – *Consumo e endividamento – O futuro do comércio no Brasil está comprometido?* 2017. Disponível em [www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br), acesso em 13/01/2019.

O consumo geralmente está atrelado a duas variáveis: renda e taxa de juros. Normalmente quando há aumento de renda das famílias, há uma disposição em aumentar gastos (consumo), e por consequência, o PIB cresce. Já quando os juros estão mais altos, as pessoas tendem a adiar o consumo presente, seja para aproveitar os ganhos que podem obter num investimento financeiro, ou porque o produto se torna excessivamente oneroso, quando necessitam de financiar o consumo.<sup>156</sup>

No longo prazo, é a renda que determina a capacidade de consumo das famílias. O crédito permite antecipar gastos e ajustar as necessidades aos ciclos transitórios de renda. Assim, um aumento de consumo só pode ser permanente e, mais do que isso, não representar um comprometimento do consumo no futuro, quando tem contrapartida na geração de renda da população. Analisando, portanto, o comportamento da renda é que se torna possível entender melhor o que vem acontecendo com as famílias brasileiras nos últimos anos e o grau de comprometimento de sua capacidade de consumir à frente.

Por trás da expansão do crédito às famílias no Brasil está a consolidação da estabilidade econômica no início dos anos 2000 e alterações no marco legal do mercado, relacionadas ao crédito consignado e à alienação fiduciária. Esses fatores permitiram a ampliação da oferta de crédito, a redução consistente das taxas de juros e o alongamento do horizonte de planejamento das famílias e dos bancos, possibilitando o aumento no prazo das concessões.<sup>157</sup>

Seguindo o comportamento da taxa básica de juros da economia brasileira (taxa Selic), as taxas para as operações de crédito de pessoas físicas registraram declínio significativo em que a taxa de juros real de empréstimos às famílias, com recursos livres, saiu do patamar superior a 70% a.a. no início de 2003, para um nível próximo a 30% a.a. em 2012. Ainda segundo o Banco Central, em termos de prazos, após passar por redução de 11,8 meses para 8,8 meses entre 2001 e 2003, o prazo médio das operações de crédito com recursos livres para pessoa física atinge 21,1 meses no final de 2012. Esses dois elementos permitem que as famílias assumam um nível maior de endividamento, pois, tornam o custo do crédito menor<sup>158</sup>.

Juros mais baixos e um tempo maior para amortizar as dívidas fazem o valor das parcelas mensais diminuir, facilitando a sua assimilação dentro do orçamento familiar.

---

<sup>156</sup> FECOMÉRCIO RS – *Consumo e endividamento – O futuro do comércio no Brasil está comprometido?* 2017. Disponível em [www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br)

<sup>157</sup> FECOMÉRCIO RS – *Consumo e endividamento – O futuro do comércio no Brasil está comprometido?* 2017. Disponível em [www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br). Acesso em 13/01/2019.

<sup>158</sup> FECOMÉRCIORS – *Consumo e endividamento – O futuro do comércio no Brasil está comprometido?* 2017. Disponível em [www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br). Acesso em 13/01/2019.

Para vislumbrar o futuro é importante analisar o comportamento da parcela da renda que é utilizada todo mês para pagar as amortizações e os juros das operações de crédito (serviço da dívida).

A redução das taxas médias de juros e, principalmente, o alongamento dos prazos de concessão, contribuíram muito para acomodar os efeitos do grande aumento de endividamento das famílias em sua renda corrente. Porém observou-se um crescimento expressivo da parcela de renda que as famílias comprometem periodicamente com dívidas, amortizações e juros.

Estimulados para o consumo, com desejos de consumo represados, a população se deixa seduzir por propostas como: “pague em 12 vezes sem juros”, ou “prestações que cabem no seu bolso”, sem se dar conta do custo financeiro que aquelas propostas embutem. Os juros se tornaram, nessa conjuntura, o principal componente de despesa das famílias brasileiras.

Embora o nível de endividamento permita maior expansão do crédito tomado pelas famílias, o elevado comprometimento da renda com o serviço da dívida é um limitador importante, e diz muito sobre o comportamento da população em relação à educação financeira, pois, verifica-se, de acordo com dados do BACEN, que saiu de um patamar próximo aos 15,0% em 2005 e atingiu quase 23,0% entre o final de 2011 e início de 2012. Após uma leve redução ao longo de 2012, o indicador voltou a registrar aumento e permaneceu, ao longo do ano de 2016, em patamar próximo a 22,0%.

Já a média de 17 países, de acordo com cálculo do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements – BIS), mostra comprometimento da renda com juros e amortizações de aproximadamente de 10%, a metade do observado no Brasil, segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).<sup>159</sup>

O consumo atua para além do mercado financeiro, que se limita à moeda fictícia, que como se viu não tem necessariamente vinculação com a economia real, mas contribui de forma efetiva com crescimento econômico do país, pois, quanto maior for, mais o PIB tenderá a crescer. O contrário também é verdadeiro, uma queda no consumo pode limitar o crescimento ou mesmo gerar índices negativos ao PIB, quando atrelado a outros fatores.

A expansão do consumo, baseado no crédito, permitiu que famílias acessassem bens de consumo em condições de igualdade com outras classes de renda mais alta. Porém essa pretensa igualdade de consumo estava ancorada no aumento dos níveis de endividamento das famílias. Constata-se que nos últimos anos a renda dos trabalhadores não cresceu no ritmo

---

<sup>159</sup> IPEA. *Carta Conjuntura*. n° 42. Estêvão Kopschitz X. Bastos. 2019. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190204\\_cc\\_42\\_credito.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190204_cc_42_credito.pdf). Acesso 03/01/2019.

suficiente para acompanhar o endividamento.

Dentro de todo o contexto, para que a economia e o sistema financeiro cresçam de forma sustentável, torna-se fundamental preparar os consumidores para tomada de decisões de consumo de forma consciente e programada, o que exige uma cidadania financeira<sup>160</sup>, que se desenvolve essencialmente através da educação.

## 2.6. Endividamento

Ao mapear as dívidas, a inadimplência e seus motivos, a pesquisa do SPC Brasil (Sistema de Proteção ao Crédito) revela que oito em cada dez consumidores (79,0%) possuem um conceito equivocado do termo “endividamento”. O conceito mais citado foi o de que significa compromissos não honrados: 46,7% dos entrevistados acreditam que estar endividado é ter contas em atraso. Ou ainda de que “endividado” tenha a ver com cadastros restritivos de crédito: 30,6 % dos entrevistados, destacando nesse caso, as pessoas das classes C/D/E (34,4%). Apenas (20,2%) dos entrevistados compreende o significado correto, respondendo que uma pessoa endividada possui compromissos financeiros, seja sob a forma de parcelas ainda não vencidas, seja daqueles que estão em atrasos em seus compromissos<sup>161</sup>.

Na história do crédito contemporâneo, ao instituir o *New Deal*, Roosevelt, procurava superar a Grande Depressão de 1929, introduzindo reformas monetárias e bancárias, que permitiram a expansão do sistema bancário e do crédito, de modo a criar as condições para financiar o crescimento econômico. Dos fundos levantados pelos Bancos, uma parte se destinou a empréstimos bancários, a outra se destinou a compra de títulos do tesouro e debentures<sup>162</sup>.

O financiamento a partir da emissão de títulos da dívida ficou conhecido como economia do endividamento. A economia do endividamento do pós-guerra, ajudou os governos na superação de seus déficits orçamentários e as empresas a buscarem novas tecnologias de produção. No cenário internacional a economia do endividamento, permitiu a

---

<sup>160</sup> BANCO CENTRAL. *Cidadania Financeira*. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em 01/12/2018.

<sup>161</sup> SPC BRASIL – Meu bolso feliz. *O conceito de endividamento e as consequências da inadimplência*. Publicado em Fevereiro 2016 por SPC Brasil/ CNDL/Meu bolso feliz. Disponível em [https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/analise\\_educacao\\_financeira\\_dividas.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf), acesso em 10/01/2019.

<sup>162</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução: Marcelo Freire. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, v. 17, Número especial, p. 575-610

transferência sistemática de capital dos Estados Unidos, sobretudo, para reconstrução dos países europeus, nas décadas de 1950 e 1960<sup>163</sup>, contribuindo diretamente para instituição do Estado do bem-estar social e para o desempenho dos anos dourados do capitalismo.

Na década de 70 a economia americana reduziu seu ritmo de crescimento e houve aceleração da inflação. Mudanças importantes aconteceram como o fim do padrão Bretton Woods, o estabelecimento de câmbio flutuante, desregulação das taxas de juros e do sistema bancário. A fim de manter uma política monetária austera de combate à inflação, os governos dos Estados Unidos e depois da Comunidade Europeia, alteraram sua política de crédito de um viés pró-devedor para outro pró-credor, aumentando de forma significativa os juros<sup>164</sup>.

O cenário de crise e as medidas tomadas reduziram os níveis de investimento, e medidas de gestão de redução de custos, a renda proveniente de salários, contendo a inflação, o que permitiu a retomada da economia do endividamento, porém, desta vez, com o sistema bancário aproveitando a desregulação, ganhou a capacidade de definir as condições de empréstimo mais favoráveis a seus próprios interesses e não ao consumidor ou à atividade produtiva, inovando o mercado através de novos produtos financeiros e formas de captação de fundos.

Os países do centro passaram a adotar uma política de endividamento vendendo títulos públicos numa tentativa captar recursos para manter ou reduzir de forma mais paulatina os gastos públicos com as políticas de bem-estar social. Porém, à medida que aumentavam o ônus da dívida era preciso destinar uma proporção crescente dos gastos públicos ao serviço da dívida. Quando os credores começaram a se preocupar em reaver seu dinheiro investido em títulos públicos, pressões dos mercados financeiros obrigaram à implementação da disciplina fiscal, sob a liderança dos Estados Unidos e organizações internacionais como FMI e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)<sup>165</sup>.

O sociólogo Wolfgang Streeck<sup>166</sup> defende a tese do que chamou de “Keynesianismo privado”, para definir a estratégia da substituição da dívida pública pela dívida privada:

---

<sup>163</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução: Marcelo Freire. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, v. 17, Número especial, p. 575-610.

<sup>164</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. (2008) *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças* - Tradução do francês por Marcelo Freire. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, p. 575-610

<sup>165</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução: Marcelo Freire. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, v. 17, Número especial, p. 585.

<sup>166</sup> STREECK, W. *As crises do capitalismo democrático*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: CEBRAP, Março/2012, nº 92, p. 46.



A estratégia adotada pelo governo americano foi crescente desigualdade de renda, causada pela contínua dessindicalização e pelos cortes severos nos gastos sociais, bem como a redução da demanda agregada, causada pela consolidação fiscal, foram contrabalançadas pela criação de oportunidades sem precedentes para que cidadãos e pessoas jurídicas se endividassem. A feliz expressão “keynesianismo privado” foi cunhada para designar aquilo que era, em essência, a substituição da dívida pública pela dívida privada. Em vez de o governo tomar dinheiro emprestado para financiar o acesso igualitário a habitação decente ou para a formação de mão de obra qualificada para o mercado, passou a permitir — às vezes forçá-los a tanto — que cidadãos individuais, sob um sistema de endividamento extremamente generoso, tomassem empréstimos por sua própria conta e risco para pagar seus estudos ou seu acesso a um bairro menos carente.

Quando se observa a demanda originada do consumo das famílias, que responde pela maior parte do PIB das nações, verifica-se que houve estagnação da renda proveniente dos salários nas nações industrializadas. Os salários não conseguiram acompanhar a inflação e foram achatados pela reestruturação corporativa.

Nesse cenário, criar modos de acesso ao endividamento do consumidor, foi o caminho encontrado para dar vazão ao aumento da produção, de forma que o gasto das famílias pudesse ser descasado dos limites da renda em novos produtos de crédito. Nos países industrializados, ao longo das últimas décadas, pode-se ver a correlação entre salários estagnados, ou mesmo em declínio, e o crescente endividamento das famílias, pelo que, o aumento do endividamento do consumidor como uma porcentagem da renda disponível nos Estados Unidos e França, entre 1975 e 2006, dobrou. Gutmann e Plihon ao analisarem o perfil dos consumidores nos mercados mais desenvolvidos, afirmam que a economia americana é um exemplo de mercado que cresceu em torno do endividamento do consumidor. O perfil do consumidor americano prefere o endividamento do que a poupança, diametralmente oposto ao da maioria dos europeus e leste-asiáticos<sup>167</sup>, como se observa abaixo:

Tabela 7

Dívida das famílias como % da renda disponível		
	1975	2006
Estados Unidos	62	127
França	33	68

Fonte: OCDE.

## 2.7. O perfil do endividamento na economia brasileira

<sup>167</sup> GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução: Marcelo Freire. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, v. 17, Número especial, p. 590.

Tomando por base a experiência brasileira dos últimos anos, o indicador de famílias endividadadas, da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de 2017, apresentou aumento de 0,6 ponto percentual, em relação ao ano anterior, alcançando a média anual de 60,8% do total das famílias brasileiras que estão com algum tipo de dívida<sup>168</sup>.

Tabela 8

Quadro resumo – Principais indicadores								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>PEIC (Percentual do total) – Média anual</b>								
Famílias endividadadas	59,1%	62,2%	58,3%	62,5%	61,9%	61,1%	60,2%	60,8%
Famílias com conta em atraso	24,9%	22,9%	21,4%	21,2%	19,4%	20,9%	24,2%	25,4%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	8,9%	8,0%	7,1%	6,9%	6,3%	7,7%	9,2%	10,2%
<b>PEIC – Var. em p.p.</b>								
Famílias endividadadas	-	3,1	-4,0	4,3	-0,6	-0,8	-1,0	0,6
Famílias com conta em atraso	-	-2,0	-1,5	-0,2	-1,8	1,5	3,2	1,2
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	-	-0,9	-0,9	-0,2	-0,6	1,4	1,5	1,1

Fonte: Peic/CNC

O quadro se torna grave ao analisar o percentual de famílias com conta em atraso, ou sem condições de honrar suas dívidas. A pesquisa não relata os motivos que levaram as famílias a entrar em situação de inadimplência, mas podemos deduzir que seja pela perda de renda, ou por desemprego, que continua elevado, ou diante da queda da atividade econômica, pois não há sinais claros que a economia brasileira tenha saído da recessão econômica.

A inadimplência retira do mercado de crédito um contingente de pessoas com potencial de consumo, que dificulta ainda mais a retomada do crescimento econômico.

Quando se divide as famílias endividadadas por faixa de renda, ainda segundo a mesma pesquisa, observa-se que é um pouco maior entre as famílias com até 10 salários mínimos (62,6%) contra 51,7 das famílias com renda superior a 10 salários mínimos. Porém, quando se analisam por faixa de renda das famílias com conta em atraso, a diferença é mais que o dobro entre as famílias com até 10 salários mínimos.

Não há dúvida que a crise econômica penaliza as famílias mais carentes, que em geral têm um menor grau de instrução, portanto necessitam de maior atenção de políticas públicas, sem o que, novos problemas sociais poderão advir, como elevação nos gastos com a saúde pública, aumento dos índices de criminalidade, demandas judiciais que se acumularão nos

<sup>168</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) 2017*. Disponível em <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-32>, acesso em 19/01/2019.

tribunais, só para citar alguns efeitos, mas sobretudo, um contingente significativo de famílias deixará de consumir.

**Tabela 9**  
Principais Indicadores – Faixas de Renda

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>PEIC (Percentual do total) – Média anual</b>								
<b>Famílias endividadas</b>	<b>59,1%</b>	<b>62,2%</b>	<b>58,3%</b>	<b>62,5%</b>	<b>61,9%</b>	<b>61,1%</b>	<b>60,2%</b>	<b>60,8%</b>
Até 10 s.m.	60,9%	63,7%	59,5%	64,0%	63,5%	62,4%	61,7%	62,6%
Acima 10 s.m.	47,9%	53,3%	51,1%	55,2%	54,2%	54,8%	52,3%	51,7%
<b>Famílias com conta em atraso</b>	<b>24,9%</b>	<b>22,9%</b>	<b>21,4%</b>	<b>21,2%</b>	<b>19,4%</b>	<b>20,9%</b>	<b>24,2%</b>	<b>25,4%</b>
Até 10 s.m.	26,8%	24,6%	23,1%	23,6%	21,7%	23,4%	27,1%	28,7%
Acima 10 s.m.	13,2%	12,8%	11,7%	10,9%	9,8%	10,1%	11,8%	11,4%
<b>Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,0%</b>	<b>7,1%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,3%</b>	<b>7,7%</b>	<b>9,2%</b>	<b>10,2%</b>
Até 10 s.m.	9,8%	8,8%	8,0%	8,1%	7,4%	9,0%	10,5%	11,8%
Acima 10 s.m.	3,2%	3,3%	2,8%	2,7%	2,2%	2,8%	3,7%	3,9%

Fonte: Peic/CNC

Por tipo de dívida, como se observa a seguir, o cartão de crédito foi a dívida mais citada pelas famílias brasileiras em 2017, por 76,7% daquelas que disseram ter dívidas, na média anual. Em segundo lugar, ficou o carnê, por 15,7% das famílias, e, em terceiro, o crédito pessoal, por 10,3%. Além do cartão de crédito, também foram menos citadas em 2017 as modalidades: cheque especial, cheque pré-datado e financiamento de carro.

**Tabela 10**

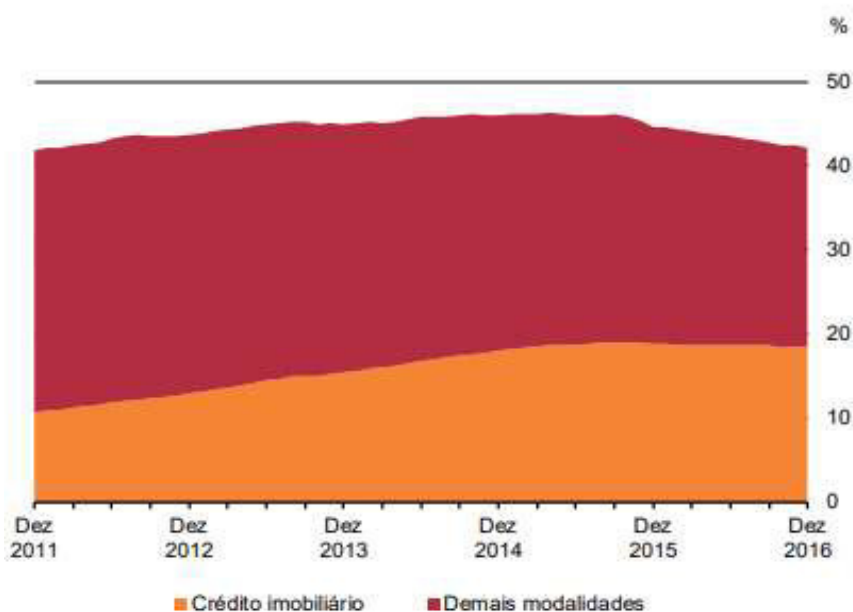
Tipo de dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Cartão de crédito</b>	<b>70,9%</b>	<b>72,7%</b>	<b>73,6%</b>	<b>75,2%</b>	<b>75,3%</b>	<b>76,1%</b>	<b>77,1%</b>	<b>76,7%</b>
<b>Cheque especial</b>	<b>8,3%</b>	<b>6,8%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>5,6%</b>	<b>6,2%</b>	<b>7,2%</b>	<b>6,7%</b>
<b>Cheque pré-datado</b>	<b>4,0%</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,4%</b>
<b>Crédito consignado</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,9%</b>	<b>4,0%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,6%</b>	<b>5,4%</b>	<b>5,6%</b>
<b>Crédito pessoal</b>	<b>11,3%</b>	<b>10,8%</b>	<b>11,3%</b>	<b>10,5%</b>	<b>9,5%</b>	<b>9,0%</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,3%</b>
<b>Carnês</b>	<b>25,0%</b>	<b>22,0%</b>	<b>19,8%</b>	<b>18,7%</b>	<b>17,0%</b>	<b>16,9%</b>	<b>15,4%</b>	<b>15,7%</b>
<b>Financiamento de carro</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,0%</b>	<b>11,5%</b>	<b>12,2%</b>	<b>13,8%</b>	<b>13,7%</b>	<b>11,2%</b>	<b>10,2%</b>
<b>Financiamento de casa</b>	<b>3,2%</b>	<b>3,5%</b>	<b>4,5%</b>	<b>6,1%</b>	<b>7,8%</b>	<b>8,3%</b>	<b>7,9%</b>	<b>8,2%</b>
<b>Outras dívidas</b>	<b>2,5%</b>	<b>3,1%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,6%</b>
<b>Não sabe</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Não respondeu</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>

Fonte: Peic/CNC

O Banco Central do Brasil traz um panorama dos efeitos do endividamento no Sistema Financeiro Nacional, através de publicação periódica do Relatório de Estabilidade Financeira<sup>169</sup>, que demonstra a relação entre endividamento e a renda acumulada nos últimos doze meses. Em dezembro de 2017 esse índice representava 42,2%.

<sup>169</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018\\_04/refPub.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018_04/refPub.pdf), acesso em 19/01/2019.

Gráfico 8 - Endividamento das famílias



Corroborando a pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio), aqui também se demonstra preocupação crescente do consumidor com o crédito para casa própria. A liberação dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também contribuiu para a redução do endividamento e do comprometimento de renda das famílias em 2017, como visto anteriormente.

A análise dos números, principalmente aqueles que demonstram os reflexos negativos do excesso de endividamento, indica como conclusão que empresas, sociedade civil organizada e governos devem encarar o grande desafio de educar financeiramente os consumidores, como forma de reduzir os juros, manter a população economicamente ativa em plena produção e com acesso aos bens de que necessita, e do lado das empresas e do sistema financeiro, a manutenção de carteiras saudáveis. Nesse sentido existem os instrumentos de cidadania financeira oferecidas pelo próprio Banco Central do Brasil<sup>170</sup>, através de cartilhas, boletins, cursos e informações, porém, diante do quadro demonstrado não se apresenta suficiente para a efetiva educação do consumidor de crédito.

<sup>170</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Cidadania financeira*. Disponível em <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/>, acesso em 19/01/2019.

### 3. ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ao longo da investigação, buscou-se o conhecimento das condições globais dos problemas fundamentais que levavam a supor a necessidade da educação e alfabetização financeira, para a partir deles, e, neles, inserir o conhecimento local, parcial e específico, estabelecendo a noção de conjunto em que o conhecimento se insere e pretende atuar, razão pela qual, para abordar o tema foi necessário compreender, ainda que brevemente, o capitalismo, o Estado do bem-estar social, o neoliberalismo e a financeirização da economia, com suas consequências diretas no mundo econômico e no endividamento das famílias.

O conhecimento que se busca de educação e alfabetização financeira, entretanto, impõe a necessidade de compreensão do ser humano em sua identidade particular e complexa<sup>171</sup>, simultaneamente ao que lhes é comum, demonstrando a solidariedade de efeitos sofridos por toda Terra, pois, todos estão sujeitos aos mesmos problemas; mais do que o capital o que se globalizou foi a complexidade da vida. Nesse sentido se buscou enquadrar o tema e como seus efeitos atingiram a toda humanidade, de forma que a crise das hipotecas *subprime* em 2008<sup>172</sup>, por exemplo, afetou todo planeta, oferecendo um aprendizado e exigindo uma postura.

Esse aprendizado expôs certezas, mas incrustou no conhecimento humano incertezas, que precisam ser reconhecidas e ponderadas, para que a educação seja capaz de enfrentar o imprevisto, o novo, o inesperado. Há de se recordar que os economistas que desenham seu modelo de Estado, como intelectuais orgânicos, na defesa dos status dominante, não foram capazes de prever as diversas crises que alcançaram o neoliberalismo e a financeirização da economia, muito mais graves e constantes se comparadas às crises do Estado do bem-estar social; de forma que a educação financeira, como qualquer outra, exige a reforma das mentalidades<sup>173</sup> para que se aprenda, antes de tudo, a compreender, como conduta ética, que a educação deve disseminar em um ambiente de fundamentalismos econômicos, políticos e religiosos, como condição para seu êxito, pois, refere-se ao ser humano que é indivíduo, mas

---

<sup>171</sup> MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 54 a 57

<sup>172</sup> A Crise do *subprime* é uma crise financeira desencadeada em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice da bolsa americana, motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, fato que tornou insolventes vários bancos, afetando fortemente o crédito no mundo.

<sup>173</sup> MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17

também e inevitavelmente parte da sociedade e de toda espécie, de forma a abranger a moral privada e sua autonomia, razão pela qual se dirige a pesquisa ao encontro de um destinatário, no ambiente de exclusão promovido pelo neoliberalismo, para emergência da alfabetização e educação financeira.

O conhecimento dos problemas-chave, das informações chave relativas ao mundo, por mais aleatório e difícil que seja, deve ser tentado sob pena de imperfeição cognitiva, mais ainda quando o contexto atual de qualquer conhecimento político, econômico, antropológico, ecológico... é o próprio mundo. A era planetária necessita situar tudo no contexto e no complexo planetário. O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. É o problema universal de todo cidadão do novo milênio: como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não, programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento<sup>174</sup>.

A educação se oferece à vida cotidiana, como decorrente de uma prática social e como, ela própria integrante dessa prática, em que os interesses e as carências afetam perversamente a dignidade da pessoa, de forma a instituir o aparecimento de direitos, como uma necessidade humana a exigir sua materialização, pois, “As experiências cotidianas dos indivíduos e dos movimentos coletivos, quer por suas próprias relações sociais relativamente autônomas, que pelos influxos das instituições, acabam direcionando as escolhas dos valores, interesses e carências<sup>175</sup>”.

É no âmbito da experiência, da historicidade, que “o ser humano tece a existência relacionando-se com o mundo natural, com o mundo humano e consigo mesmo. E faz-se, o homem, muitas perguntas acerca do seu estar no mundo<sup>176</sup>”, circunstância em que pela educação, converte-se em memória e narrativa, que concretizada pela linguagem ocupa lugar privilegiado na construção do humano e no sentido atribuído ao mundo, pelo que a educação financeira, pode e vai além da simples adaptação e conformação ao mundo, para possibilitar uma visão crítica, sob pena de servir não como um instrumento libertador, mas meramente como forma de domesticação e conformação.

O direito à educação se insere como direito humano fundamental, assim reconhecido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, admitida pela Convenção Nacional

---

<sup>174</sup> MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 35.

<sup>175</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *As necessidades humanas como fonte insurgente de direitos fundamentais*. In: *Veredas do direito*, Jul/Dez 2004, p. 87. Disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/133>, acesso em 15/01/2019.

<sup>176</sup> MORAIS, Regis de. *Educação contemporânea: olhares e cenários*. Campinas: Alínea, 2003, p. 23.

Francesa em 1793, reafirmada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948 e na Declaração de Viena de 1993, decorrente da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, também inscrita no artigo 6º da Constituição de 1988.

Não se trata, no entanto, de um direito meramente formal, que provê uma educação puramente mecânica, mas da efetivação de habilidades necessárias e úteis à compreensão e transformação do cotidiano, que deve ser aplicado nas relações privadas e deve ser objetivo e obrigação do setores atuantes na financeirização da economia, especialmente os bancos, em face da horizontalização dos direitos fundamentais.

Compreendeu-se, até aqui, que a financeirização trouxe profundas mudanças no capitalismo contemporâneo nas últimas quatro décadas e como afetaram a vida cotidiana das famílias, suas relações com o trabalho e a renda, em que se criou um novo cenário, com a desregulamentação acentuada dos serviços financeiros, promovendo maior complexidade nas decisões financeiras, tanto das empresas como das famílias, novos padrões de consumo, aumento do crédito e endividamento, ao mesmo tempo em que houve redução no oferecimento de serviços básicos pelo Estado, circunstância que contribui para o endividamento das famílias, para suprir os serviços sonogados pelo poder público<sup>177</sup>.

Precisamente nesse contexto se oferecem as questões da alfabetização e da educação financeiras, com o reconhecimento prévio, de que se trata de direito constitucionalmente assegurado ao cidadão e ao consumidor bancário, além de configurar como instrumento de segurança para as instituições de crédito e de proteção à liquidez do sistema financeiro. Nesse sentido, o presidente do Banco Central em 2017, autoridade que regula o mercado financeiro nacional, Ilan Goldfajn, em evento no dia 03/04/2017<sup>178</sup>, afirma que o avanço da cidadania financeira é fundamental para a estabilidade financeira. Segundo ele, um sistema financeiro sólido requer atenção à inclusão financeira, educação e adequação ao novo consumidor, incorporado ao sistema dos últimos anos.

Os termos “alfabetização” e “educação financeira” podem abranger conceitos que vão desde conscientização e conhecimento financeiro, inclusive de produtos, instituições e conceitos técnicos; habilidades financeiras ou capacidade financeira mais geral, em termos de gestão e planejamento financeiro. A alfabetização financeira possui relação estreita com a

---

<sup>177</sup> STREECK, Wolfgang. *As crises do capitalismo democrático*. Tradução: Alexandre Morales. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, n°: 92, março/2012, p. 35-56.

<sup>178</sup> LIMA, Flávia – Valor Econômico. 03/04/2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/4924698/ilan-avanco-de-cidadania-financeira-e-fundamental-para-estabilidade>. Acesso em 16/08/2018.

educação financeira, podendo ser definida como uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento<sup>179</sup>.

Essa combinação é necessária para que indivíduos possam tomar decisões financeiras racionalmente, com o objetivo de atingir seu bem-estar financeiro, pelo que, neste trabalho, passa-se a aplicar os termos alfabetização e educação, como de fato são, por complementares, utilizando genericamente, para representar essa complementação, o termo educação financeira. Neste contexto a educação financeira é um processo de desenvolvimento de habilidades que facilitam as pessoas tomarem decisões acertadas e a capacidade de usar o conhecimento e habilidades adquiridas, de forma a produzirem efeitos concretos na vida do educando e na sociedade em que se insere.

Se o foco principal da educação financeira é o conhecimento enquanto que a alfabetização envolve, além do conhecimento, o comportamento dos indivíduos, a própria metodologia da alfabetização deve se constituir como instrumento do educando, que intervém não apenas como aprendiz, mas como leitor do conhecimento em preparação e desenvolvimento da escrita da vida individual e em comunidade, com a habilidade para observar o mundo e as experiências sociais que dele brotam, pois, a forma com que se apresenta a financeirização e o neoliberalismo em que se insere também podem levar a ocultar o sentido das coisas.<sup>180</sup>

A educação financeira (no sentido de complementação ao termo alfabetização) se apresenta como uma habilidade essencial, em um cotidiano permeado pelas relações financeiras, que atingem as pessoas de formas diversas, sujeitando-se a particularidades do indivíduo, “o gênero, a idade, o estado civil, a ocupação, o número de dependentes, o grau de escolaridade do indivíduo e de seus pais e a renda<sup>181</sup>”, sua relação socioeconômica e demográfica, entre outras.

Assim em países com alta renda o termo educação financeira está mais relacionado com proteção ao consumidor, e o termo educação financeira tem como objetivo capacitar

---

<sup>179</sup> POTRICH, Ani Caroline Grigion. VIEIRA, Kelmara Mendes. KIRCH, Guilherme. *Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas*. In Contabilidade & Finanças. São Paulo: USP, vol. 26, nº: 69, Set/dez2015, p. 362-377. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257143328011>, acesso em 10/01/2019.

<sup>180</sup> POTRICH, Ani Caroline Grigion. VIEIRA, Kelmara Mendes. KIRCH, Guilherme. *Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas*. In Contabilidade & Finanças. São Paulo: USP, vol. 26, nº: 69, Set/dez2015, p. 362-377. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257143328011>, acesso em 10/01/2019.

<sup>181</sup> POTRICH, Ani Caroline Grigion. VIEIRA, Kelmara Mendes. KIRCH, Guilherme. *Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas*. In Contabilidade & Finanças. São Paulo: USP, vol. 26, nº: 69, Set/dez2015, p. 362-377. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257143328011>, acesso em 10/01/2019.



indivíduos para navegar por um conjunto complexo de produtos financeiros, ativos, como aplicações, fundos de pensões e investimentos, ou passivos, como empréstimos e hipotecas, tornando-os capazes de tomar decisões financeiras sólidas.

De outro lado, o papel da alfabetização financeira em países de baixa renda, como o Brasil, o aumento do acesso dos serviços financeiros, recebe outro foco, pois as pessoas dependem muito mais de pequenos negócios, não raras vezes informais, para sua subsistência, sofrendo de forma mais intensa os efeitos excludentes da financeirização e os riscos decorrentes do crédito tomado. Assim, adquirir habilidades e conhecimentos financeiros é, portanto, um componente mais relevante da capacidade financeira do que para o típico trabalhador assalariado em um país desenvolvido.<sup>182</sup>

Em um contexto de horizontalização de eficácia e materialização das normas constitucionais, entidades públicas e privadas despendem esforços na efetivação de instrumentos para educação financeira, tomando-se por referência mundial a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), pelos estudos e recomendações que propõe aos Estados membros, visando, sob a ótica neoliberal, o desenvolvimento econômico sustentável, em benefício do próprio sistema financeiro.

### 3.1. Conceito

A OCDE em sua publicação “Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness”, define educação financeira como:

O processo pelo qual o consumidor financeiro/investidor melhora seu entendimento dos produtos financeiros e dos conceitos, por meio de informação, de instrução e de aconselhamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades e a confiança, para se tornar mais consciente dos riscos financeiros e fazer escolhas bem informadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro<sup>183</sup>.

A educação financeira deve promover a transmissão de conhecimentos, garantindo sua perfeita cognição e contextualização, para que o educando obtenha efetivamente o

<sup>182</sup> POTRICH, Ani Caroline Grigion. VIEIRA, Kelmara Mendes. KIRCH, Guilherme. *Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas*. In Contabilidade & Finanças. São Paulo: USP, vol. 26, nº: 69, Set/dez2015, p. 362-377. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257143328011>, acesso em 10/01/2019

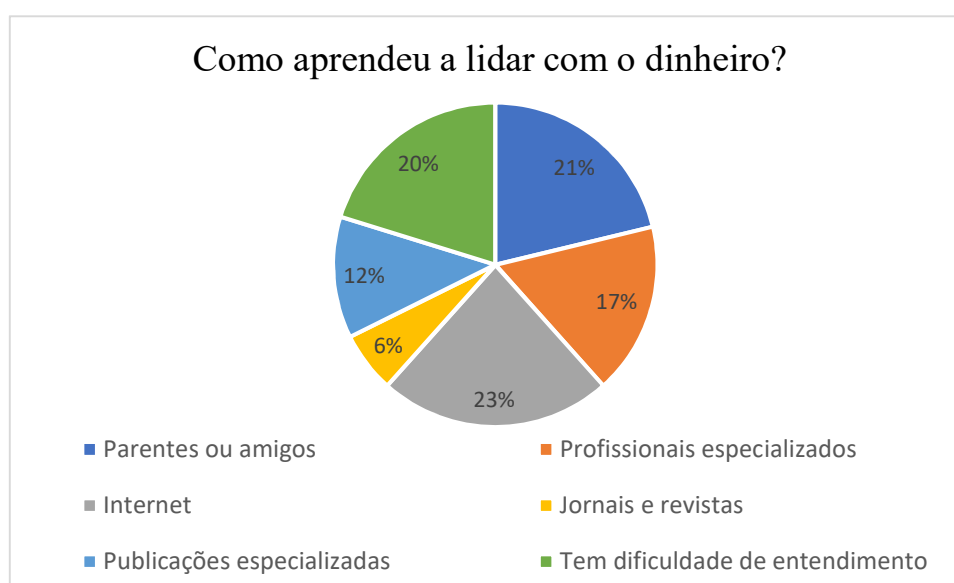
<sup>183</sup> OECD. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. 2005. “the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products, concepts and risks and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become more aware of financial risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being.” (OECD, 2005a)

desenvolvimento de habilidades que o tornem capaz de tomar decisões fundamentadas e seguras, para que possa gerir com êxito sua vida financeira<sup>184</sup>, em um ambiente de proteção ao consumidor, constitucionalmente assegurado pelos artigos 5º-XXXII e 170-V da Constituição.

Esses conhecimentos de um lado protegem o consumidor e lhe proporcionam melhores condições de vida, de outro, produzem um efeito didático no próprio mercado financeiro, que se questionado quanto às suas práticas, tornam as condutas dos agentes financeiros mais transparentes. De modo geral o consumidor nas sociedades ocidentais, por estar imerso em um sistema social financeirizado, mesmo sem formação sobre economia, age como um usuário e agente, para interpretar os fatos, interagir com as instituições e gerenciar sua vida financeira. No entanto, o faz, no mais das vezes, de maneira empírica, através de conhecimentos adquiridos com a família, amigos, mídia, relacionamento com instituições financeiras.

São hábitos financeiros (positivos e negativos) que se consolidam ao longo da vida, que, conforme pesquisa efetuada pelo Boa Vista/SCPC<sup>185</sup>, são adquiridas sobretudo através de dicas de amigos ou parentes, profissionais especializados, sobretudo gerentes bancários, e ainda há os que reconhecem dificuldades de entendimento, quando o assunto é a administração do seu dinheiro.

Gráfico 9



Fonte: dados Boa Vista/SCPC 2014 – elaboração própria

<sup>184</sup> SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007, p. 1122.

<sup>185</sup> BOA VISTA SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) controlado pela Associação Comercial de São Paulo. Disponível em <https://www.boavistaservicos.com.br/> Acessado em 01/10/2018.

### 3.2 A Educação financeira na perspectiva da OCDE

A OCDE foi criada em 1961, sucedendo a “Organisation for European Economic Cooperation” (OEEC), fundada em 1948, para gerir a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial<sup>186</sup>. É, atualmente, formada por 36 membros, que são considerados países de renda alta. A instituição, ao ser criada, tinha por objetivo apoiar um crescimento econômico duradouro; desenvolver o emprego; aumentar o nível de vida; manter a estabilidade financeira; ajudar os outros países a desenvolverem as suas economias; contribuir para crescimento do comércio mundial.

Por demanda dos governos dos países membros, a OCDE incluiu em 2003 a temática da educação financeira em sua pauta de discussão. Foi então instituído o programa denominado “Financial Education Project<sup>187</sup>” (Projeto Educação Financeira) que seria desenvolvido nos anos seguintes. O objetivo do programa é procurar fornecer alternativas ou maneiras de melhorar os padrões de educação financeira através do desenvolvimento de princípios comuns.

A OCDE passou a ser a grande referência para os países membros e parceiros em suas ações de educar financeiramente seus cidadãos, em um ambiente ideológico de neoliberalismo. Em 2005, no primeiro grande estudo sobre educação financeira em nível internacional, foi publicado o relatório “Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies<sup>188</sup>”. O resultado desse estudo serviu de base para compilar informações e sugerir ações aos países na elaboração de políticas públicas visando melhorar a educação financeira e a conscientização de seus cidadãos.

Outra ação importante da OCDE foi a criação em 2008 do “Internacional Network on Financial Education” (INFE)<sup>189</sup>, que é uma plataforma onde são compilados dados extraídos de pesquisas sobre educação financeira, de forma a permitir a manutenção de um fórum político de discussão e troca de experiências entre os países.

Como política foi incluído em 2012 o PISA “Programme for International Student Assessment<sup>190</sup>” (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), destinado a avaliação de educação financeira entre os alunos de 12 a 15 anos. Os dados coletados permitem avaliar o

---

<sup>186</sup> OCDE – disponível em <http://www.oecd.org/fr/apropos/histoire/>. Acesso em 29/12/2018.

<sup>187</sup> OCDE – disponível em [www.oecd.org](http://www.oecd.org), acesso em 01/10/2018.

<sup>188</sup> OCDE – disponível em <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>. Acessado em 10/10/2018.

<sup>189</sup> OCDE – disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/advancing-national-strategies-for-financial-education.htm>

<sup>190</sup> OCDE – disponível em <http://www.oecd.org/pisa/>

preparo dos jovens que estão prestes a tomar decisões financeiras no início de sua vida adulta. O PISA é uma pesquisa trienal sobre conhecimentos e habilidades essenciais para a plena participação na sociedade moderna.

A avaliação do PISA não apenas verifica se os alunos podem reproduzir o conhecimento, mas examina o quanto os alunos podem extrapolar o que aprenderam e aplicar esse conhecimento no cotidiano. Essa abordagem reflete o fato de que as economias modernas recompensam os indivíduos não pelo que sabem, mas pelo que podem fazer com o que sabem. O PISA oferece iniciativas para políticas e práticas de educação e ajuda a monitorar tendências na aquisição de conhecimento e habilidades por estudantes em diferentes grupos demográficos dentro de cada país. Os relatórios do PISA permitem avaliar e comparar o conhecimento e as habilidades dos estudantes dos diversos países participantes<sup>191</sup>.

Os relatórios produzidos nos estudos da OCDE buscam identificar e analisar pesquisas sobre educação financeira nos países membros, descrever os diferentes tipos de programas existentes sobre o tema, que estavam sendo oferecidos na época, avaliar sua eficácia, e, com tais dados, sugerir ações aos formuladores de políticas públicas e privadas dos países membros para implementação de melhorias na educação financeira oferecida e na conscientização de seus cidadãos.

Representantes de diferentes nações, autoridades governamentais, segmentos da iniciativa privada enfatizam em seus discursos a necessidade, do ponto de vista prudencial, de se instruir financeiramente, cada vez mais, todos os cidadãos, indivíduos consumidores de bens e serviços, ativos ou não economicamente. Mudanças nos sistemas previdenciários, exposição de consumidores a riscos no oferecimento de produtos financeiros, e o resultado das pesquisas sobre o nível de educação financeira, demonstram a importância que o acesso à educação financeira proporciona ao cotidiano das pessoas.

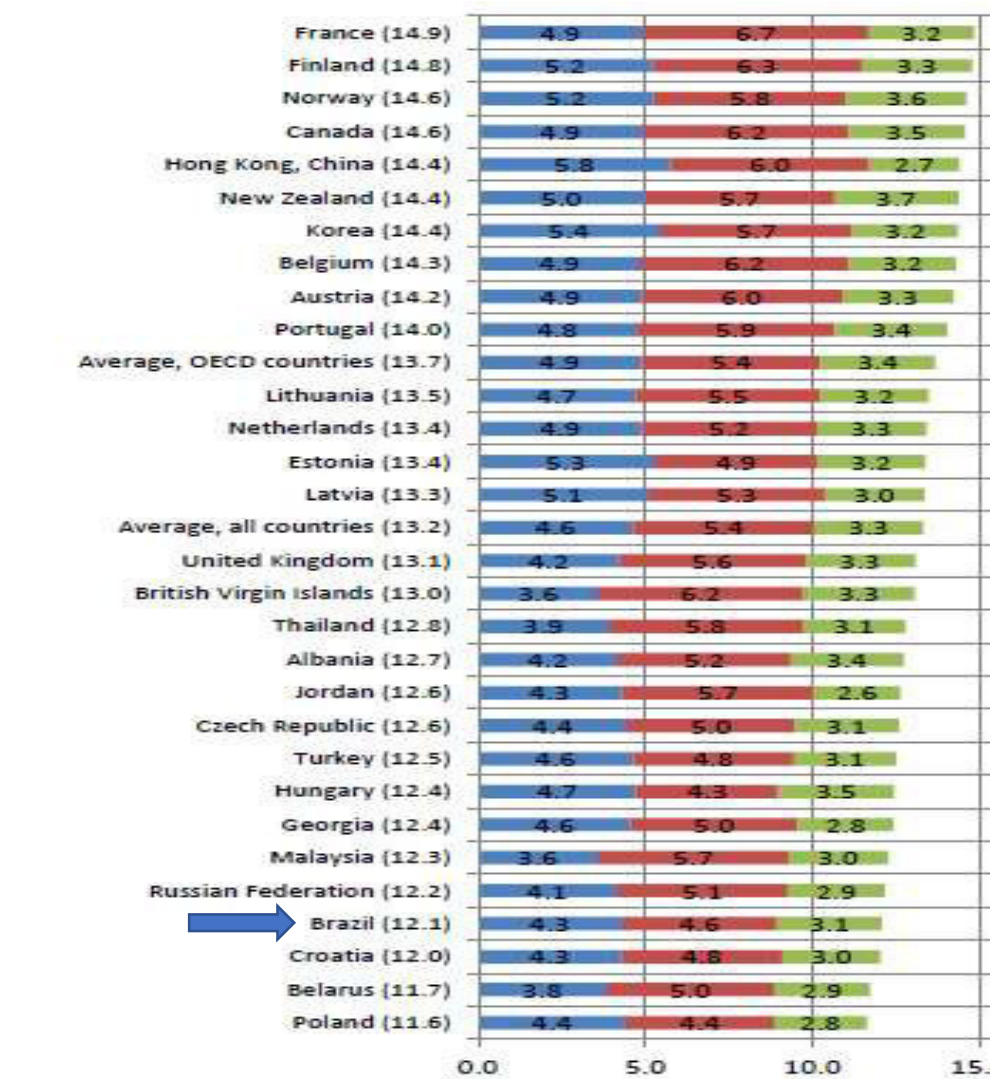
Em pesquisa realizada em 2015 sobre educação financeira da OCDE, participaram trinta países. No total, 51.650 adultos com idades entre 18 e 79 anos foram entrevistados usando as mesmas questões centrais, em um total de 30 idiomas. Este relatório fornece aspectos relevantes do conhecimento financeiro, comportamento, atitudes e inclusão, além de inferências sobre a educação financeira. O resultado foi que, em média, apenas 56% dos adultos dos países e economias participantes alcançaram uma pontuação de pelo menos cinco em sete (considerada a meta mínima), em comparação com uma média de 63% nos países da OCDE, indicando que muitos adultos em todo o mundo são atualmente incapazes de atingir a

---

<sup>191</sup> OCDE – PISA – disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil-PRT.pdf>, acesso em 01/10/2018.

meta mínima de conhecimento financeiro. A seguir as médias encontradas:

Tabela 9 - Conhecimento, atitudes e comportamento financeiro



■ Pontuação do conhecimento ■ Pontuação do comportamento ■ Pontuação da atitude

Notas: Média, todos os países e Média, os países da OCDE reportam a média das porcentagens país / economia. Cada país / economia recebe, portanto, o mesmo peso.

fonte: OECD/INFE INTERNATIONAL SURVEY OF ADULT FINANCIAL LITERACY COMPETENCIES © OECD 2016

A pontuação do conhecimento é calculada como o número de respostas corretas para as sete questões de conhecimento financeiro (varia de 0 a 7). A pontuação de comportamento é computada como uma contagem do número de comportamentos “financeiramente inteligentes” relacionados ao orçamento, poupança ativa, evitando empréstimos para fechar o orçamento, atenção sobre assuntos financeiros, busca por cumprir objetivos, reflexão antes de uma compra, pagamento das contas em dia (varia entre 0 a 9). A pontuação de atitudes é calculada como a resposta média em três questões de atitude, variando de 1 a 5. A pontuação

geral é obtida com a soma das três pontuações anteriores: conhecimento financeiro (7), comportamento financeiro (9) e atitudes financeiras (5). Pode assumir qualquer valor entre 1 e 21.<sup>192</sup>

Conforme pode-se perceber do ranking, o Brasil ocupa as últimas posições da pesquisa, considerando a média final, indicando que, comparativamente aos países pesquisados, a população brasileira precisa melhorar seus conhecimentos, comportamentos e atitudes para tomada de decisões financeiras.

Pode-se concluir da pesquisa que o item de pior desempenho da amostra da população brasileira foi o relativo ao comportamento, que por sinal tem o maior peso na pesquisa. Uma mudança positiva no comportamento irá requer mais que disseminar conhecimento, mas sobretudo, uma mudança de mentalidade, para desenvolver pensamento crítico, na forma como a população entende e administra o seu dinheiro.

Como resultado das pesquisas no campo da educação financeira pelo mundo, a OCDE criou diretrizes, denominadas de Princípios e Boas Práticas para a educação e conscientização financeira. Os Princípios seriam as diretrizes, pontos de partida recomendados aos países membros<sup>193</sup>.

Entre esses princípios e boas práticas se apresentam a preocupação com a defesa dos consumidores, inclusive contra fraudes; a responsabilidade que as instituições financeiras têm com a educação financeira (políticas privadas); a necessidade da educação financeira começar na escola.

A educação financeira, nesse contexto, constitui ainda, uma forma de prevenção de crises econômicas, como a que mundo viveu em 2008, pois uma população com consciência financeira, tem atitudes que promovem a estabilidade do sistema, nesse sentido:

[...] melhorar a alfabetização financeira tornou-se um meio essencial para uma maior inclusão econômica, social e financeira e parte integrante da reforma financeira para evitar crises futuras. Em todos os países, da mesma forma, a evidência aponta para preocupantes baixos níveis de consciência financeiro, conhecimentos, atitudes, e competências em grandes segmentos da população. Este é especialmente o caso para os consumidores vulneráveis, que recentemente ganharam acesso a produtos financeiros, bem como para os jovens, as mulheres, os imigrantes e os grupos de baixa renda. Assim, a educação financeira eficaz pode equipar nossos cidadãos com habilidades para aproveitar serviços financeiros disponíveis e para melhor avaliar os riscos (financeiros) que enfrentam. A educação financeira é essencial para restaurar a confiança no sistema financeiro, promover a estabilidade financeira e prestar o apoio público necessário para as reformas financeiras<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> OCDE - : <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2018-INFE-FinLit-Measurement-Toolkit.pdf>. Tradução CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

<sup>193</sup> OCDE – *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness* disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. 2005, acesso em 01/10/2018.

<sup>194</sup> OCDE – disponível em <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/> acesso em 01/10/2018.

### 3.3. A educação financeira comparada

Dentro dos parâmetros propostos no preâmbulo desta parte da pesquisa, apresenta-se necessária a discussão da educação financeira em países centrais do capitalismo, sobretudo, por haver uma demanda mundial nesse sentido, impulsionada por organismos internacionais, pelo próprio mercado, ou mesmo pela população, para que iniciativas de estratégias de educação financeira se tornem frequentes e duradouras.

Inicia-se a abordagem pela experiência produzida nos Estados Unidos da América, que se apresenta como o país que mais cedo iniciou ações práticas em educação financeira, tendo promovido a maior quantidade de medidas efetivas para sua concretização, em um ambiente geopolítico que concentra a liderança do processo internacional de financeirização e de produção ideológica neoliberal.

Nos Estados Unidos, atualmente há uma grande quantidade de endereços na rede mundial de computadores e instituições envolvidos no processo de educação financeira, país em que 29 estados, do total de 50 estados e um distrito, entre 1957 e 1985<sup>195</sup>, tornaram a educação financeira obrigatória nas escolas secundárias, com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta.

Percebe-se, portanto, a inclusão da educação financeira no sistema de ensino nos Estados Unidos e, também, o envolvimento das instituições governamentais, financeiras e de organizações do terceiro setor. O FED (Federal Reserve Bank) atua de forma ativa no levantamento de dados sobre a efetividade dos programas de educação financeira, que englobam atividades direcionadas aos trabalhadores, aos estudantes e à população como um todo; criando, para tanto, o endereço eletrônico “Jump Start Coalition for Personal Financial Literacy<sup>196</sup>” que, a cada dois anos, avalia o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio, influenciando na proliferação de leis estaduais que instituem a inserção da educação financeira nas grades curriculares<sup>197</sup>.

Em 2014, os EUA atingiram a totalidade dos 50 estados em que o conteúdo, que lá se denomina educação econômica, tornou-se obrigatório, de acordo com a publicação “Survey of

---

<sup>195</sup> SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007, p. 1130.

<sup>196</sup> JUMP START COALITION FOR PERSONAL FINANCIAL LITERACY. Disponível em <https://www.jumpstart.org/> acesso em 01/10/2018.

<sup>197</sup> SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007, p. 1.130.

the States”, realizada pela CEE (“Council for Economic Education”)<sup>198</sup>. O CEE atua fortemente na capacitação dos professores e fornece materiais de aprendizagem do jardim da infância até a educação secundária. Segundo o site da CEE foram treinados mais de 55.000 professores em 2013, sendo 90% professores de escolas públicas, que atingiram um universo de aproximadamente 5 milhões de estudantes.<sup>199</sup>

É mantido pelo FED o endereço eletrônico denominado “My Money<sup>200</sup>”, que inclui um subitem de pesquisa denominado “My money five”, com cinco princípios da educação financeira (ganhar, gastar, poupar & investir, tomar emprestado, proteger). Tem-se ainda a Financial “Literacy and Education Commission<sup>201</sup>” (Comissão é composta por um conjunto de outros 22 órgãos públicos, sendo apenas um deles equivalente ao Ministério da Educação), que visa promover a educação financeira junto à população em geral, ensinando a administração do dinheiro, ao que se agrega o “Department of the Treasury”.

Ganhar dinheiro, segundo a página eletrônica, não se restringe aos rendimentos salariais, mas se estende a compreensão de como se compõe o contra cheque do trabalhador, que impostos e taxas são pagos, quais os benefícios que trazem e a possibilidade de fazer abatimentos em impostos. Gastar dinheiro é apresentado pelo site como algo indispensável, baseado no princípio de utilizar sabiamente o dinheiro, sendo necessário estabelecer objetivos de curto e longo prazo, bem como estratégias financeiras para alcançá-los. O site alerta para cuidado com empréstimos, e deve ocorrer para realização de uma aquisição vultosa, como um carro, casa ou custear a educação. Por fim, por proteger, significa no site, tomar precauções em relação a sua situação financeira, com destaque para a importância de se ter uma poupança para emergências e de se contratar seguros.<sup>202</sup>

As instituições financeiras americanas também atuam de forma bastante presente no tema da educação financeira, pois, quase a totalidade delas (98%) financiaram projetos de educação financeira e 72% criam seus próprios projetos, com ações de propaganda e discursos voltados para a Responsabilidade Social Corporativa<sup>203</sup>.

A política de educação financeira na França se articula a partir da interação de

<sup>198</sup> CEE. Disponível em <https://www.councilforeconed.org/> acesso em 01/10/2018.

<sup>199</sup> SOARES, Fabricio P. *Os debates sobre Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. 2017. Tese doutorado PUC/RJ. p.86

<sup>200</sup> MY MONEY. Disponível em <https://www.mymoney.gov/Pages/default.aspx>, acesso em 10/10/2018.

<sup>201</sup> FINANCIAL LITERACY AND EDUCATION COMMISSION. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/financial-education/Pages/commission-index.aspx>, acesso em 10/10/2018.

<sup>202</sup> SARAIVA, Karla. *Os sujeitos endividados e a educação financeira*. Educar em revista. Curitiba. 2017. p.161

<sup>203</sup> SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007, p. 1.130.



instituições de cunho financeiro e educacional. A Autoridade de Mercados Financeiros francesa (“L’Autorité des Marchés Financiers” – AMF) criou, em 2006 o Instituto para a educação financeira do Público (“L’Institut pour l’Éducation Financière du Public” – IEFP), entidade que conta com o apoio do Banco da França (“la Banque de France”, equivalente ao Banco Central brasileiro) e da Federação Bancária Francesa (“La Fédération Bancaire Française” – FBF), tendo como papel principal estabelecer o conteúdo para desenvolver a educação financeira da maior quantidade possível de consumidores, estudantes e pessoas idosas.<sup>204</sup>

Tais conteúdos foram desenvolvidos por atores dos setores educacional e financeiro. A AMF é responsável pela regulação do sistema financeiro francês. O IEFP, originária de uma instituição de cunho financeiro (AMF - instituições financeiras), constitui-se como parceiro preferencial do Ministério da Educação francês, sendo reconhecido nacionalmente para efeito de promoção da educação financeira no país, atuando como responsável pelo desenvolvimento de material didático, com apoio do Banco da França, formando uma configuração institucional preponderantemente econômica na estratégia francesa de educação financeira<sup>205</sup>, que reconhecidamente atingiu grau de excelência.

Assim como os Estados Unidos, a França também mantém um endereço eletrônico voltado para a educação financeira da população: “La finance pour tous”, por iniciativa do IEFP e do Ministério da Educação Nacional. A presença Ministério da Educação sinaliza um maior protagonismo da área educacional na França em relação aos Estados Unidos. O endereço eletrônico se define como pedagógico das finanças e do dinheiro, apresenta seus objetivos de modo muito mais detalhado do que o “My Money”. A educação financeira oferecida visa desenvolver conhecimentos que permitam ao usuário: “1. melhor administrar o seu dinheiro; 2. melhor compreender e escolher os produtos financeiros; 3. sentir-se mais à vontade em seu ambiente cotidiano”<sup>206</sup>, de forma a compreender o funcionamento de taxas de juros e seguros, oferecendo questões de maior complexidade como a finalidade do G20<sup>207</sup> ou como se produz o lucro. Portanto, existe uma preocupação de fazer compreender os princípios da economia e a importância de uma educação financeira para o cidadão. Nota-se que é dado um caráter social à educação financeira na França, não fechando o foco apenas em

---

<sup>204</sup> SARAIVA, Karla. *Os sujeitos endividados e a educação financeira*. Educar em revista. Curitiba. 2017. p.165

<sup>205</sup> IEFP. Disponível em [http://www.lafinancepourtous.com/IMG/pdf/Educ\\_Fin\\_ecole\\_IEFP.pdf](http://www.lafinancepourtous.com/IMG/pdf/Educ_Fin_ecole_IEFP.pdf), acesso em 11/10/2018.

<sup>206</sup> LA FINANCE POUR TOUS. Disponível em <https://www.lafinancepourtous.com/qui-sommes-nous/nos-actions/nos-objectifs/>, acesso em 10/10/2018.

<sup>207</sup> G20 (abreviatura para Grupo dos 20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

responsabilidades individuais, mas permitindo que os indivíduos compreendam que estão inseridos em um contexto complexo, cujos efeitos se fazem sentir em sua vida cotidiana<sup>208</sup>.

O endereço eletrônico francês enfatiza nove tópicos que seriam fundamentais para a educação financeira: Banco, Crédito, Investimentos, Imóvel, Seguro, Vida Pessoal, Vida Profissional, Impostos, Aposentadoria. Cada um desses tópicos constitui uma seção do endereço eletrônico, disponibilizando um conjunto variado de artigos e ferramentas, que atestam seriedade e atenção atribuída ao tema de educação financeira, cujos esforços são destinados aos cidadãos, para que efetivamente ampliem a compreensão sobre os processos financeiros e econômicos, tornando-se protagonistas no sistema financeiro.

A partir da análise dos dois endereços eletrônicos principais sobre educação financeira oferecidas ao público norte-americano e ao francês, verificam-se modelos distintos: o primeiro orientado para uma adaptação dos indivíduos; o segundo, busca uma instrumentalização mais ampla, visando não apenas adaptar, mas criar condições para a compreensão do funcionamento e dos efeitos das finanças.<sup>209</sup>

No Japão duas organizações se destacam quanto ao tema educação financeira: Banco do Japão e a “Financial Services Agency”. Para as autoridades japonesas, a desregulamentação das instituições financeiras e da complexidade de serviços financeiros motivaram a discussão de questões ligadas à educação financeira da população.

O governo japonês entende que a proteção ao consumidor não será alcançada plenamente sem uma estratégia de educação financeira. A preocupação com o tema é antiga, se apresenta desde 1952, quando foi fundado o Conselho Central de Promoção à Poupança, com o objetivo de promover hábitos de poupança e educação financeira. Em 2006 foi revisado o Ato de Educação Básica (lançado em 1947), que passou a abordar conteúdos de educação financeira, com implementação na grade curricular da educação elementar, básica e fundamental. Existem centros ligados a assuntos do consumidor em órgãos públicos, como prefeituras, oferecendo consultas e informações à população, especialmente no que diz respeito aos impactos do endividamento e à conscientização sobre vendas fraudulentas. Bancos e companhias de seguros promovem esclarecimentos sobre produtos financeiros em palestras, seminários e material informativo.<sup>210</sup>

Ao se verificar o desempenho dos países estudados no PISA 2009, conforme gráfico a seguir, pode-se comparar a efetividade das políticas públicas e privadas voltadas à formação

---

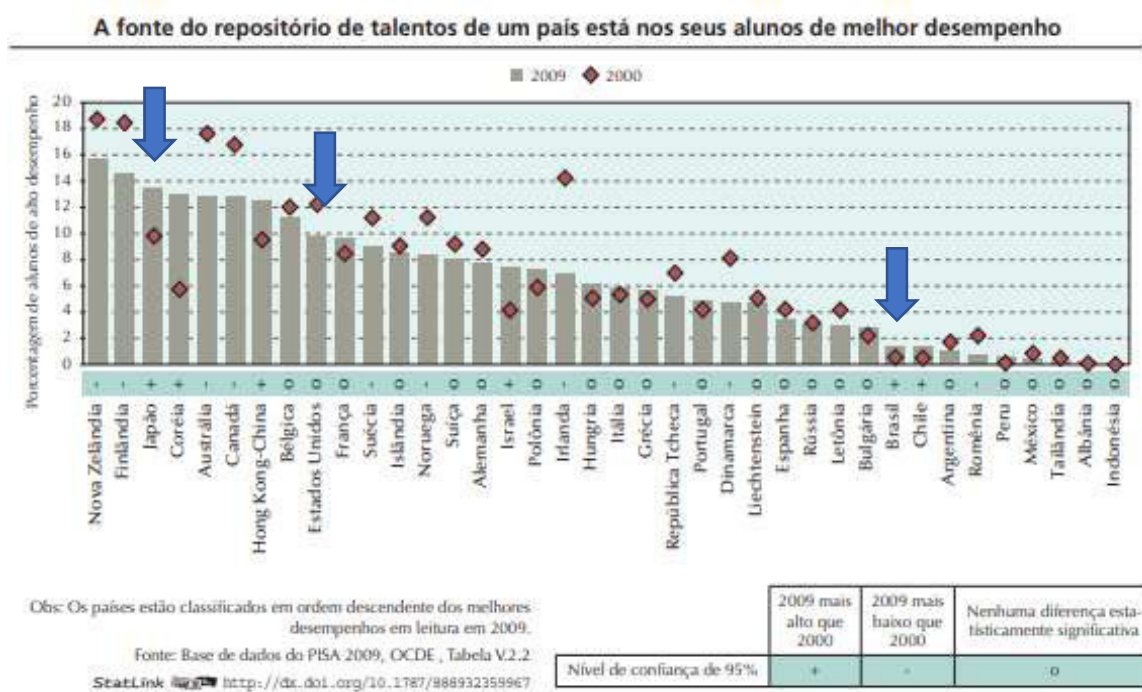
<sup>208</sup> LA FINANCE POUR TOUS. Disponível em <https://www.lafinancepourtous.com/>, acesso em 10/10/2018.

<sup>209</sup> SARAIVA, Karla. *Os sujeitos endividados e a educação financeira*. Educar em revista. Curitiba. 2017. p.168.

<sup>210</sup> SOARES, Fabricio P. *Os debates sobre Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. 2017. Tese doutorado PUC/RJ. p.91

de alunos, futuros consumidores, onde percebe-se que os países estudados estão em posição de destaque, enquanto o Brasil ocupa as últimas posições.

Gráfico 10



O quadro torna visível a necessidade de se avançar em educação financeira no país, e dessa forma, preparar os futuros consumidores a interagir com o ambiente financeirizado.

### 3.4 Educação financeira no Brasil

A educação financeira é ainda um conceito novo no Brasil. Contudo, na última década, autoridades governamentais começaram a se preocupar em capacitar a população para tomada de decisões financeiras e sua relação com a moeda, pelo que surgiram iniciativas isoladas de organizações públicas e privadas promovidas por entidades como o Banco Central do Brasil<sup>211</sup>, a ANBIMA<sup>212</sup>, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)<sup>213</sup>, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BMF/BOVESPA)<sup>214</sup>, o Conselho Monetário Nacional<sup>215</sup>,

<sup>211</sup><https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbcuniversidade%2Fintroducao%2Fpef.asp>

<sup>212</sup> ANBIMA. Disponível em [http://www.anbima.com.br/pt\\_br/educar/certificacoes/cpa-10/material-de-estudos/material-de-estudos-cpa-10.htm](http://www.anbima.com.br/pt_br/educar/certificacoes/cpa-10/material-de-estudos/material-de-estudos-cpa-10.htm), acesso 16/12/2018.

<sup>213</sup> <http://www.cvm.gov.br/>.

<sup>214</sup> [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/educacional/educacao-financeira/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/educacional/educacao-financeira/)

<sup>215</sup> <http://www.vidaemheiro.gov.br/conselho-monetario-nacional-cmn/>

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)<sup>216</sup>, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)<sup>217</sup>, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN)<sup>218</sup>, a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)<sup>219</sup>, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)<sup>220</sup>, além de vários bancos, preocupados com a sustentabilidade do mercado.

O Banco Central do Brasil em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Superintendência de Seguros Privados, o Ministério da Justiça e Cidadania, o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda, ANBIMA, CNseg, FEBRABAN e Sebrae, constituíram o CONEF (Comitê Nacional de Educação financeira), que é a instância responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da educação financeira no país, operacionalizado através da AEF Brasil (Associação de Educação Financeira do Brasil)<sup>221</sup>, constituída com natureza jurídica de organização da sociedade civil de interesse público, desenvolvendo tecnologias sociais e educacionais, com a concepção do conteúdo adequado para o público ao qual se destina, avaliação dos resultados e disseminação de atividades por meio de parcerias estratégicas e apoio dos integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Vê-se que o debate a respeito da educação financeira tem aumentado na última década, requerendo uma maior participação do Estado, que culminou com a instituição do ENEF<sup>222</sup> em 2010 pelo Governo Federal. O ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) foi instituído como política pública de caráter permanente, tendo como diretrizes: a gratuidade em suas ações; atuação por meio de informação, formação e orientação; formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; avaliação e revisão periódicas e permanentes.

A pluralidade de participantes representa um ponto positivo na estratégia brasileira. A presença dos representantes da sociedade civil demonstra a preocupação de setores do mercado com a disseminação de conhecimentos sobre a educação financeira, que para evitar conflitos de interesses no processo, possui em sua governança o contrapeso dos órgãos governamentais. Outro ponto muito positivo é que a presidência do CONEF é rotativa, o que

---

<sup>216</sup> <http://www.previc.gov.br/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria/projeto-de-educacao-financeira-e-previdenciaria>

<sup>217</sup> <http://www.susep.gov.br/setores-susep/noticias/noticias/educacao%20financeira%20no%20BNC.pdf/view>

<sup>218</sup> <https://www.infi.com.br/cursos/cursos-de-curta-duracao/educacao-financeira>

<sup>219</sup> <http://cnseg.org.br/fenacap/servicos-apoio/noticias/educacao-financeira.html>

<sup>220</sup> <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Busca?q=%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira>

<sup>221</sup> <http://www.aefbrasil.org.br/>

<sup>222</sup> BRASIL, Decreto Federal 7.397/2010 de 22/12/2010.

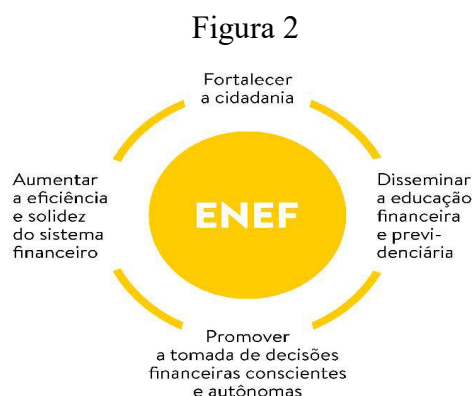
pode permitir maior multiplicidade de visões na condução da política<sup>223</sup>. Por outro lado, a participação majoritária de instituições ligadas ao mercado financeiro acende a preocupação quanto ao viés a ser imprimido na elaboração das políticas públicas, e o potencial para conflito de interesses.

O ENEF tem a concordância e é reconhecida pela OCDE<sup>224</sup>, em seu endereço eletrônico [www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br), é possível acessar os programas, que denomina programas transversais, onde elege seus públicos alvos e objetivos:

- Programa Educação financeira nas Escolas: propõe levar a educação financeira para o ambiente escolar;
- Programa Educação financeira para Adultos: foram identificados como públicos-alvo prioritários duas populações em situação de vulnerabilidade: mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos;
- Semana Nacional de Educação financeira: oportunidade para órgãos públicos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil levarem à cabo iniciativas de educação financeira, contribuindo para divulgar o tema em todas as regiões do Brasil. Em maio de 2018 ocorreu a 5ª Semana Nacional da Educação Financeira.

A proposta dessa plataforma<sup>225</sup> consiste em oferecer cursos e conteúdos sobre o tema educação financeira nas escolas, em ONGs (Organizações Não Governamentais) e em outras instâncias de aprendizagem. Diferentes públicos são contemplados a partir de cursos específicos. O primeiro curso oferecido é Finanças sem Segredos, que oferece insumos e propostas para inserção do tema em escolas.

O ENEF tem objetivos que se interagem, conforme figura 2:



Fonte: ENEF: [www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)

<sup>223</sup> SOARES, Fabricio P. *Os debates sobre Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. 2017. Tese doutorado PUC/RJ. p.224

<sup>224</sup> [www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)

<sup>225</sup> [www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)

A experiência francesa, exposta anteriormente, demonstrou uma participação mais ativa do Ministério da Educação<sup>226</sup> para que a educação financeira obtenha eficácia e efeitos práticos, de forma a institucionalizar esse ramo do conhecimento, indispensável para construção de uma cidadania financeira e para constituição de um conhecimento não apenas formal, mas crítico, a respeito do processo de financeirização.

No Brasil, entretanto, não é obrigatório o estudo da educação financeira<sup>227</sup>. O Ministério da Educação demonstra uma preocupação tímida com a inserção do estudo na grade curricular, porém foi aprovada a inclusão do tema na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>228</sup> no final de 2017, que começará a ser implementada a partir de 2019.

Com a nova BNCC, o tema educação financeira passa a ser obrigatório e deverá ser abordado como disciplina complementar, dentro de disciplinas como Matemática e Ciências da Natureza para crianças do ensino fundamental<sup>229</sup>. A disseminação do conhecimento constitui elemento importante para tornar público o assunto, mas se apresenta indispensável o investimento, em capacitação de professores, no desenvolvimento de material didático adequado ao público a que se destina, para que a abordagem se apresente não apenas como um instrumento capacitador, mas de promoção do senso crítico alinhado aos interesses do cidadão e consumidor.

---

<sup>226</sup> AEF Brasil – *Relatório anual 2016*. Disponível em [http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/RELATORIO-ANUAL-2016impressao\\_2301\\_VersaoFinal.pdf](http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/RELATORIO-ANUAL-2016impressao_2301_VersaoFinal.pdf). Acessado em 02/01/2018.

<sup>227</sup> SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. In *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007, p. 1.134

<sup>228</sup> BRASIL, *BNCC – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei 9.394, de 20/12/1996.

<sup>229</sup> [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_19mar2018\\_-versaofinal.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_-versaofinal.pdf)

#### 4. EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM UM AMBIENTE DE EXCLUSÃO E DESIGUALDADE

A ordem constitucional vigente elegeu os valores fundamentais da sociedade em normas de aplicação direta e efetiva, e fixou a ideia de inclusão social, a exigir sua materialização nas políticas públicas, nas atividades privadas e nas intervenções do Direito.

Para contrapor-se a esse tipo peculiar de capitalismo que prescindiu da democracia, da integração regional e da inclusão social, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada tendo como objetivos (Art. 3º.) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades. Para tanto, foram desenhados sistemas universais, descentralizados e participativos de proteção social, que consolidaram a Ordem social como independente da Ordem econômica. Além disso, definiu-se na Seguridade Social um orçamento social com fontes exclusivas e diversificadas, assegurando que nenhum benefício social poderia ser inferior ao salário mínimo. Esses preceitos constitucionais elevaram a renda de milhões de beneficiários da previdência, urbana e em especial rural, e da área assistencial (BPC), com forte impacto distributivo, já que favoreceram grupos marginalizados como negros, mulheres, idosos, etc.<sup>230</sup>

Entretanto, a efetivação da norma constitucional foi sonogada, pela ideologia conservadora e neoliberal, utilizando da “manipulação política como instrumento de dominação econômica e simbólica<sup>231</sup>”, em um contexto ideológico de neoliberalismo e globalização, em que as políticas públicas priorizaram o mercado, em detrimento dos direitos sociais e a capacidade de consumo em prejuízo da cidadania.

Da forma como proposta a inserção da educação financeira no Brasil, dirigida por membros do mercado financeiro, parece ter por objetivo a domesticação dos indivíduos, “transformando-se em melhores consumidores<sup>232</sup>”, e não a formação da cidadania plena, que deve ser o fim da educação.<sup>233</sup>

Apesar da financeirização estender seus efeitos a toda sociedade, a integração aos mercados financeiros no Brasil se caracteriza pela exclusão, sobretudo vincula-se diretamente

<sup>230</sup> FLEURY, Sônia. *A fabricação da classe média: projeto político para uma nova sociabilidade*. In: BARTELT, Dawid Danilo (organizador) *A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 71.

<sup>231</sup> SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 37.

<sup>232</sup> BRITO, Reginaldo Ramos de. *Educação Financeira: uma análise crítica documental*. Dissertação de mestrado em matemática pela UFJF. 2012, p. 5, disponível em <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>, acesso em 07/01/2019.

<sup>233</sup> BRITO, Reginaldo Ramos de. *Educação Financeira: uma análise crítica documental*. Dissertação de mestrado em matemática pela UFJF. 2012, p. 5, disponível em <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>, acesso em 07/01/2019.

ao estado de pobreza, abrangendo desempregados, portadores de algum tipo de doença ou necessidade especial incapacitante, imigrantes, analfabetos, ou aqueles que, por alguma circunstância se tornaram devedores inadimplentes<sup>234</sup>.

A participação ativa do mercado financeiro se relaciona diretamente com a capacidade de consumo, tornando essa atividade uma demanda individual e social, estimulada pelas necessidades práticas da vida, que a tornam inevitável, e, até pela força da propaganda comercial, que busca induzir e estimular a população economicamente ativa a aquisição dos serviços e produtos bancários, oferecidos e consumidos em massa, agregando-se às necessidades e ao cotidiano do consumidor, de forma impessoal e com o menor contato direto possível com a instituição, abrangendo pessoas de baixa escolaridade e capacidade cognitiva, atraídos pelo crédito fácil, como o consignado ou dos carnês das lojas de departamento, sem plena compreensão do que contratam e suas consequências.

Nesse perfil de sociedade de consumo, com progressiva segregação e exclusão, em que as relações de consumo pautam as ações sociais e políticas é a capacidade de ser consumidor que define o status do cidadão, recondicionando, a experiência da vida em sociedade<sup>235</sup>, em que os que não se enquadram figuram como “consumidores falhos – essas ervas daninhas do jardim do consumo, pessoas sem dinheiro, cartões de crédito e/ou entusiasmo por compras, e imunes aos afagos do marketing<sup>236</sup>”.

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. Naturalmente, a diferença entre viver na nossa sociedade ou na sociedade que imediatamente a antecedeu não é tão radical quanto abandonar um papel e assumir outro. Em nenhum dos seus dois estágios a sociedade moderna pôde passar sem que seus membros produzissem coisas para consumir — e, é claro, membros das duas sociedades consomem. A diferença entre os dois estágios da modernidade é “apenas” de ênfase e prioridades — mas essa mudança de ênfase faz uma enorme diferença em praticamente todos os aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual<sup>237</sup>.

Na primeira década do século XXI no Brasil, uma certa parcela dos excluídos foi integrada ao consumo promovendo, como se viu, elevado crescimento econômico e

<sup>234</sup> SOARES, Fabricio P. *Os debates sobre Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. 2017. Tese doutorado PUC/RJ. p.219

<sup>235</sup> LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

<sup>236</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 11.

<sup>237</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 86.



melhorando a distribuição de rendas no país, cujos efeitos levaram à instituição de nova classe média no Brasil, as classes D e E ascenderam à classe C, porém a mudança na política social, aliada à crise econômica e política, não permitiu que esses ganhos fossem consolidados, ao passo que essa classe ascendente não detinha conhecimento e consciência financeiros suficiente para gerir a profunda melhoria de qualidade de vida que obteve, limitando-se ao consumo, o que agravou a incapacidade de reação a mais uma das muitas crises econômicas típicas do neoliberalismo. Apesar dessa nova classe média, ou o que restou dela após a crise econômica, verifica-se a existência de carências de todos os tipos, como as moradias inadequadas, o déficit de escolaridade, a ausência de recursos para educar os filhos, em um contexto de sonegação de educação de qualidade pelo Estado, tal qual ocorre com as condições de saúde, transporte, segurança e crédito<sup>238</sup>.

O conceito de classes está ligado, na prática, a faixas de renda, pois as são únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe. Com base na renda domiciliar total, a nova classe média brasileira estaria compreendida na faixa entre R\$ 1.315,00 e R\$ 5.672,00, situando-se entre os estratos de renda acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos<sup>239</sup>.

A bancarização crescente, como exposta pelo BACEN, não foi suficiente para eliminar os excluídos da financeirização. Além do nível de bancarização da sociedade brasileira ser ainda inferior ao de nações mais desenvolvidas, não há homogeneidade no uso de serviços bancários por todas as classes. O acesso desigual a uma socialização financeira não apenas escolar, poderia reproduzir e acentuar ainda mais as desigualdades<sup>240</sup>, pois acentuaria as diferenças na capacitação dos consumidores, razão pela qual a política pública voltada para a educação, e nesse caso para a educação financeira, se torna necessária.

Considerando a experiência recente no Brasil com a movimentação das classes sociais, propomos a seguir uma rápida abordagem.

#### 4.1. A Nova Classe Média brasileira

---

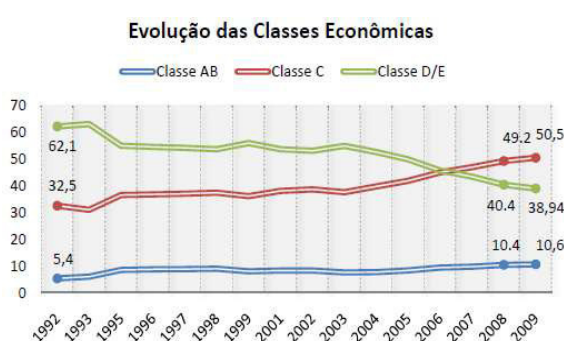
<sup>238</sup> GRZYBOWSKI, Cândido. *Que Brasil estamos construindo*. In: BARTELT Dawid D. (organizador) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2013. p.96 a 104

<sup>239</sup> KERSTENETZKY, Celia Lessa. e UCHOA Christiane. *Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, Crédito limitado: em Busca da nova classe Média*. In: BARTELT, Dawid Danilo (organizador) *A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013, p. 18-19.

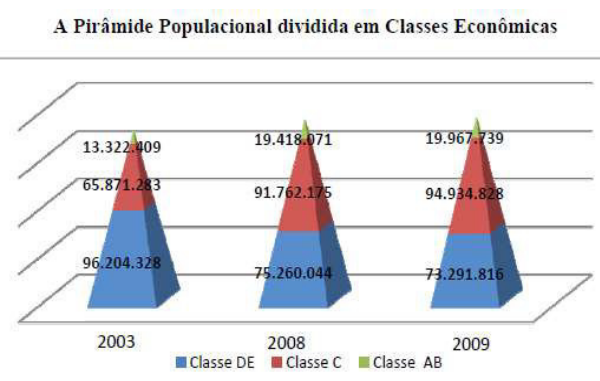
<sup>240</sup> SOUZA, Jessé. *A indivisibilidade da luta de classes*. In: BARTELT, Dawid Danilo (organizador) *A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

O termo “nova classe média” ganhou repercussão com o estudo de Marcelo Neri da Fundação Getúlio Vargas, em 2008<sup>241</sup>, sobre o aumento do poder aquisitivo da “classe C”. O estudo de Neri sintetizou os principais avanços do governo Lula (2003-2010). O autor designou como classe C as famílias com renda na faixa entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00 (ou US\$485 e US\$ 2.080,00 em cotação de 2008). Essa atenção tem razão de ser: em 2009 eram quase 95 milhões de pessoas (aproximadamente metade da população brasileira), dentre as quais 30 milhões migraram das classes D e E, no período compreendido entre 2003 e 2008, conforme gráficos abaixo:

Gráfico 11



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A nova classe C foi dominante sob o ponto de vista econômico por concentrar 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009<sup>242</sup>, vinculando-se esse poder de compra à expansão do crédito, do consumo e da renda decorrente das relações de trabalho, que se aproximaram do conceito de pleno emprego. As experiências proporcionadas pelo aumento do poder de consumo para a nova classe média agregaram novos valores culturais, novas formas de utilização do tempo, novos modos de sociabilidade, novos bens materiais e simbólicos que, uma vez inseridos no cotidiano, provocam um sentimento de mudança da percepção de si. A vida não é mais como era antes e, provavelmente, não será a mesma no futuro<sup>243</sup>.

Entre 2006 e 2012, ocorreu o crescimento, em 400% , do número de vendas de aparelhos de TV de LCD ou plasma entre a nova classe média; a TV por assinatura atingiu 27% dos lares de classe C; 41% dos acessos à internet são provenientes deste público e os

<sup>241</sup> NERI, Marcelo (Coordenação). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008, p. 6.

<sup>242</sup> NERI, Marcelo Côrtes (Coordenação). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2010. Disponível em <http://www.fgv.com.br>, acesso em 20/12/2018.

<sup>243</sup> OLIVEIRA-CRUZ, Milena Carvalho Bezerra Freire de. RONSINI, Veneza Mayora. *O discurso midiático e a 'nova classe média': articulações de uma experiência social em processo*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0021.pdf>, acesso 20/12/2018.

jornais impressos populares dominam a circulação paga do país há mais de uma década. Os meios e veículos de mídia têm adaptado seus conteúdos e criado novos produtos para atender a esse público<sup>244</sup>.

De acordo com o coeficiente GINI<sup>245</sup>, o país até 2009 atingiu seu menor patamar desde 1960, período de políticas sociais em que o paradigma dominante era o do Estado do bem-estar social (governo Juscelino Kubitschek), como consequência de uma década de políticas econômicas e sociais, inflação controlada, ganho real do salário mínimo, a expansão do crédito (empréstimo consignado em folha e habitacionais – MCMV Minha Casa Minha Vida) e os programas de transferência de renda (aposentadorias e Bolsa Família).

Gráfico 12

**Desigualdade - Índice de Gini**

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD, e Censos / IBGE

(extraído de Neri - A nova classe média: o lado brilhante dos pobres p. 11)

Embora o governo Lula tenha enfrentado com êxito a grande crise de 2009, sua sucessora não obteve os mesmos resultados, em uma conjuntura de crise política, agravada pela desaceleração econômica da China, que por consequência provocou a drástica redução no preço das commodities<sup>246</sup>, o que, em seu conjunto reduziu o consumo e investimento no país.

Como consequência o nível de emprego, a renda e o consumo das famílias, foram afetados drasticamente, como pode ser constatado pelos gráficos a seguir. Em 2016, a taxa média de desemprego ficou em 11,5%. O número de desempregados subiu de 8,6 milhões, na

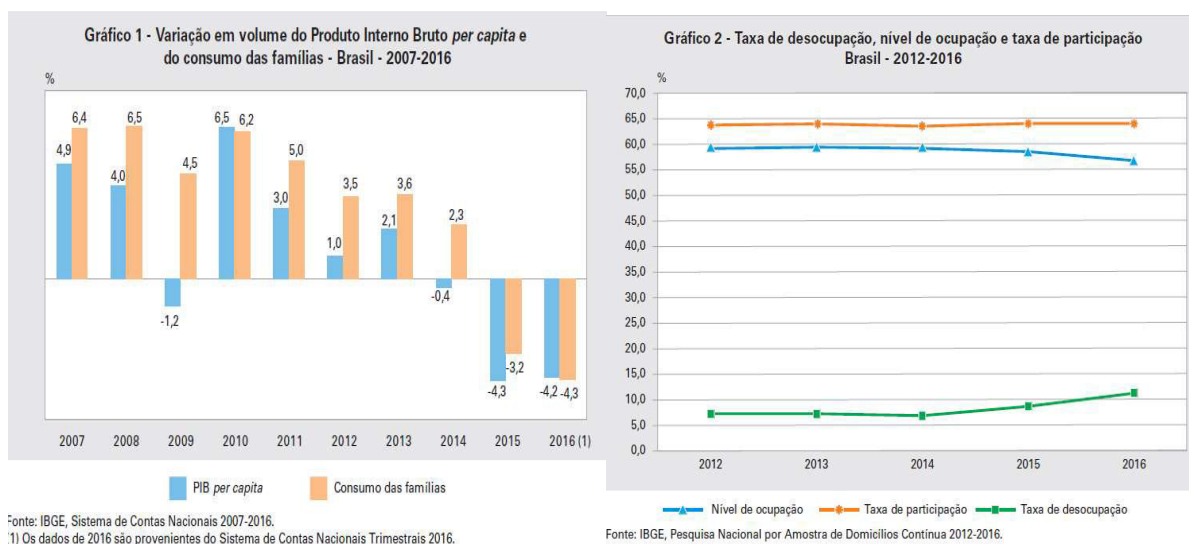
<sup>244</sup> RIBEIRO, Igor. *Divina classe. Meio e mensagem*. São Paulo: Editora Meio e Mensagem, 2012.

<sup>245</sup> O índice de Gini mede a desigualdade de renda. Uma medida que varia de 0 a 1: 0 correspondendo à igualdade total, e 1 correspondendo à desigualdade completa.

<sup>246</sup> BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. *A crise econômica de 2014/2017. Estudos avançados: USP 2017*, vol. 31 nº 89, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>, acesso em 20/12/2018.

média de 2015, para 11,8 milhões, em 2016, alta de 37%.

Gráfico 13



Com endividamento em alta, devido as dívidas contraídas destinadas ao consumo e casa própria, sem reservas em poupança, os índices de inadimplência afetaram mais de 25% das famílias (uma família em cada quatro estavam com contas em atraso em 2016)<sup>247</sup>.

A Consultoria Ponte Estratégia, especialista em estudos da Classe C, lançou o estudo “A Nova Classe Média e a Construção de um Novo Consumidor”<sup>248</sup>, que foi divulgado pela Revista Consumidor Moderno<sup>249</sup>, que acompanha a evolução do consumidor brasileiro há 22 anos. As conclusões do estudo resultam de pesquisas qualitativas e quantitativas, que ouviu 1.200 pessoas entre 18 e 45 anos de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba e Campo Grande, confirmando que o desemprego, a inadimplência e a falta de crédito, fomentaram mudanças drásticas nos hábitos das famílias, sobretudo, para aquelas que estavam inseridas na nova classe C.

Na realidade de um país que cresceu impulsionado pela onda de consumo, exatamente como ocorreu nos anos dourados do capitalismo, pelo que, o impacto nas finanças dos consumidores acabou sendo devastador.

<sup>247</sup> CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) 2017*. Disponível em <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-32>, acesso em 19/01/2019

<sup>248</sup> <http://www.consumidormoderno.com.br/2017/11/01/crise-construir-novo-consumidor/>

<sup>249</sup> <http://www.consumidormoderno.com.br/>

Se os anos de crise não foram fáceis para o consumidor, o cenário para as empresas de varejo e consumo também se mostrou desafiador. A queda do consumo bateu recordes na série histórica do IBGE e chegou a 4,2% em 2016, com consequências generalizadas na economia.

Ainda que possam existir críticas, experiências com endividamento e inadimplência já são suficientes para afirmar a relevância em se discutir políticas públicas e privadas de educação financeira para as pessoas e para o mercado. A experiência com a nova classe média também demonstra que o acesso a informações prepara os cidadãos para uma vida mais equilibrada e pode contribuir para a redução das desigualdades e exclusão social.

Os bancos representam o ponto de contato mais próximo das pessoas com o sistema financeiro, assim, pretendemos estudar a seguir como se dá a interação da população com o sistema financeiro brasileiro.

#### 4.2 O ambiente do Sistema Financeiro Brasileiro e a bancarização

Para entender a educação financeira, importante entender como está estruturado o sistema financeiro, as políticas de inclusão financeira, de investimentos, dos instrumentos de crédito, e da interação da população sobre o uso do dinheiro e da tecnologia bancária.

Informações disponíveis no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil<sup>250</sup>, relatam que desde meados dos anos 1960, quando da criação do Banco Central, até meados da década de 1990, com o plano Real, o país conviveu com altos índices de inflação. O sistema financeiro brasileiro de então, em especial os bancos comerciais, apresentava alta rentabilidade através de operações de *overnight*<sup>251</sup>. Era um sistema financeiro que tinha como fonte de receita a inflação. Bastava captar depósito à vista e investir no *overnight*. Devido as taxas de juros nominais altas, não havia estímulo dos agentes econômicos em contratar operações de empréstimos e financiamentos, nem interesses do sistema bancário, que privilegiava as receitas financeiras do mercado aberto, de menor risco.

A estabilização de preços implementada na década de 1990 eliminou essa fonte de renda fácil para os bancos, que se viram diante da necessidade de buscar novas fontes de receitas. A sociedade começava também a perceber que o mercado de crédito podia ser

---

<sup>250</sup> <https://www.bcb.gov.br/>

<sup>251</sup> Operações de *overnight* consistem em compra e venda de títulos públicos pelo prazo de uma noite

acessado, embora com as restrições naturais de um país que apresentava taxas de juros ainda altas. Movido em parte pelo novo ambiente de estabilidade de preços, e também por bancos estrangeiros que ingressavam no país, o Banco Central do Brasil (BCB) começou, de forma progressiva, a dar atenção para a ampliação do acesso do cidadão e das empresas ao sistema financeiro brasileiro.

O amadurecimento da estabilidade de preços levaram à redução dos juros reais da economia e à expansão da oferta de crédito, além disso, o aumento da formalização no mercado de trabalho, o aumento real dos salários, a expansão do crédito imobiliário, o uso de cartões de pagamento e os programas sociais de transferência de renda do governo federal, além do estímulo ao consumo, como parte da política econômica do governo federal, contribuíram para uma maior inclusão financeira na década de 2000, conforme Relatórios de Inclusão Financeira publicados pelo BCB<sup>252</sup>. A relevância assumida do setor bancário na economia brasileira, pode ser atestada através da tabela 10, onde observa-se que o crescimento dos ativos do setor financeiro cresceu em velocidade muito superior ao PIB.

Tabela 10

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Ativos Totais do setor financeiro (bilhões de R\$)</b>	3.749	4.397	5.119	5.627	6.377	7.115
<b>Crescimento de Ativos</b>	19,4%	17,3%	16,4%	9,9%	13,3%	11,5%
<b>Receitas de intermediação financeira (milhões de R\$)</b>	243.475	309.508	274.282	302.721	378.725	462.134
<b>Crescimento das receitas de intermediação financeira</b>	15,8%	27,1%	-12%	10,3%	25,1%	22,0%
<b>Crescimento PIB</b>	7,6%	3,9%	1,8%	2,7%	0,1%	-3,8%
<b>Crescimento Setor Agrícola</b>	6,7%	5,6%	-3,1%	8,4%	2,1%	1,8%
<b>Crescimento Setor Industrial</b>	10,2%	4,1%	-0,7%	2,2%	-0,9%	-6,2%
<b>Crescimento Setor de Serviços <sup>65</sup></b>	5,8%	3,4%	2,9%	2,8%	0,4%	-2,7%

(Fonte SOARES, Fabricio P. p. 188 – dados extraídos do BC e IBGE) <sup>253</sup>

Houve avanço notável na evolução do acesso aos serviços bancários no país. A média de pontos de atendimento por dez mil habitantes por município brasileiro era próxima a 8 em 2005, aumentando para 15, em 2010, e atingindo 18, em 2014. O gráfico divulgado no III

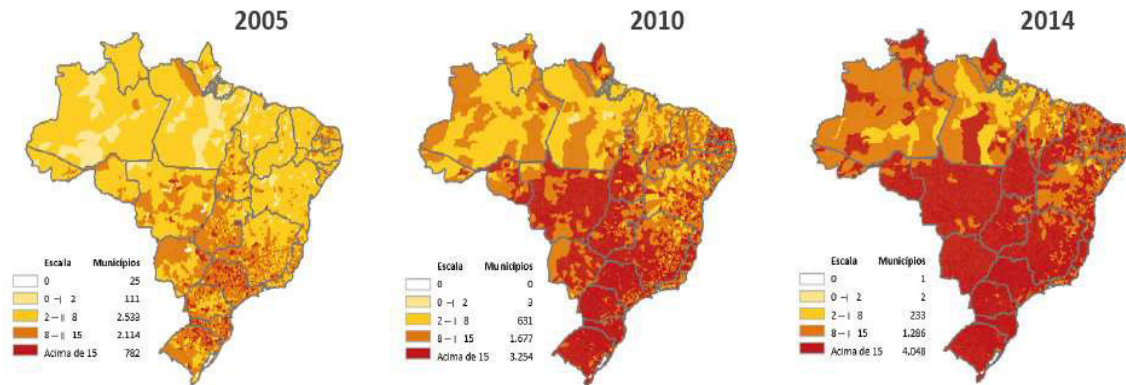
<sup>252</sup> RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA nº 1, de 2010; Relatório de Inclusão Financeira nº 2, de 2011; e Relatório Inclusão Financeira nº 3, de 2015.

<sup>253</sup> SOARES, Fabricio P. *Os debates sobre Educação Financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira*. 2017. Tese doutorado PUC/RJ. p. 188

Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, mostra a evolução do número de pontos de atendimento de sistema financeiro por 10 mil habitantes nos municípios brasileiros.

Figura 3

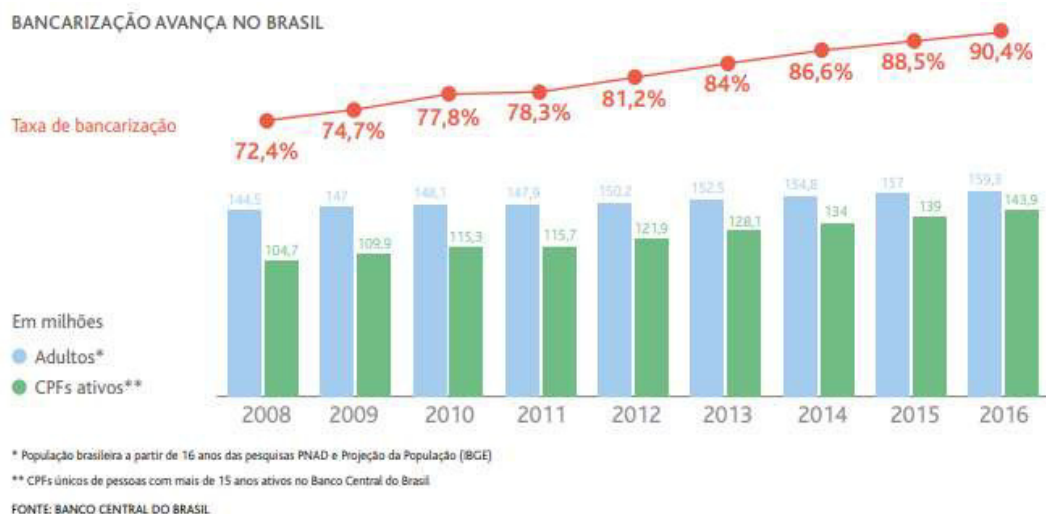
Evolução do número de pontos de atendimento de sistema financeiro por 10 mil habitantes por município<sup>7</sup>



Entre os principais tipos de pontos de atendimento do sistema financeiro no Brasil, destacam-se os correspondentes pela quantidade absoluta de pontos – mais de duzentos mil em dezembro de 2014 – e por sua capilaridade.

A pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017, aponta que a bancarização avança no país. O indicador de bancarização é obtido a partir da divisão da quantidade de CPFs únicos ativos no Banco Central do Brasil de pessoas com mais 15 anos, pela população a partir dessa mesma idade. Em 2016, esse índice ultrapassou os 90%, alta de quase dois pontos percentuais em relação ao ano anterior que confirma uma consistente trajetória de crescimento nos últimos anos.<sup>254</sup>

Gráfico 14



<sup>254</sup> FEBRABAN – Relatório de pesquisa de tecnologia bancária. 2017. p. 23

Em dezembro de 2017 o país contava com 155 bancos comerciais e múltiplos. As fusões e aquisições que tem ocorrido no Sistema Financeiro resultaram em concentração do sistema bancário. Os cinco maiores bancos (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander) – respondem por 80% das operações de crédito para pessoa física no país.<sup>255</sup> A concentração tem levado outros setores da economia a reclamar da elevação do spread bancário<sup>256</sup> o que acarretou maior custo final do dinheiro para as famílias e as empresas, ressaltando que apesar da redução da taxa SELIC nos últimos anos, que é o balizador do custo do dinheiro na economia, não houve repasse na mesma velocidade para as taxas de juros cobrados das operações de crédito e das tarifas bancárias cobradas pelos serviços.

Tabela 11 – Razão de concentração dos 5 maiores bancos em ativos totais

Discriminação	2006	2008	2010	2012	2014	2016
<b>Países desenvolvidos</b>						
Alemanha	29	27	40	38	37	35
Austrália	69	74	78	80	81	80
Bélgica	84	81	75	66	66	66
Canadá	82	80	81	83	81	81
Espanha	49	51	57	62	63	65
Estados Unidos	35	38	44	45	44	43
França	-	77	81	81	81	82
Holanda	84	84	82	82	86	89
Itália	26	31	40	40	41	43
Japão	45	46	46	47	51	51
Luxemburgo	29	27	31	33	32	29
Reino Unido	50	45	53	54	51	48
Suécia	79	80	78	77	77	76
Suíça	57	55	53	49	51	53
<b>Países emergentes</b>						
Brasil	60	73	76	77	78	82
China	55	51	49	45	41	37
Coreia do Sul	61	60	61	60	59	62
Índia	40	37	35	35	35	36
México	80	78	74	70	73	70
Singapura	39	39	41	41	43	42

Fonte: Banco de Compensações Internacionais

Em diversos países, a indústria bancária apresenta relevante nível de concentração. Esse fenômeno ocorre, em parte, por tal indústria requerer ganhos de escala econômica e altos

<sup>255</sup> BCB – Relatório de Economia Bancária 2017. p. 91. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB\\_2017.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2017.pdf), acesso em 16/01/2019.

<sup>256</sup> Spread bancário é a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de empréstimos (operações ativas) e a taxa de juros que o banco remunera os depositantes nas aplicações financeiras (operações passivas).



investimentos em tecnologia de gestão operacional e de riscos.

É dever do Banco Central o monitoramento dos riscos do SFN e da concentração bancária, quanto aos possíveis efeitos sobre o spread bancário e outros preços. Estudos do Banco Central afirmam que, a concentração bancária, apesar de merecer atenção, não é o maior fator na configuração do spread.

De fato, diversos fatores que não têm relação com concentração podem influenciar no spread, tal como inadimplência de carteiras de crédito (que representa o maior peso), depósitos compulsórios (parte das captações dos bancos obrigatoriamente depositados no Banco Central) elevados, e o Banco Central cita ainda a limitada educação financeira dos clientes bancários<sup>257</sup>.

Tabela 12 – Decomposição do spread

Discriminação	Em proporção (%) do spread			
	2015	2016	2017	Média
1 - Inadimplência	35,25	38,57	38,27	37,36
2 - Despesas administrativas	25,16	24,23	25,55	24,98
3 - Tributos e FGC	23,35	22,79	22,13	22,76
4 - Margem financeira do ICC	16,24	14,41	14,04	14,90
Spread do ICC (1 + 2 + 3 + 4)	100,00	100,00	100,00	100,00

(fonte: BC – Relatório da economia bancária – 2017 p. 50)

A SERASA<sup>258</sup> instituiu um indicador para aferir a educação financeira – INDEF. No levantamento efetuado na 4ª edição do Indicador de educação financeira (INDEF) em 2016, em uma escala de 0 a 10, a nota média da população ficou em 6,2, a mesma identificada no índice anterior – realizado em 2015.

Nessa mesma edição, apontou 2 problemas: a ausência de um cadastro positivo e o nível inadequado de educação financeira da população. A falta de um cadastro positivo afeta as taxas de juros praticadas, porém, após o estudo da SERASA de 2014, está implantado, dependendo ainda de ser plenamente incorporado ao mercado de crédito.

Por outro lado, a instituição defende a criação de ferramentas para mensuração do grau de educação financeira da população, dado o cenário de endividamento e inadimplência.

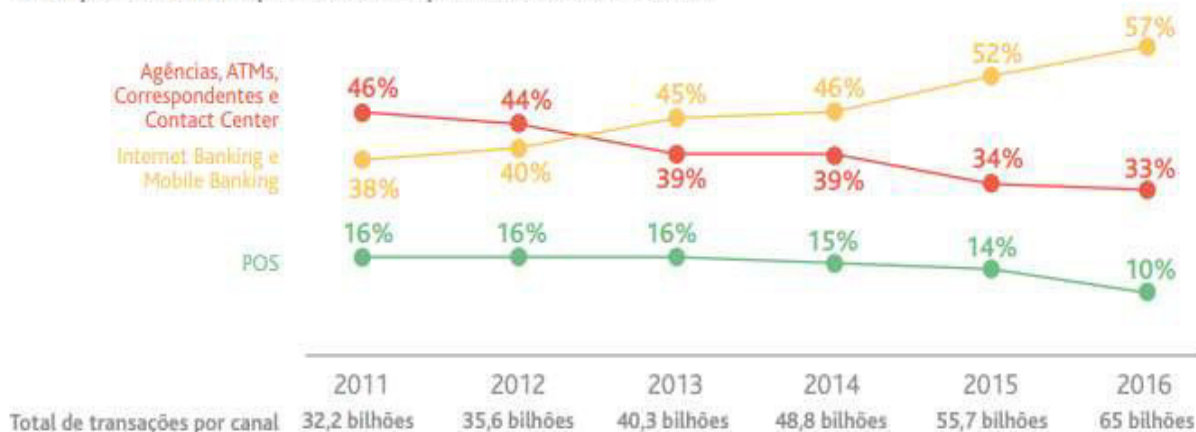
<sup>257</sup> BCB. Relatório de Economia Bancária 2017. p. 89. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomibancaria/REB\\_2017.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomibancaria/REB_2017.pdf), último acesso em 16/01/2019.

<sup>258</sup> SERASA EXPERIENCE. Disponível em <https://www.serasaexperian.com.br>, último acesso em 16/01/2019.

Os hábitos dos consumidores bancários mudaram significativamente nas últimas décadas. O cheque, principal meio de pagamento, e por muito anos foi utilizado também como crédito na figura do cheque pré-datado, vem perdendo força para as transações com cartões e transações eletrônicas. Segundo a FEBRABAN em 2015 existiam entre 880 e 910 milhões de cartões no Brasil, incluindo cartões de crédito, débito e emitidos por redes de lojas (conhecidos como cartões de loja). Além disso cresceu muito a figura dos correspondentes bancários<sup>259</sup>, que passaram a prestar serviços bancários como recebimento de contas, e até operações de crédito. Mas o canal de atendimento preferido pelos brasileiros tem sido o internet banking (aplicação utilizada no computador) e o mobile banking (aplicativo aparelho celular).

Gráfico 15

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS TRANSAÇÕES POR GRUPOS DE CANAIS



FONTE: PESQUISA FEBRABAN DE TECNOLOGIA BANCÁRIA 2017

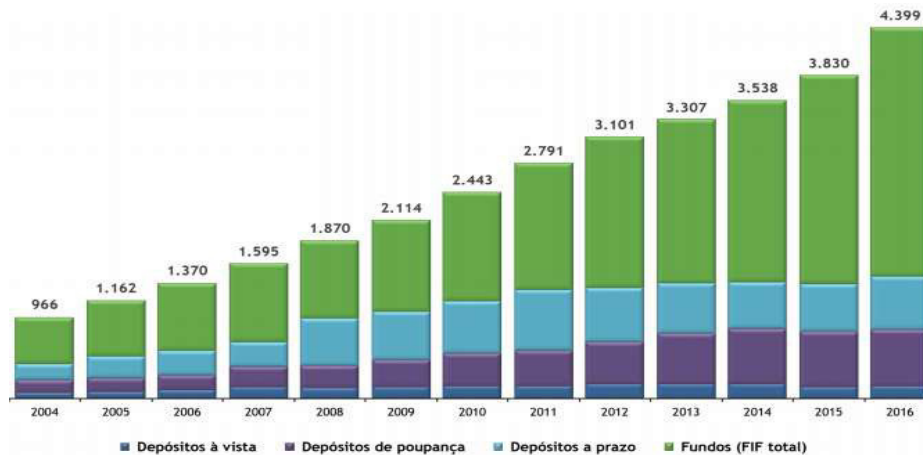
Do lado das aplicações financeiras, também cresceu bastante o número de novos produtos oferecidos, que em passado recente se limitava a Caderneta de Poupança.

O estoque de captações do sistema bancário manteve-se estável em valores nominais no comparativo entre os anos de 2016 e 2017. No período, as alterações mais relevantes aconteceram na participação dos diferentes instrumentos na composição do estoque, com destaque para o crescimento dos instrumentos mais tradicionais de captação, como os depósitos à vista e a prazo (CDB – Cédula de Depósito Bancário e RDB – Recibo de Depósito

<sup>259</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução 2707/2000.

Bancário) e os de poupança, e para o elevado volume de captações em Fundos de Investimento (FIF).

Gráfico 16 – Volume de captações (em R\$ bilhões)



(fonte: FEBRABAN – Painel Econômico e Financeiro 2016)

De acordo com a classificação CVM (Comissão de Valores Mobiliários), quanto à composição de carteira, os Fundos de investimento classificam-se em: I – Fundo de Renda Fixa - variação da taxa de juros, de índice de preços, ou ambos; II – Fundo de Ações - no mínimo, 67,00% da carteira em ações; III – Fundo Multimercado - vários fatores de risco sem o compromisso de concentração; IV – Fundo Cambial - preços de moeda estrangeira ou a variação do cupom cambial; e, V- Previdência.

Como regra prudencial, com o objetivo de proteger os investidores em fundos de investimento e orientá-los na escolha dos vários fundos existentes no mercado, a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA) determinou em 2013, que todas as instituições que negociam fundos de investimentos aplicassem um questionário sobre a Avaliação do Perfil do Investidor (API), de forma a identificar o perfil do investidor em conservador, moderado ou agressivo. Além disso a ANBIMA criou uma certificação – CPA (Certificação Profissional ANBIMA), destinada aos profissionais, obrigatórios para gerentes bancários, que oferecem produtos do mercado de capitais à sua clientela, de modo a educa-los para uma atuação ética e profissional. O Mercado de Capitais, constitui-se por bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. Identificou-se que essas regras prudenciais criadas pela ANBIMA constituem a única política privada estruturada voltada para a educação financeira no país.

Os principais papéis negociados são: títulos públicos, ações, debêntures, commercial papers<sup>260</sup>, letras de câmbio, CDB, CDI (Certificado de Depósito Interbancário)<sup>261</sup>.

A aplicação em Tesouro Direto é uma modalidade de investimento através de um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a B3 (BVM&FBovespa) para venda de títulos públicos federais para Pessoas Físicas, por meio da internet. Em janeiro de 2017, o estoque do Tesouro Direto registrou um montante de R\$ 41,7 bilhões<sup>262</sup>. O derivativo<sup>263</sup> é uma modalidade de investimento através de um contrato no qual se estabelecem pagamentos futuros, cujo montante é calculado com base no valor assumido por uma variável, tal como o preço de um outro ativo (ação ou commodity), a inflação acumulada no período, a taxa de câmbio, a taxa básica de juros ou qualquer outra variável dotada de significado econômico.

Identificou-se o estágio do processo de bancarização, em que se insere o fenômeno de financeirização, e, o relacionamento das famílias e empresas com o sistema financeiro, demonstrando-se a complexidade do processo decisório em relação às finanças. Esses fatores podem atuar como força que movimenta as discussões sobre a relevância da educação financeira. É natural que a tendência é de aumento da demanda da população por serviços bancários, e por consequência haverá aumento de demanda por informações financeiras.

#### 4.3 O relacionamento das pessoas com o sistema financeiro

A sociedade brasileira passa por importante mudança na pirâmide etária<sup>264</sup>. Essa mudança no perfil populacional brasileiro deve-se à redução da natalidade ao longo do tempo, o que se soma à igual redução das taxas de mortalidade. Para se ter uma ideia, em 1960, a taxa de fecundidade (número de filhos por mulher) no Brasil era de 6,21; já nos dias atuais, esse número é de 1,81. Por outro lado, a expectativa de vida no Brasil saltou de 54,6 para 73,6 nesse mesmo período. Portanto, verifica-se que o Brasil está passando por um processo de envelhecimento populacional, com o aumento da média de idade de sua população<sup>265</sup>. A

---

<sup>260</sup> *Commercial Paper*: Título emitido pelas empresas, que se aproxima a uma nota promissória de curto prazo, destinadas ao capital de giro. Debêntures: títulos emitidos por empresas S/A (Sociedades Anônimas), seus recursos são destinados principalmente para capital fixo, paga juros, participações nos lucros.

<sup>261</sup> ANBIMA – disponível em [www.ANBIMA.com.br](http://www.ANBIMA.com.br)

<sup>262</sup> <http://www.tesouro.gov.br/-/balanco-e-estatisticas>

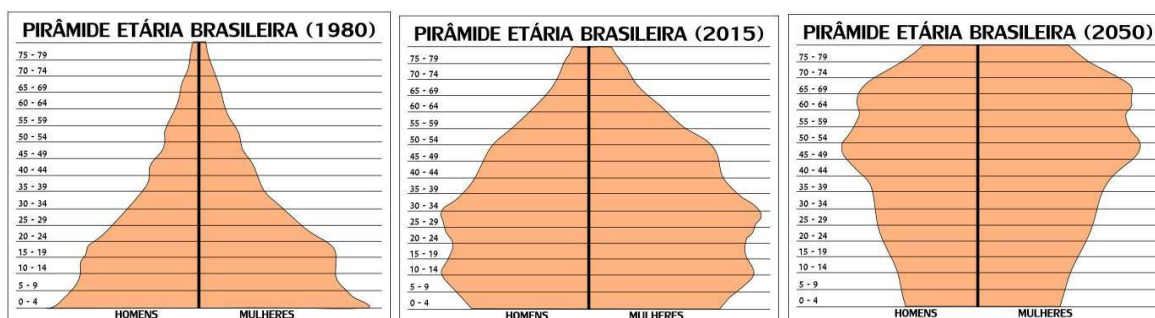
<sup>263</sup> [www.ANBIMA.com.br](http://www.ANBIMA.com.br)

<sup>264</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>

<sup>265</sup> <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>

médio e longo prazo esse cenário contribuirá para uma redução proporcional da População Economicamente Ativa (PEA), que corresponde ao número de pessoas aptas a exercer algum trabalho. Ao mesmo tempo, os gastos sociais, sobretudo com o Previdência Social, tendem a elevar, o que torna a necessidade de planejamento para aposentadoria, urgente.

Figura 4 – Pirâmide etária brasileira



(fonte: IBGE – disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>)

Alguns fenômenos ligados à previdência começam a ocorrer no campo previdenciário, com a transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo, sobretudo, diante da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, que traz estímulo a poupança previdenciária e aos planos de previdência complementar. Em paralelo as famílias se veem diante decisões sobre o financiamento da casa própria, o consumo e o endividamento, limitadas pelas informações sobre os instrumentos financeiros. Afirmam Savóia, Saito e Santana que:

Logo, a principal dificuldade do indivíduo é planejar adequadamente suas ações de longo prazo; é preciso poupar por conta própria para a aposentadoria, não mais provida integralmente pelo Estado. Também é necessário reavaliar as decisões sobre a compra de sua casa própria, e dos bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de crédito e dominar a tecnologia disponível para a realização das transações financeiras básicas<sup>266</sup>.

O Ministério da Previdência Social<sup>267</sup> argumenta que o Regime Geral da Previdência Social, não arrecada o suficiente para cobrir as despesas com o pagamento de aposentadorias e benefícios. Existem ainda, 7.608.722 servidores públicos (ativos, inativo e pensionistas) vinculados a RPPS, conforme dados levantados do Ministério da Previdência Social<sup>268</sup>.

Para fomentar a previdência complementar foram instituídos os fundos de previdência VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e PGBL (Plano Gerador de Benefício

<sup>266</sup> SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taué; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007.

<sup>267</sup> <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/resultados-do-rgps/>

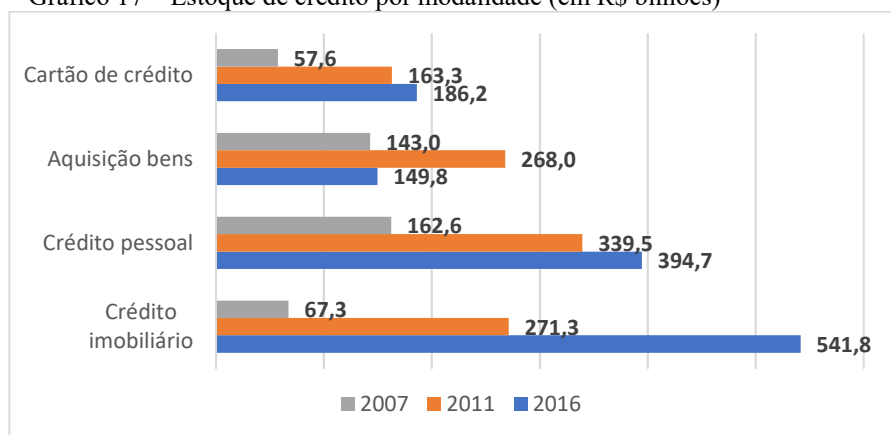
<sup>268</sup> <http://www.previdencia.gov.br/>

Livre), e o FAPI (Fundo de Aposentadoria Programada Individual), os mais conhecidos pela população, e fundos de previdência fechados, destinados aos empregados de estatais e grandes empresas.

Os dados da FenaPrevi<sup>269</sup> mostram que o setor fechou 2017, com 13.324.124 de pessoas com planos de previdência privada aberta contratados, contudo apenas 14,70% da população ocupada possui plano de previdência aberta no país. Dados da Entidades Fechadas de Previdência Complementar<sup>270</sup> apontam para a existência apenas 316 fundos de previdência fechada no país. Diante desses dados constata-se que grande parte da população não se prepara para a aposentadoria, dependendo ainda da Previdência Pública.

O crédito à pessoa física cresceu muito nas últimas décadas. Entre 2000 e 2014, o estoque de crédito às famílias saiu de cerca de R\$ 400 bilhões para R\$ 1,7 trilhão, a preços constantes de 2016, conforme dados do Banco Central. Assim como no caso do consumo, a velocidade de expansão do crédito às famílias não se manteve constante. A partir de 2004 iniciou-se uma forte aceleração, que perdeu força a partir de 2011, mas se manteve em ritmo robusto até 2014. Entre 2007 e 2011, os estoques de cartão de crédito, crédito pessoal (inclusive consignado) e crédito para aquisição de bens registraram taxas de crescimento médias, em termos reais e anualizados, de 24,5%, 16,8% e 14,1%, respectivamente. Esses números sugerem, de fato, que o crédito desempenhou um papel importante para financiar o incremento do consumo das famílias ao longo do ciclo 2004-2011. O forte aumento da taxa de juros e a piora das expectativas que começam a ser observados entre 2013 e 2014, são fatores importantes que reduzem o incentivo das famílias para a tomada de crédito, o que acaba afetando o consumo, principalmente, de bens duráveis.

Gráfico 17 – Estoque de crédito por modalidade (em R\$ bilhões)



(Fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria)

<sup>269</sup> <http://fenaprevi.org.br/>

<sup>270</sup> <http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/entidades-fechadas-de-previdencia-complementar-1>

O estoque de dívidas das famílias brasileiras, em confronto com a renda, conforme levantamentos do Banco Central, demonstra que equivalia a 18,4% de sua renda anual no início de 2005, e chegou a ultrapassar os 46,0% no final de 2015. Como já visto, o total de dívidas assumidas pelas famílias superou muito o seu ganho de renda, refletindo no seu nível de consumo e inadimplência. Os indicadores de inadimplência podem ser utilizados como parâmetro para diagnosticar o endividamento excessivo. Eles sinalizam situações em que o crédito passa por um crescimento não acompanhado pela capacidade de pagamento das famílias. Quando isso acontece, em algum momento, as famílias acabam acusando essa falta de capacidade de pagamento atrasando o pagamento do serviço de suas dívidas.

Segundo dados da Serasa Experian<sup>271</sup>, em agosto de 2018 o número de consumidores inadimplentes no Brasil totalizou 61,5 milhões. Em comparação com agosto de 2017 (60,4 milhões), o aumento foi de 1,82%. O montante de dívidas em agosto deste ano atingiu R\$ 274 bilhões, com média de quatro dívidas por CPF, totalizando R\$ 4.453,00 por pessoa.

Tabela 13

Data	Número em milhões	Valor em bilhões
agosto/18	61,5	274,0
agosto /17	60,4	270,4
agosto /16	59,3	265,9

Fonte: Serasa Experian

Outro aspecto importante no novo relacionamento das famílias com o sistema financeiro foi o enfoque dado pelo Banco Central desde a década de 1990 para fomentar a inclusão financeira da população. O Banco Central entende que o acesso ao sistema financeiro é condição para avançar no processo de desenvolvimento social e econômico do país.<sup>272</sup>

O Banco Central, no Relatório de Inclusão Financeira de 2015, aponta que:

[...] no respeito ao indivíduo e às famílias, a inclusão e a educação financeira desempenham papéis fundamentais no aumento do bem-estar. A fim de colher os benefícios dos serviços financeiros, as pessoas precisam ter acesso a produtos adequados e saber usá-los. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (BCB) definiu a inclusão financeira como o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida.

<sup>271</sup> <https://www.serasaexperian.com.br/>

<sup>272</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Série Cidadania Financeira – Educação Financeira funciona?* 2014 p. 1. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/.../cidadaniafinanceira/.../serie\\_cidadania/SerieCidadania\\_2ed](https://www.bcb.gov.br/.../cidadaniafinanceira/.../serie_cidadania/SerieCidadania_2ed), acesso em 12/11/2018.

Em termos de instrumentos de pagamento, observa-se a evolução dos sistemas bancários eletrônicos no país. Os cartões de crédito e os de débito continuam substituindo os cheques e os pagamentos em espécie no comércio. As instituições financeiras têm estimulado essa substituição nos últimos anos pela política de ampla emissão de cartões, especialmente os de débito.

Sobre os resultados alcançados pelo projeto de inclusão financeira, o Banco Central cita no Relatório de Inclusão Financeira 2015<sup>273</sup> como conclusões:

- Presença das instituições financeiras em todos os municípios do país;
- O papel fundamental que o modelo de correspondentes bancários tem na promoção do desenvolvimento socioeconômico da população, ao promover a prestação de serviços para a população de baixa renda, a melhoria do atendimento àqueles já bancarizados e o estímulo à concorrência;
- Em 2014, 84% da população adulta estava incluída no sistema financeiro por meio de um relacionamento bancário com uma instituição financeira, o que significa crescimento de 10% desde 2010;
- Expansão do acesso e do uso, a oferta de crédito à população aumentou consideravelmente, atingindo 25% do PIB (crédito a pessoa física);
- Preocupação com endividamento de devedores na faixa de renda mais baixa, de até três salários mínimos. O endividamento chegou a 73% em 2014. A população nessa faixa de renda é a mais endividada e a que apresenta o maior comprometimento de renda com dívidas, alerta o Relatório;
- Impõe como desafio o estímulo ao hábito de poupar. Há contraste entre a evolução e o volume do crédito das famílias, passando de 15,9% do PIB, em 2007, para 25,6% do PIB, em 2014. Esse comportamento parece indicar desequilíbrio entre a evolução do crédito, mais acelerada, e a evolução dos depósitos em poupança, mais lenta, em especial da população de baixa renda;
- As novas tecnologias expõem as pessoas aos riscos associados, tanto em segurança como privacidade de informações das transações, além de questões relacionadas com lavagem de dinheiro, crime organizado, além da estabilidade do sistema financeiro;
- É urgente adoção de ações para promover a educação financeira para que os consumidores usem os serviços financeiros de maneira responsável e consciente dos seus riscos e custos, bem como alcancem equilíbrio orçamentário.

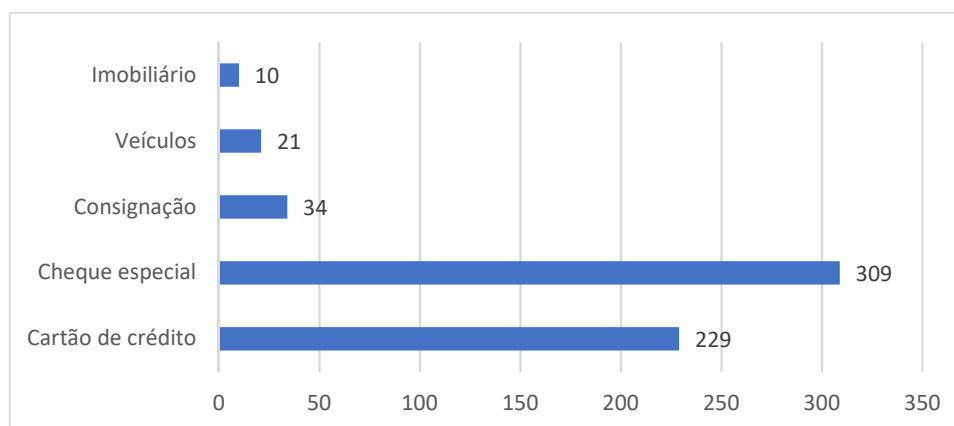
---

<sup>273</sup> RELATÓRIO INCLUSÃO FINANCEIRA nº 3, de 2015. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>, acesso em 16/01/2019.



Os novos consumidores praticam procedimento de risco com o parcelamento das dívidas com cartão de crédito, considerada de alto custo e com maior potencial de impacto negativo sobre a situação financeira dos indivíduos. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) – PEIC (Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor) de fevereiro de 2018, aponta o cartão de crédito como um dos principais tipos de dívida por 77,1% das famílias endividadas, seguido por carnês, para 16,5%, e, em terceiro, por financiamento de carro, para 10,7%. Para as famílias com renda até dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontadas são: cartão de crédito, para 78,0% das famílias, carnês, para 17,7%, e crédito pessoal, para 9,8%<sup>274</sup>. As taxas de juros anuais cobradas pela utilização do crédito rotativo do cartão dos 5 maiores bancos (Brasil, Bradesco, Itaú, CEF e Santander) representa na média 229% a.a. O cheque especial é outra modalidade de crédito rápido e fácil, disponibilizado pela rede bancária, mas possui juros ainda maiores que o cartão (309% a.a.)<sup>275</sup>.

Gráfico 18 – Média de taxa de juros dos 5 maiores bancos por modalidade de crédito



(fonte: Banco Central do Brasil – elaboração própria)

A SERASA Experian através de um indicador de fraudes ocorridos contra o consumidor, afirma que o Brasil registrou 1,8 milhão de tentativas de fraude em 2017, que representa uma tentativa de fraude a cada 16 segundos no país<sup>276</sup>.

As tentativas de golpes e fraudes ocorrem de diversas formas, por telefone, nos ambientes de autoatendimento das agências bancárias, abertura de contas com documentos falsificados, clonagens de cartões e documentos, furto de dados de contas bancárias pela internet, dentre outros.

<sup>274</sup> <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-2>

<sup>275</sup> <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>

<sup>276</sup> Disponível em <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/a-cada-16-segundos-uma-tentativa-de-fraude-acontece-no-brasil-revela-serasa>

As vítimas muitas vezes são consumidores despreparados para interagir com os produtos e sistemas eletrônicos cada vez mais complexos disponibilizados pelo mercado bancário. Num cenário onde a tendência é direcionar o relacionamento com os clientes para o autoatendimento e atendimento remoto, a educação para uma interação segura é cada vez mais necessária. A cada dia são divulgados na imprensa uma nova modalidade de fraude, que traz prejuízo ao sistema bancário, mas também aos consumidores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer o referencial teórico, interpretar e tabular os dados levantados, o intuito foi contribuir modestamente com a discussão da inclusão social pela educação, desta feita, através da vertente da educação financeira, como desdobramento necessário do processo de financeirização do capitalismo, diante da atual complexidade e novos valores por ela agregados à vida contemporânea.

Antes de apresentar qualquer conclusão ou proposta, é oportuno rememorar o objetivo do presente trabalho: perscrutar as políticas públicas e privadas no Brasil para preparar a população aos novos desafios trazidos pela implementação da financeirização na economia brasileira.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica procurou estudar e entender o fenômeno histórico da financeirização no mundo e no Brasil, bem como seus reflexos sobre o consumo, crédito e inadimplência. Após esse entendimento buscou-se avaliar o atual estágio da educação financeira no Brasil em comparação com outras iniciativas no mundo, tendo por base as diretrizes da OCDE, dentro do atual contexto do sistema financeiro brasileiro.

Verificou-se que a financeirização não se constitui como um processo integrador, ao contrário, ela se apresenta como agente concentrador de renda, causador da exclusão econômica, elevando os níveis da desigualdade social, ao mesmo tempo em que valoriza a cultura do consumismo, utilizando-se dos instrumentos de crédito e juros, e conduz a ideologia do neoliberalismo ao papel do Estado.

Percebemos que se trata de um tema interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, mas é pouco explorado no meio acadêmico do direito, ou de saberes tão só, ou mais enfaticamente normativos. Por outro lado, encontramos muitos estudos nas outras áreas das ciências sociais e exatas (sobretudo no ramo da matemática), tanto de autores internacionais como nacionais.

Defendemos que o direito precisa atuar como protagonista do tema, e discutir o direito do cidadão ao acesso à alfabetização e educação financeira de forma eficiente, cobrando a atuação do Estado com políticas públicas atuantes, mas também responsabilizando entidades privadas do mercado financeiro, para promover o direito do consumidor, monitorar o endividamento e inadimplência das famílias, revisar os marcos regulatórios dos instrumentos de crédito, além do planejamento previdenciário, prevenção de crimes de

fraudes e golpes financeiros.

O acesso à educação e cidadania (inclusive financeira) são subjacentes a princípios consagrados na Constituição, como os princípios da dignidade da pessoa humana, cidadania, de uma sociedade livre, justa e solidária, redução da pobreza e a desigualdade social, positivados nos artigos 3º, 5º, 6º, 205, 206 e 208, além de vincular-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo XXVI, aplicável e exigível no Brasil por força do parágrafo 2º do artigo 5º da Constituição. Abrir frentes da discussão sobre garantir o direito ao acesso à alfabetização e educação financeira no meio jurídico torna-se urgente.

A relação dos cidadãos com o dinheiro transcende as relações econômicas, com reflexos à vida cotidiana e social. Para entender essa relação, este estudo explorou a financeirização no mundo e no Brasil, e qual o estágio da presença da alfabetização e educação financeira na sociedade de consumo. A pesquisa se valeu de extensa utilização de dados estatísticos, retratados sob a forma de tabelas e gráficos, a fim de facilitar a visualização dos problemas e imprimir sustentação às conclusões delas extraídas.

Acreditamos na aderência do tema à linha de pesquisa – efetividade dos direitos fundamentais – pois, não se pode conceber uma cidadania plena, sem assegurar o direito ao acesso ao conhecimento que permita um comportamento para uma vida financeira saudável, ponto de partida para muitos dos direitos fundamentais, como dignidade da pessoa humana e respeito aos direitos do consumidor, além de necessário para sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

A trajetória que nos trouxe até este momento, conta com 35 anos de trabalho em uma instituição financeira estatal, a Caixa Econômica Federal, onde fomos testemunha das contradições do sistema bancário, como reflexo das contradições da nossa sociedade, diante do impacto do dinheiro na realidade cotidiana das pessoas. Pudemos constatar que a grande maioria dos clientes que procuram o sistema bancário não têm preparo suficiente para interagir com os produtos que lhe são oferecidos, seja de uma aplicação financeira para formar reservas, seja para contratar um financiamento habitacional, ou mesmo utilizar os meios eletrônicos postos à sua disposição com a segurança necessárias, colocando-se muitas vezes em situações de risco. Por outro lado, o sistema bancário, contaminado pela lógica neoliberal da busca do lucro e batimento de metas, muitas vezes se esconde em práticas questionáveis, e mesmo, antiéticas, de funcionários, que oferecem produtos inadequados a sua clientela, aproveitando-se de suas dificuldades. Essa experiência prática permeou o trabalho.

Assim, identifica-se a pertinência do tema proposto – alfabetização e educação financeira – como fundamental no cenário do capitalismo financeirizado do mundo neoliberal

contemporâneo, constituindo um direito com fundamento constitucional, que para sua plena materialização, vincula-se à horizontalização das normas constitucionais, pois, trata, sobretudo, de relações privadas, em que o cidadão e o consumidor têm o direito subjetivo público à eficácia da norma constitucional, através do acesso a informações para que possa se inserir, de fato, na atividade bancária, essencialmente oligopolizada, devidamente instrumentalizado através das informações necessária e úteis para seu desenvolvimento e segurança.

Contudo importa ressaltar que a forma como a política pública instituída para a educação financeira está implementada, se encontra distante de resolver as disfunções que a financeirização trouxe ao capitalismo dos dias de hoje.

Em que pese a política pública idealizada pelo ENEF, sua atuação ainda é tímida e não irá resolver questões de desigualdade e exclusão mencionados nos estudos realizados, basta lembrar os estudos sobre a Nova Classe Média, mas servirá unicamente para legitimar a atuação dos mercados, sob o manto de uma inclusão apenas simbólica, perante órgãos internacionais. Os estudos da Nova Classe Média revelam que a melhora da renda por si só, é insuficiente para consolidar uma inclusão social, pois sem preparo, a população não consegue administrar os benefícios que um aumento de renda pode lhe proporcionar. Também os resultados das pesquisas de avaliação sobre a educação financeira, realizadas pela OCDE, demonstram a baixa eficácia das políticas implementadas. De igual modo, alegar que na realidade brasileira existem outras carências mais urgentes, como alimentação, moradia, saúde, dentre outras, é reduzir a discussão sobre a cidadania plena. A educação financeira é um direito de todas as classes sociais, e afeta principalmente as menores faixas de renda.

A discussão da educação financeira não pode ficar restrita somente a disseminar conhecimentos técnicos para a população, é preciso formar um pensamento crítico, de forma a aliar conhecimento com comportamento e atitude. Para isto é preciso envolvimento do direito e da educação, de modo mitigar as ramificações da orientação ideológica do neoliberalismo sobre os atores responsáveis pela formulação de políticas públicas e privadas sobre o tema.

O fato do MEC ter incluído na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a obrigatoriedade da discussão do tema nas escolas brasileiras pode servir como um importante avanço na efetividade de ações em prol de uma alfabetização e educação financeira no país, mas será preciso acompanhar. As instituições privadas que compõem o Sistema Financeiro Nacional também precisam ser chamadas à responsabilidade no relacionamento com seus clientes, seja para uma atuação ética, voltada para os interesses de seus clientes, ou investimentos em ações educacionais.

Ao longo do estudo deparou-se com propostas que buscam trazer efetividade ao tema da educação financeira, que se compila a seguir, como contribuição para maior reflexão na discussão.

Inicialmente buscar meios de sensibilizar as pessoas para uma nova consciência da importância do dinheiro. Considerando que o mercado somos todos nós, se todos mudarmos nossa maneira de pensar, de agir, e de investir, o funcionamento e a direção do modelo econômico mudará. O cidadão tem o poder de decidir o que consome, e isto reflete em toda cadeia do sistema produtivo e financeiro. Se a comunidade de cidadãos pensa exclusivamente em rentabilidade individual, no próprio lucro, e fecha os olhos para a realidade restante no mundo, a corrente do dinheiro voltará para a economia especulativa, mas se através da educação mudar seus hábitos de consumo e sua relação com o dinheiro, por certo os bancos, a indústria o acompanharão. Para isto será necessário que a política pública de educação financeira contemple a disseminação de pensamento crítico na população. Não se trata de utopia. A consciência para a reciclagem de resíduos faz parte do cotidiano de boa parte da população, então é possível trazer esta consciência também para o uso do dinheiro.

Outra proposta é regulamentar o sistema financeiro. Como estudado um dos pilares da financeirização foi exatamente a desregulamentação do sistema financeiro, que expôs a sociedade a riscos sistêmicos, bolhas especulativas com títulos sem lastro na economia real, e crises financeiras como a das hipotecas subprime. Portanto, necessário se torna uma discussão acerca da regulamentação do sistema financeiro que traga maior segurança aos clientes e à sociedade, e o coloque a serviço da população, oferecendo um atendimento humanizado e voltado para o desenvolvimento da economia real, sobretudo com estímulo ao microcrédito, importante mecanismo creditício que pode alavancar ações de pequenos empreendedores. A educação financeira deve propor regulamentação ao sistema bancário que observe o perfil do cliente, combata a prática de venda de produtos financeiros inadequados, e a prática do conflito de interesses entre cliente e banco.

Os bancos têm posição privilegiada no processo de educação financeira, considerando que é o ponto de contato mais próximo do cidadão com o sistema financeiro no momento de sua tomada de decisão financeira. Preparar os funcionários para uma atuação pautada na ética no atendimento às demandas dos clientes, orientá-los sem vieses e criar formas institucionais de acompanhar a atuação dos bancos em sua governança, e valorizar aqueles que tragam excelência na oferta de serviços financeiros, através de publicidade, a fim de que o cliente possa reconhecer os bancos que lhe prestam melhores serviços.

E por último, no estudo do tema em outros países, destacam-se a qualidade do site francês e o protagonismo do processo do Ministério da Educação local, assim como também, a iniciativa japonesa de instituir em âmbito municipal centros ligados a assuntos do consumidor, oferecendo consultas e informações à população, especialmente no que diz respeito aos impactos do endividamento e à conscientização sobre vendas fraudulentas. O apoio das prefeituras das cidades brasileiras pode ser decisivo na criação desses centros, que poderão contar com a estrutura hoje existente no Procon e ainda contar com o apoio de universidades. Desse modo, a população poderia contar com centros gratuitos de atendimento com o intuito de prover aconselhamento financeiro livre de vieses e contribuir para decisões financeiras mais conscientes. Para isto seria necessário capacitar os servidores, que poderiam prestar atendimento presencial ou por telefone.

Enfim, procurou-se ao longo do trabalho trazer a urgência que o assunto requer das políticas públicas e privadas sobre a importância da educação financeira diante do contexto da financeirização, que por limitações da pesquisa não aprofundaram o tema nas ações educacionais do ensino fundamental e médio, bem como aspectos sociológicos do processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEF Brasil – *Relatório anual 2016*. Disponível em [http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/RELATORIO-ANUAL-2016impresao\\_2301\\_VersaoFinal.pdf](http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/RELATORIO-ANUAL-2016impresao_2301_VersaoFinal.pdf). Acessado em 02/01/2019.

AGÊNCIA BRASIL, *Quatro bancos concentram 78,5% do crédito no país*. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/quatro-maiores-bancos-concentram-785-do-credito-no-pais>., acesso em 10/01/2019.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMIN, Samir. *Economia de mercado ou capitalismo financeiro oligopólico?* In: JINKINGS, Ivana. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2008, n°: 12.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais *Certificação profissionais*. Disponível em [http://www.anbima.com.br/pt\\_br/educar/certificacoes/cpa-10/material-de-estudos/material-de-estudos-cpa-10.htm](http://www.anbima.com.br/pt_br/educar/certificacoes/cpa-10/material-de-estudos/material-de-estudos-cpa-10.htm), acesso 16/12/2018.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. *Educação do investidor*. [http://www.anbima.com.br/pt\\_br/educar/educacao-do-investidor/educacao-do-investidor.htm](http://www.anbima.com.br/pt_br/educar/educacao-do-investidor/educacao-do-investidor.htm). Acesso em 06/12/2018

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (organizadores) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. *As idéias e a ação política na mudança histórica*. Tradução de Simone Rezende da Silva. In: BORON, Atilio A. AMADEO, Javier. GONZÁLEZ, Sabrina (organizadores) *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociale. Disponível em <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/a%20teoria%20marxista%20hoje%20-%20problemas%20e%20perspectivas.pdf>, acesso em 11/01/2019.

Associação de Educação Financeira do Brasil - <http://www.aefbrasil.org.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inclusão Financeira n° 1*, de 2010. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/Nor/relincofin/relatorio\\_inclusao\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/relincofin/relatorio_inclusao_financeira.pdf), acesso em 15/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inclusão Financeira n° 2*, de 2011. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/Nor/relincofin/RIF2011.pdf> , acesso em 15/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inclusão Financeira n° 3*, de 2015. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/Nor/relincofin/RIF2015.pdf>, acesso em 16/01/2019.



BANCO CENTRAL DO BRASIL – *Estatísticas de taxa de juros* - <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>. Acesso em 01/09/2018

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório anual de 2003*. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2003/rel2003p.pdf>, acesso em 13/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Relatório anual de 2010*. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010cap1p.pdf>, acesso em 15/01/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Cidadania financeira*. Disponível em <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/>, acesso em 19/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018\\_04/refPub.pdf](https://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2018_04/refPub.pdf), acesso em 19/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/19880-comprometimento-de-renda-das-familias-com-juros-da-divida-com-o-sistema-financeiro-nacional-> Acesso em 01/09/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Série Cidadania Financeira – Educação Financeira funciona?* 2014 p. 1. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/.../cidadaniafinanceira/.../serie\\_cidadania/SerieCidadania\\_2ed](https://www.bcb.gov.br/.../cidadaniafinanceira/.../serie_cidadania/SerieCidadania_2ed), acesso em 12/11/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Economia Bancária 2017*. p. 91. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB\\_2017.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2017.pdf), acesso em 16/01/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *O Banco Central e a Educação Financeira*. <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbcuniversidade%2Fintroducaoef.asp>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Cidadania Financeira*. <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/index.php>. Acessado em 01/12/2018.

BANCO MUNDIAL. *Indicadores de crédito*. Disponível em <https://datos.bancomundial.org/indicador/FS.AST.PRVT.GD.ZS>, acesso em 01/09/2018.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. *A crise econômica de 2014/2017*. In Estudos avançados. São Paulo: USP, 2017, vol. 31 nº 89, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>, acesso em 20/12/2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEAUD, Michel. *História do capitalismo de 1500 até nossos dias*. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BELL, Daniel – *O advento da sociedade pós-industrial*. Tradução Heloysa L Dantas. São Paulo. Editora Cultrix 1974.

BELLUZZO Luiz Gonzaga. *Finança global e ciclos de expansão*. In: FIORI, José Luís (organizador). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, jun.1995, n°: 4.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. *Depois da Queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIANCARELLI, André; ROSA, Renato; VERGNHANINI, Rodrigo. *O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise*. Texto para discussão 296 – UNICAMP. Campinas. 2017

BM&FBOVESPA (Bolsa Valores SP). *Educação Financeira*. [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/educacional/educacao-financeira/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/educacional/educacao-financeira/) acessado em 12/10/2018

BOA VISTA/SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) controlado pela Associação Comercial de São Paulo. *Estudos Econômicos*. Disponível em <https://www.boavistaservicos.com.br/> Acessado em 01/10/2018.

BOYER, R. *Is a Finance-Led Growth Regime a Viable Alternative to Fordism? A Preliminary Analysis*. *Economy and Society*, disponível em <https://doi.org/10.1080/030851400360587> publicado em 02/12/2010.

BORGES, João Eunápio. *Curso de Direito Comercial Terrestre*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

BRAGA, José. S. C. *Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo*. In Poder e dinheiro. *Uma economia política da globalização*. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAGA, José Carlos. *Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças*. In: *Revista de estudos avançados*, São Paulo: USP, 2009, vol. 23, n°: 65.

BRASIL, Constituição da República Federativa do de 1988.

BRASIL, *Lei de usura*. Decreto n°: 22.626, de 07 de abril de 1933.

BRASIL. *Lei institui o CMN*. Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

BRASIL. *ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional)* Lei n° 4.357, de 16/07/1964.

BRASIL, *Assembleia Nacional Constituinte*. Emenda Constitucional nº: 26, de 27 de novembro de 1985.

BRASIL. *Lei da Responsabilidade Fiscal*. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

BRASIL, BNCC – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei 9.394, de 20/12/1996.

BRASIL, *Circular 2698* de 20/06/1996 do Banco Central do Brasil.

BRASIL. *Resolução 2707/2000* do Banco Central do Brasil.

BRASIL. *ENEF. Decreto Federal 7.397/2010* de 22/12/2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. In: SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Renaut (organizadores) *Novo Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

BRITO, Reginaldo Ramos de. *Educação Financeira: uma análise crítica documental*. Dissertação de mestrado em matemática pela UFJF. 2012, p. 5, disponível em <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>, acesso em 07/01/2019.

CAFFE, Ricardo; MIGUEL, Bruno, *Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil*. In: MIGUEL, Bruno (organizador). *População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015.

CAFFE, Miguel; BRUNO, Ricardo - *Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento*. Economia e Sociedade v. 26. Campinas. p. 1025 a 1062. 2017

CEE, *The Council for Economic Education* (CEE) disponível em <https://www.councilforeconed.org/>, acesso em 01/10/2018.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (Organizador). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro, Luis Leiria, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo, Xamã: 1998.

CHESNAIS, François. *Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica*. In: CHESNAIS, François (Coordenador). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. Tradução: Carmem Cristina Cacciacarro, Luis Leiria, Silvana Foá e Valéria Coêlho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Comitê Consultivo de Educação*.  
<http://www.comitededucacao.cvm.gov.br/>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) 2017*. Disponível em <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--32>, acesso em 19/01/2019.

CONSUMIDOR MODERNO. *A crise econômica ajudou a construir um novo consumidor?*  
<http://www.consumidormoderno.com.br/2017/11/01/crise-construir-novo-consumidor/>

CONTEXTO LIVRE. *A evolução da taxa selic (Governo FHC X Governo Lula)*. Disponível em <http://www.contextolivre.com.br/2009/07/evolucao-da-taxa-selic-governo-fhc-x.html>, acesso em 15/01/2019.

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. 16ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

DRIABE, S. M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. Núcleo de estudos de políticas públicas. Caderno de Pesquisa 8. UNICAMP 1993

DUMÈNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Tradução: Armando Boito Jr. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENEF (ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA).  
<http://www.vidaedinheiro.gov.br/> acesso em 01/08/2018

FEBRABAN – *Relatório de pesquisa de tecnologia bancária*. 2017. Disponível em <https://portal.febraban.org.br/pagina/3106/48/pt-br/pesquisa>, acesso em 18/01/2019.

FECOMERCIO RS – *Consumo e endividamento – O futuro do comércio no Brasil está comprometido?* Disponível em [www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br) , acesso em 13/01/2019.

FECOMERCIO SP - *Os Impactos recentes do crédito sobre as empresas e sobre as famílias no Brasil* – 2017. Disponível em [www.fecomercio.com.br](http://www.fecomercio.com.br), acesso em 13/01/2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO (FenaCap) -  
<http://cnseg.org.br/fenacap/servicos-apoio/noticias/educacao-financeira.html>

FENAPREVI. Federação Nacional de Previdência Privada e Vida. *Dados estatísticos*.  
<http://fenaprevi.org.br/fenaprevi/estatisticas/> acesso em 01/12/2018

FERNANDES, Florestan. *Brasil, em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Waldemar. *O direito público colonial do estado do brasil sob o signo pombalino*. Rio de Janeiro: Nacional do Direito, 1960.

FINANCIAL LITERACY AND EDUCATION COMISSION. Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/financial-education/Pages/commission-index.aspx>, acesso em 10/10/2018.

FIorentini, D.; LOrenzato, S. *Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2007

FLEURY, Sônia. *A fabricação da classe média: projeto político para uma nova sociabilidade*. In: BARTELT, Dawid Danilo (organizador) *A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GEORGE, Susan. *A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza*. In BELLUZZO, Luiz Gonzaga (mediador). *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

GIMENEZ, Denis M. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2007.

GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. In: Revista de administração pública. Rio de Janeiro: FGV, Mar./Abr. 2006, 40(2):201-36.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1

GRZYBOWSKI, Cândido. *Que Brasil estamos construindo. A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Dawid D. Bartelt (org). Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2013. p.96 a 104

GUTTMANN, Robert. *Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças*. Tradução Hélio M. Filho. Novos estudos CEBRAP. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/01.pdf>, acesso em 12/01/2018.

GUTTMANN, Robert.; PLIHON, Dominique. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. Tradução: Marcelo Freire. In: Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, v. 17, Número especial.

HAFFNER, Jacqueline A. SILVESTRE, José Maurício. *Brasil: globalização financeira e desindustrialização*. In: Cadernos do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jan.-jun. 2006, v. 11, nº: 18.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008. p. 121.

HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILTON, Rodney. Introdução. In SWEEZY, Paul e outros. *A Transição do feudalismo para o Capitalismo*. Tradução: Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. *A revolução francesa*. Tradução: Maria Teresa Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBSVAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª ed. 9ª reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. Tradução: Luciano Costa Neto. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 22ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Revolucionários*. Tradução: João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do homem*. Tradução de Waltensir Dutra. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IBGE. *Estatística do Século XX*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>. Acesso em 23 de maio de 2018.

IBGE. Estatísticas da população. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em 05/08/2018

IEFP.- *L'Institut pour l'Éducation Financière du Public* Disponível em <[http://www.lafinancepourtous.com/IMG/pdf/Educ\\_Fin\\_ecole\\_IEFP.pdf](http://www.lafinancepourtous.com/IMG/pdf/Educ_Fin_ecole_IEFP.pdf), acesso em 11/10/2018.

INFI -INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO – *Cursos de curta duração*. <https://www.infi.com.br/cursos/cursos-de-curta-duracao/educacao-financeira>. Acesso em 05/12/2018

INFINITY ASSET MANAGEMENT LTDA - <http://infinityasset.com.br> e <http://moneyou.com.br>. Acesso em 08/09/2018

IPEA. *Carta Conjuntura. n° 42*. Estêvão Kopschitz X. Bastos. 2019. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190204\\_cc\\_42\\_credito.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190204_cc_42_credito.pdf). Acesso 03/01/2019

JUMP START COALITION FOR PERSONAL FINANCIAL LITERACY, disponível em <https://www.jumpstart.org/> acesso em 01/10/2018.

KERSTENETZKY Celia Lessa. e UCHOA Crhistiane. *Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, Crédito limitado: em Busca da nova classe Média*. In: BARTELT, Dawid Danilo (organizador) *A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

KEYNES, John Maynard. 1996. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. In: Os Economistas. Tradução: Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: A tirania das marcas em um planeta vendido*. Tradução: Ryta Vinagre. 2ª Ed. São Paulo: Record, 2002.

KOPPER, Moises; DAMO Arlei S. – *A emergência e a evanescência da nova classe média brasileira* – Artigo SCIELO (2018) -<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100012>

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LA FINANCE POUR TOUS. Disponível em <https://www.lafinancepourtous.com/>, acesso em 10/10/2018.

LA FINANCE POUR TOUS. Disponível em <https://www.lafinancepourtous.com/qui-sommes-nous/nos-actions/nos-objectifs/>, acesso em 10/10/2018.

LIPIETZ, Alain. LEBORGNE, Danièle. *O pós-fordismo e seu espaço*. Tradução: Regina Silva Pacheco. In: Espaço & Debates, revista de estudos regionais e urbanos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 1988, n°: 25.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LIMA, Luís Antonio de Oliveira. *Crise do petróleo e evolução recente da economia brasileira*. In Revista de administração de empresas. vol.17 no.2 São Paulo Mar./Apr. 1977.

LUZ, A.R; BITTENCOURT, J.T.; TAIOKA, T. *Financeirização da Riqueza: uma análise da evolução da receita financeira no setor industrial*. Disponível em [www.convibra.org](http://www.convibra.org), acesso em 12/01/2019.

MARX, Karl. *O capital. Primeiro livro*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Tradução: Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). *Base Nacional Comum Curricular*  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_19mar2018\\_versaofinal.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf)

MELLO, João Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIRANDA Bernardo Pádua Jardim de. CROCCO, Marco. SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos. *Impactos da Financeirização sobre o Padrão de Financiamento e a Governança das Empresas Não-Financeiras Brasileiras de Capital Aberto: período de 1995-2008*. In: Revista de Economia, Curitiba: UFPR, mai./ago. 2015, v. 41, nº: 2, ano 39, p. 07-30.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Resultados do Regime Geral de Previdência Social*.

<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/resultados-dos-rgps/> acesso em 10/10/2018

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Capital fictício, autonomia produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual*. In: Revista Economia, Brasília, set/dez 2011, v. 12, nº: 3.

MORAIS, Luís Fernando Lobão. *Raízes da crise*. São Paulo: Clube de Autores, 2017.

MORAIS, Regis de. *Educação contemporânea: olhares e cenários*. Campinas: Alínea, 2003.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MY MONEY. Disponível em <https://www.mymoney.gov/Pages/default.aspx>, acesso em 10/10/2018.

NERI, Marcelo (Coordenação). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2010. Disponível em <http://www.fgv.com.br>, acesso em 20/12/2018.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1981.

OECD. *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. Publicação da OECD, 2005. Disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>, acesso em 10/10/2018.



OECD, disponível em <https://www.oecd.org>, acesso em 10/10/2018.

OCDE – *Advancing National Strategies for Financial Education* disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/advancing-national-strategies-for-financial-education.htm>, acesso em 10/10/2018.

OCDE – *Relatório PISA* - disponível em <http://www.oecd.org/pisa/>, acesso em 10/10/2018.

OCDE – *Relatório PISA* – disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil-PRT.pdf>, acesso em 10/10/2018.

OCDE – *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness* disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. 2005, acesso em 10/10/2018.

OCDE – *Financial education and consumer protection* disponível em <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/> acesso em 01/10/2018.

OCED/INFE *International Survey of Adult Financial Literacy Competencies – 2016*, acesso em 01/10/2018.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Carvalho Bezerra Freire de. RONSINI, Veneza Mayora. *O discurso midiático e a 'nova classe média': articulações de uma experiência social em processo*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0021.pdf>, acesso 20/12/2018.

PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*. In *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 2009, vol. 23, nº: 66.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na república velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 14ª edição. Saraiva. São Paulo.2013.

PLIHON, D. *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP, 1999, nº: 13, p. 45.

POTRICH, Ani Caroline Grigion. VIEIRA, Kelmara Mendes. KIRCH, Guilherme. *Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas*. In *Contabilidade & Finanças*. São Paulo: USP, vol. 26, nº: 69, Set/dez2015, p. 362-377. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257143328011>, acesso em 10/01/2019.

PREVIC – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. *Projeto de educação financeira e previdenciária*. <http://www.previc.gov.br/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria/projeto-de-educacao-financeira-e-previdenciaria>. Acesso em 01/12/2018

PREVIC – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.  
*Entidades fechadas de previdência complementar.*  
<http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/entidades-fechadas-de-previdencia-complementar-1> acesso em 02/12/2018

RIBEIRO, Igor. *Divina classe. Meio e mensagem.* São Paulo: Editora Meio e Mensagem, 2012.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território.* In: GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, Ano. 1, nº: 1, 1999, p. 10.

SARAIVA, Karla. *Os sujeitos endividados e a educação financeira.* Educar em revista. Curitiba. 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.53867

SAVOIA José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. *Paradigmas da Educação Financeira no Brasil.* In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, nov/2007, p. 1122.

SEBRAE – *A promoção de vendas como arma para espantar a crise no varejo (2015)* disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/a-promocao-de-vendas-como-arma-para-espantar-a-crise-no-varejo,3abb26ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCRD>; acessado em 20/12/2018

SEBRAE. *Educação financeira empresarial.*  
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ead/educacao-financeira-empresarial,22775a8c4fb40610VgnVCM1000004c00210aRCRD> acesso em 01/12/2018

Secretaria do Tesouro Nacional. *Tesouro Direto.* <http://www.tesouro.gov.br/-/balanco-e-estatisticas>. Acesso em 10/12/2018

SKINNER, Quentim. *As fundações do pensamento político moderno.* Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. 5ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações.* Tradução: Luiz João Baraúna. In: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato.* Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. A indivisibilidade da luta de classes. In: BARTELT, Dawid Danilo (organizador) *A nova classe média no Brasil como conceito e projeto político.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

SPC BRASIL – *Meu bolso feliz. O conceito de endividamento e as consequências da inadimplência.* Publicado em Fevereiro 2016 por SPC Brasil/ CNDL/Meu bolso feliz. Disponível em [https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/analise\\_educacao\\_financeira\\_dividas.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf), acesso em 10/01/2019.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 25ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

STREECK, Wolfgang. *As crises do capitalismo democrático*. Tradução: Alexandre Morales. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, março/2012, nº: 92.

SUSEP. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. *Orientação ao consumidor*. <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/orientacao-ao-consumidor>. Acesso em 05/12/2018

TAVARES, M. C. *A Crise Financeira Atual*. In: Paper Itamaraty. Brasília: Itamaraty, 2009.

TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. Tradução: Arlindo Vieira Ramos. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 14ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WOLKMER, Antônio Carlos. *As necessidades humanas como fonte insurgente de direitos fundamentais*. In: Veredas do direito, Jul/Dez 2004, p. 87. Disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/133>, acesso em 15/01/2019.